



**UNIVERSIDADE DE UBERABA - CAMPUS UBERLÂNDIA**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

**IDALINA MARIA AUXILIADORA MENDES VELOSO**

**ENSINO FEMININO EM MONTE CARMELO – TRIÂNGULO MINEIRO - MG:**  
**A ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA DO AMPARO (1947 – 1952)**

**UBERLÂNDIA – MG**

**2018**

**IDALINA MARIA AUXILIADORA MENDES VELOSO**

**ENSINO FEMININO EM MONTE CARMELO – TRIÂNGULO MINEIRO - MG:  
A ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA DO AMPARO (1947 – 1952)**

Dissertação/produto apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba. Mestranda Idalina Maria Auxiliadora Mendes Veloso. Linha de Pesquisa – Educação Básica: fundamentos e planejamentos, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giseli Cristina do Vale Gatti.

**UBERLÂNDIA – MG**

**2018**

V546e Veloso, Idalina Maria Auxiliadora Mendes.  
Ensino feminino em Monte Carmelo – Triângulo Mineiro – MG: a Escola Normal Nossa Senhora do Amparo (1947-1952 ) / Idalina Maria Auxiliadora Mendes Veloso.- Uberlândia, 2018.  
122 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. Linha de pesquisa: Educação Básica - Fundamentos e Planejamento

Orientadora: Profa. Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti

1. Instuições Escolares. 2. Educação Feminina. 3. Escola Normal. I. Gatti, Giseli Cristina do Vale. II. Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. III. Título.

CDD 371.12

IDALINA MARIA AUXILIADORA MENDES VELOSO

**ENSINO FEMININO EM MONTE CARMELO – TRIÂNGULO MINEIRO - MG: A  
ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA DO AMPARO (1947 – 1952)**

Dissertação/produto apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba. Mestranda Idalina Maria Auxiliadora Mendes Veloso. Linha de Pesquisa–Educação Básica: fundamentos e planejamentos, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giseli Cristina do Vale Gatti.

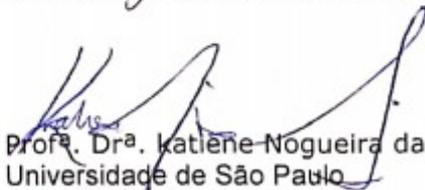
Defendida em 06 / 12 / 2018, frente à Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:



Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Giseli Cristina do Vale  
Gatti (Orientadora)  
Universidade de Uberaba- UNIUBE



Prof. Dr. Jose Carlos Souza Araújo  
Universidade de Uberaba- UNIUBE



Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Katiene Nogueira da Silva  
Universidade de São Paulo

*Dedico este trabalho aos meus pais, Aniceto e Ermelinda; aos meus irmãos, Ismelinda (com carinho especial), Moisés, Antônio e Ismênia; ao meu esposo, Guilherme, e a meus filhos, Arthur e Pedro; aos meus primos, em especial a Sueli Rosendo de Oliveira, pedagoga de coração, e também aos meus sobrinhos e afilhados.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por me dar condições para alcançar esta conquista.

A professora Gisele, pela amizade, pelos ensinamentos, pela compreensão e, acima de tudo, pela confiança em mim depositada na construção deste trabalho.

Aos meus familiares, que sempre me apoiaram, mesmo que isso tenha significado ficarmos longe por inúmeros períodos.

A todos os meus amigos do Curso de Mestrado, que sabem o seu lugar em meu coração.

Ao padre Divino José Gonçalves, por ter-me encaminhado à Irmã Lúcia que me abriu os caminhos e contatos com o atual Colégio Nossa Senhora do Amparo.

Às irmãs Lúcia Catarina Santolin, Jandirade Aguiar e Maria Cleidimária Pinheiro, pela prontidão e atenção em responder as minhas indagações e pela contribuição com as fontes documentais.

À funcionária da Casa da Cultura de Monte Carmelo e amiga Sonia Almeida de Oliveira, por disponibilizar as fontes documentais.

À professora Terezinha Lopes de Oliveira, pelo apoio, pela motivação e pelos gestos de carinho que se transformavam em força para seguir adiante na construção do conhecimento.

Enfim, a todos aqueles que, de alguma forma, colaboraram comigo, o meu afetuoso agradecimento.

**Muito Obrigada!**

*“A NORMALISTA*

*Vestida de azul e branco  
Trazendo um sorriso franco  
No rostinho encantador  
Minha linda normalista  
Rapidamente conquista  
Meu coração sem amor*

*Eu que trazia fechado  
Dentro do peito guardado  
Meu coração sofredor  
Estou bastante inclinado  
A entregá-lo ao cuidado  
Daquele brotinho em flor*

*Mas, a normalista linda  
Não pode casar ainda  
Só depois que se formar...  
Eu estou apaixonado  
O pai da moça é zangado  
E o remédio é esperar”*

(NORMALISTA, 1949)

## RESUMO

Esta pesquisa, realizada no Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, dentro da linha “ Educação Básica: fundamentos e planejamentos”, teve como objetivo geral compreender as motivações para a implantação do Curso Normal da Escola Nossa Senhora do Amparo da cidade de Monte Carmelo, Minas Gerais, sob a direção das Irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Amparo desde sua criação em 1939, por meio de pesquisa bibliográfica e documental. O recorte temporal de 1947 a 1952 representa o período compreendido entre o ano de criação do Curso Normal até a mudança para o prédio destinado ao funcionamento do Curso Normal, com ênfase no processo de implantação, descrição dos espaços de educação feminina e tipo de formação oferecida às filhas de famílias mais abastadas da cidade. A presente pesquisa buscou contribuir para o alargamento da compreensão dos estudiosos da área, no sentido de entender a presença da Igreja no contexto educacional, principalmente em relação à educação feminina inspirada na moral e nos bons costumes. Neste trabalho, nossos objetivos específicos foram os seguintes: entender o contexto histórico e as circunstâncias específicas da criação e da instalação de um Curso Normal para moças na cidade de Monte Carmelo – MG; compreender a atuação das irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo na formação das moças da elite carmelitana; identificar o perfil dos mestres responsáveis pelas disciplinas ministradas no período em questão e identificar o perfil discente que frequentou a escola dentro do marco cronológico da investigação, bem como perceber a sua cultura escolar no interior dessa instituição. O referencial teórico apoiou-se principalmente nas contribuições de Araújo, Freitas e Lopes (2017), Hóstia (2013), Parisi Neto (2003), Nosella e Buffa (2009), Ortiz (2014), Rambo (2002), Romanelli (1986), Saviani (2005) e Tanuri (2000). O processo de investigação foi dividido em três etapas e contou com pesquisa bibliográfica e documental, levantamento, catalogação das fontes e análise documental do material levantado *in loco*. Por meio dessa investigação, foi possível perceber o papel da Igreja no processo de escolarização feminina, sendo o ensino tradicional pautado em concepções religiosas consolidadas por meio da disciplina, da moral e dos bons costumes, importantes para a formação da boa moça. Além disso os resultados apontam que o atual Colégio Nossa Senhora do Amparo de Monte Carmelo - MG, ao oferecer o Curso Normal, formou mulheres aptas a atuarem na cidade como educadoras, bem como as preparou para exercer as funções do lar e se tornarem exemplos de boas esposas e boas mães.

**Palavras-chave:** Instituições escolares. Educação feminina. Escola normal.

## ABSTRACT

This study, carried out in the Pos-Graduate Program, Mastership in Education in the University of Uberaba, in the line named as “Basic Education: foundations and plannings”, being the general goal to understand the motivations to implant the Normal Course in the Escola Nossa Senhora do Amparo, in Monte Carmelo, Minas Gerais, Brazil, under the direction of the Sisters of the Congregation of Nossa Senhora do Amparo, since its creation in 1939, through bibliography and documental researches. The temporal clipping from 1947 to 1952 represents the period between the year of creation of the Normal Course until the change to the building destined to the operation of the Normal Course, with emphasis on the process of implantation, describing the spaces for female education and the kind of formation offered to the daughters from the richest families from the city. The current research demand to contribute for the best understanding of the researchers in the area, in order to realize the participation of catholic church in the education context, mainly the intercourse to female education inspired in moral and good habits. In this work our specific goals are the succeeding: Understand the historical context and the specific circumstances of the creation and installation of a normal course for ladies in thw city of Monte Carmelo-MG; Understand the participation of the Franciscanas sisters from Nossa Senhora do Amparo in the formation of the ladies from the high society from Monte Carmelo; Identify the profile from the teachers responsible for the subjects taught in the epoch; And identify the student profile who attended the school inside the chronological mark of the investigation. As well as to notice your school coulture inside this institution. The theoretical reference was based mainly on the contributions of Araújo, Freitas e Lopes (2017), Hóstia (2013), Parisi Neto (2003), Nosella e Buffa (2009), Ortiz (2014), Rambo (2002), Romanelli (1986), Saviani (2005) e Tanuri (2000). The research process was divided in three stages: a bibliographic and documental research, survey, cataloging sources and documentary analysis of material collected *in loco*. Through this investigation, was possible to realize the function of the church in the process of female education, being the traditional teaching to rule in religious conceptions consolidated by the discipline, moral and good habits, relevants for the formation of the good ladie. Beyond that, the results show that the actual Colégio Nossa Senhora do Amparo de Monte Carmelo – MG, by offering the normal course, has formed women able to act in the city as teachers, as well as prepared them to practice the home functions, becoming that way examples of good wives as good mothers.

**Keywords:** School institutions. Female education. Normal schools.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Desenho que retrata o funcionamento do Método Lancasteriano.....	24
Figura 2 - Festas religiosas sempre no pátio da Igreja .....	45
Figura 3 - Igreja, 1933 .....	45
Figura 4 - Igreja, 1952 .....	46
Figura 5 - Igreja, 1958 .....	47
Figura 6 - Padre Siqueira, o Apóstolo da Caridade .....	50
Figura 7 - Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo, Petrópolis (RJ), 2012.....	53
Figura 8 - Registro da chegada das Irmãs em Monte Carmelo .....	59
Figura 9 - Termo de Instalação do Ginásio Nossa Senhorado Amparo, 1939 .....	63
Figura 10 - Registro em livro da chegada das Irmãs em Monte Carmelo .....	65
Figura 11 - Data de registro oficial do Colégio (destaque em amarelo).....	66
Figura 12 - Primeira casa a abrigar o Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora do Amparo -1939 .....	67
Figura 13 – Biblioteca, 1940/1950 .....	69
Figura 14 – Laboratório, 1940-1950.....	69
Figura 15 – Galpão, 1950 .....	70
Figura 16 - Quadra de vôlei, 1950.....	70
Figura 17 - Anotação da retirada bancária para a compra do terreno, maio 1940.....	71
Figura 18 - Lançamento da Pedra Fundamental do prédio da Escola Normal, 1945 .....	71
Figura 19 - Recorte que destaca a atuação do Vigário Municipal, fev. 1943.....	72
Figura 20 - Anotações que revelam a falta de materiais para a construção na cidade, 1952 .....	72
Figura 21 - Anotações no <i>Livro Tombo I</i> , 1939 .....	75
Figura 22 – As primeiras Madres superiores diretoras do Ginásio e Escola Normal à época.....	75
Figura 23 - Estrutura dos prédios que abrigam a escola.....	76
Figura 24 - Desfile cívico, 1950-1960.....	81
Figura 25 - Ala das Normalistas, 1950 .....	82
Figura 26 - Solenidade de inauguração do Ginásio Nossa Senhora do Amparo .....	84
Figura 27 - Padre César, vigário de Monte Carmelo.....	85
Figura 28 - Requerimento assinado para o Exame de Admissão, 1946 .....	86

Figura 29 - Requerimento de matrícula, 1947 .....	87
Figura 30 - Atestado médico, 1946 .....	88
Figura 31 - Disciplinas lecionadas na Escola Normal Nossa Senhora do Amparo, 1952 .....	93
Figura 32 - Reportagem de jornal acerca do ensino religioso, 13.08.1946 .....	94
Figura 33 - Certificado de conclusão de curso, 1948 .....	95
Figura 34 - Guia de transferência: exemplo, 1947 .....	97
Figura 35 - Aula de trabalhos manuais, sem data.....	98
Figura 36 - Sala de aula 1950 .....	99
Figura 37 - Exemplo de petição de reentrada de professora, 1947.....	100
Figura 38 - Prof. Vicente Lopes Perez, sem data .....	102
Figura 39 - Relação de alunos gratuitos, 1952 .....	104
Figura 40 - Missa pela formatura das Normalistas, 1950.....	105
Figura 41 - Time de Volei, 1950 .....	106
Figura 42 - Anotações <i>Livro Tombo I</i> , 1952 .....	107
Figura 43 - Turma de Normalistas de 1952 com alguns professores .....	107

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estado da questão que corroborou nesta pesquisa .....	16
Quadro 2 - Primeiras Escolas Normais Brasileiras por Províncias – Período: 1835 a 1884 .....	25
Quadro 3 - Currículo 1º Ciclo - Formação de Regentes.....	30
Quadro 4 - Currículo 2º Ciclo – Formação de Professores .....	31
Quadro 5 - Escolas Católicas no período republicano.....	35
Quadro 6 - Congregações Masculinas na região do Triângulo Mineiro.....	40
Quadro 7 - Congregações Femininas na Região do Triângulo Mineiro.....	40
Quadro 8 - Sinopse da história jurídica de Monte Carmelo. ....	48
Quadro 9 - Casas abertas pela Congregação Nossa Senhora do Amparo no século XX e que se mantêm ativas na atualidade.....	56
Quadro 10 - Informações do imóvel onde funcionou inicialmente a Escola.....	68
Quadro 11 - Prova de Português.....	89
Quadro 12 - Prova de Matemática.....	89
Quadro 13 - Prova de Francês .....	89
Quadro 14 - Prova de Ciências Naturais .....	90
Quadro 15 - Prova de Geografia, História e Educação Cívica .....	90
Quadro 16 - Provas práticas.....	90
Quadro 17 - Notas obtidas pelas alunas ingressantes na Escola Normal Regional Nossa Senhora do Amparo, 1947 .....	91
Quadro 18 - Disciplinas ensinadas no Curso Normal – Decreto 1873/1946.....	92
Quadro 19 - Disciplinas do Curso Normal Regional: formação de regentes – Decreto nº. 1873/1946 .....	92
Quadro 20 - Profissão exercida por algumas ex-alunas .....	108

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFE	Conselho Federal de Educação
HEM	Habilitação Específica para o Magistério
PABAEE	Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SCIELO	<i>ScientificElectronic Library Online</i>
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2</b>	<b>PANORAMA HISTÓRICO DA ESCOLA NORMAL NO BRASIL</b> .....	21
2.1	<i>Perspectiva histórica da Escola Normal no Brasil</i> .....	21
2.2	<i>Restauração católica e as congregações no Brasil</i> .....	33
2.3	<i>Projeto católico para a Educação feminina</i> .....	36
<b>3</b>	<b>TRAJETÓRIA DA ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA DO AMPARO</b> .....	42
3.1	<i>Breve histórico das terras carmelitanas</i> .....	42
3.2	<i>A atuação de Padre Siqueira e da Congregação das irmãs de Nossa Senhora do Amparo</i> .....	49
3.3	<i>As irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Amparo em Monte Carmelo e a instalação da Instituição de Ensino</i> .....	58
<b>4</b>	<b>FINALIDADES E PRÁTICAS DA ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA DO AMPARO</b> .....	73
4.1	<i>Considerações iniciais</i> .....	73
4.2	<i>Momentos cívicos e as práticas culturais da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo</i> .....	76
4.3	<i>Forma de ingresso e práticas disciplinares</i> .....	85
4.4	<i>Perfil docente e discente: alguns apontamentos</i> .....	98
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	110
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	112

## 1 INTRODUÇÃO

O meu<sup>1</sup> contato com o objeto de investigação, mesmo que indireto, explica-se pela minha naturalidade, pois sou da cidade de Monte Carmelo e, na década de 1980, o atual Colégio Nossa Senhora do Amparo era a única escola particular existente na cidade. Como sempre estudei em escola pública, ficava imaginando como seria uma escola particular, ainda mais dirigida por freiras; minhas imaginações não tinham limites, discutia com alguns amigos do meu convívio o que acontecia em um colégio de freiras, era como se fosse alguma coisa assombrosa.

Para conhecer um pouco mais de mim, vai um pouco da minha história. Frequentei a creche comunitária, até aos quatro anos de idade. Em seguida, estudei no Centro Comunitário Vila Dourada, matriculada na pré-escola e depois na Escola Estadual Dona Sindá.

Não era a primeira aluna da sala, mas participava de todos os eventos da escola, principalmente das danças e das comemorações. Nos eventos, era eleita oradora, fantasiava-me e estava ali pronta para começar o “pequeno espetáculo”. Estudei nessa escola até completar o quarto ano, quando fui para a Escola Estadual Professor Vicente Lopes Perez, uma escola que oferecia do quinto ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, ficava ao lado da Escola Dona Sindá. Para acesso à Escola Estadual Professor Vicente Lopes Perez, tinha que fazer uma prova e os primeiros classificados eram matriculados; fiz uma boa prova conseguindo a pontuação necessária.

O trajeto da minha casa até as escolas onde estudei era feito a pé, os alunos que moravam próximos uns dos outros formavam um grupo de pessoas, e sempre ficávamos esperando para irmos juntos para a escola e voltarmos juntos para nossas casas. Naqueles momentos, aproveitávamos para conversar, eram boas conversas, e quantas vezes falávamos da “escola das freiras” era como chamávamos o atual Colégio Nossa Senhora do Amparo, antiga Escola Normal... Lembro-me de que tínhamos medo das freiras e ficávamos pensando o que elas faziam com os seus alunos. Isso foi uma experiência decisiva para minha formação e contribuiu para minhas escolhas acadêmicas futuras.

Todas essas lembranças, motivaram-me a buscar conhecer a história do atual Colégio Nossa Senhora do Amparo, porque essas vivências acumuladas anteriormente no mesmo espaço geográfico e cultural, em que pesem as diferenças de época e de ambiente escolar, aproximaram-se dos meus interesses atuais como pesquisadora. São lembranças que

---

<sup>1</sup> Apenas nesta introdução será utilizada a primeira pessoa do singular, por relatar as experiências que me conduziram à escolha deste tema. No restante da dissertação, a linguagem será impessoal.

colaboram na leitura crítica para interpretar o apanhado documental recolhido durante a pesquisa, no mínimo, reconhecendo que o saber histórico não é algo absoluto, mas constituído por meio de narrativas – como bem assinala Fagundes (2006, p. 22) – “[...] e de que as diversas instâncias que abrangem o real, como o social, o econômico e o cultural, são igualmente válidas como possibilidades de se compreender uma determinada sociedade”.

Sendo assim, a proposta desta investigação tem sua origem no meu interesse pessoal em compreender como surgiu o Curso Normal e como era a Educação feminina no período de 1947 a 1952, período em que a sociedade concedia à Educação o compromisso da boa formação feminina e prezava pela moral e pelos bons costumes.

No sentido de apreender a importância dos estudos voltados para a História das instituições escolares, procurei aprofundar as leituras sobre a questão e, ao eleger como objeto de estudo uma escola confessional feminina em minha cidade, que ofereceu o curso normal, senti a necessidade de compreender como se dava esse processo no espaço dessa escola e tentar perceber qual o objetivo da Igreja ao assumir tal responsabilidade, e também a sua formação docente. Assim, fiz um levantamento a respeito de outras produções acadêmicas que têm esse mesmo viés no intuito de perceber essa influência, conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1 - Estado da questão que corroborou nesta pesquisa

<b>Autor</b>	<b>Título do Trabalho</b>	<b>Ano de defesa</b>	<b>Nível da Titulação</b>	<b>Instituição</b>	<b>Cidade/ Escola pesquisada</b>
Lucélia Carlos Ramos	A Educação Feminina em Uberlândia: Um estudo do Colégio Nossa Senhora das Lágrimas	2002	Dissertação	Universidade Federal de Uberlândia	Uberlândia / Colégio Nossa Senhora das Lágrimas
Geovana Ferreira Melo	Por trás dos muros escolares: luzes e sombras na Educação feminina (Colégio Nossa Senhora das Dores Uberaba 1940-1966)	2002	Dissertação	Universidade Federal de Uberlândia	Uberaba / Colégio Nossa Senhora das Dores
Lúcia Helena Moreira de Medeiros Oliveira	Colégio Santa Tereza: um estudo a respeito do ensino confessional em Ituiutaba, MG (1939-1942)	2003	Dissertação	Universidade Federal de Uberlândia	Ituiutaba / Colégio Santa Tereza
Gislene Taveira de Almeida Neves	Educação Feminina no Projeto Siqueirano (1939-1973)	2005	Dissertação	Universidade Federal de Uberlândia	Monte Carmelo / Colégio Nossa Senhora do Amparo
Michelle Ferreira da Silva	Educação da Mulher e Evangelização Católica: um olhar sobre a escola Normal Nossa Senhora do Patrocínio	2005	Dissertação	Universidade Federal de Uberlândia	Patrocínio / Escola Normal Nossa Senhora do Patrocínio
Hedmar de Oliveira Ferreira	Colégio Normal Nossa Senhora do Patrocínio: um instrumento de educação feminina na Zona do Alto Paranaíba em Minas Gerais: 1928-1950	2006	Tese	Universidade Estadual Paulista	Patrocínio / Colégio Normal Nossa Senhora do Patrocínio
Melina Brasil Silva Resende	O Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus Araguari-MG (1930-1947)	2006	Dissertação	Universidade Federal de Uberlândia	Araguari / Colégio Sagrado Coração de Jesus
Júlio César Orias Teodoro	A Educação Salesiana em Uberlândia: A gênese do Instituto Teresa ValséPantellini (1959-1971)	2008	Dissertação	Universidade Federal de Uberlândia	Uberlândia/ Instituto Teresa Valsé
Izabel Rozetti	Colégio Imaculada Conceição: a história do Curso Normal (Tupaciguara-MG, 1961- 1977)	2010	Dissertação	Universidade Federal de Uberlândia	Tupaciguara / Colégio Imaculada Conceição
Adilour Nery Souto	Do ensino público ao privado: uma análise da Escola Santa Terezinha em Ibiá – MG (1937 a 1959)	2012	Dissertação	Universidade Federal de Uberlândia	Ibiá / Escola Santa Terezinha
Simone Beatriz Neves Pacheco	Colégio São José: Gênese e funcionamento da escola dos estigmatinos em Ituiutaba – MG (1940 – 1971)	2012	Dissertação	Universidade Federal de Uberlândia	Ituiutaba / Colégio São José

Fonte: Dados da pesquisa.

Como podemos observar no Quadro 1, entre os trabalhos levantados na região do Triângulo Mineiro que servem de fundamentos a esta pesquisa, existe uma dissertação de Mestrado sobre a Instituição, objeto de estudo desta pesquisa, de autoria de Gislene Taveira de Almeida Neves, apresentada à Universidade Federal de Uberlândia, no ano de 2005; ela traz uma análise da História da Educação com ênfase no método Siqueirano e a Educação feminina no Brasil sob o ponto de vista das representações sociais. Discorre sobre a Educação escolar brasileira, a trajetória do Pe. Siqueira, sua influência na Educação feminina no Brasil, a condição social da mulher, a instalação do Ginásio Nossa Senhora do Amparo em Monte Carmelo trazendo um pouco da sua história de criação, as instalações físicas, os cursos oferecidos, entrevistas com irmãos e ex-alunas com destaque para aspectos socioeconômicos, normas disciplinares, relações interpessoais. O recorte temporal utilizado pela autora é de 1939, ano de criação da escola até o ano de 1973, o que difere do presente estudo, que objetiva explicar sobre a instalação do Curso Normal pela Congregação de Nossa Senhora do Amparo no município de Monte Carmelo – Triângulo Mineiro – MG.

Sabemos que muito já foi escrito sobre a História das instituições escolares brasileiras que, por décadas, esteve ligada a aspectos epistemológicos pautados no referencial da escola metódica francesa dita positivista<sup>2</sup>. Tal rigor historiográfico, no entanto, impedia que o pesquisador refletisse sobre os fatos, os contextos e os documentos, relegando-lhe a simples e objetiva tarefa de levantar, elencar e organizar documentos que, para a corrente da escola dita metódica da época, representavam a única forma de resguardar a verdade. No entanto, estudos pautados na construção de interpretações sobre o passado surgiram como um novo posicionamento metodológico, que propunha a pesquisa de instituições escolares liberta da teia de conexão de significados e de significações dos objetos históricos.

No que concerne à História das instituições locais, a análise também necessita de que o pesquisador a correlacione com as condições sociais nas quais seja considerado o contexto histórico-geográfico determinado. Desse modo, estudar instituições escolares, em termos historiográficos, implica investigar, mas, sobretudo, analisar documentos, textos, memórias orais, arquivos, fotos e todos os materiais que ajudem a reconstruir a História como um todo.

---

<sup>2</sup> Positivismo é uma corrente de pensamento filosófico, sociológico e político que surgiu em meados do século XIX na França. A principal ideia do positivismo era a de que o conhecimento científico devia ser reconhecido como o único conhecimento verdadeiro. O principal idealizador do movimento positivista foi o pensador francês Auguste Comte (1798-1857), ganhando destaque internacional entre metade do século XIX e começo do XX. Segundo o positivismo, as superstições, religiões e demais ensinamentos teológicos devem ser ignorados, pois não colaboram para o desenvolvimento da humanidade. De acordo com os princípios de Comte, as primeiras ideias do que viria a ser o Positivismo surgiram como uma ramificação do Iluminismo, a partir das crises sociais que explodiram na Europa no fim da Idade Média e com a chamada "sociedade industrial", marcada pela Revolução Francesa. Cf. O que ... (2018).

Para além do arsenal material – e partindo para o campo da reflexão – Veiga (2002) ampara os objetivos deste estudo, ao afirmar que as histórias locais possibilitam uma apropriação comum, capaz de configurar a compreensão que as pessoas têm de si mesmas e da sociedade em que vivem.

As histórias locais favorecem a produção de uma consciência histórica de resgatar as vivências do cotidiano de produção e percepção de sua relação com o movimento maior de qual fazemos parte. As histórias locais poderão favorecer a compreensão das relações entre o particular e aquilo identificado com o geral e o universal (VEIGA, 2002, p. 30).

Ao apontar as vantagens do processo historiográfico local, reconhecemos, nas reflexões da autora, algumas das características que legitimam esta dissertação, cujo objetivo é compreender como se deu a implantação da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo da cidade de Monte Carmelo, no Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais, sob a direção das Irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Amparo.

O Ginásio Nossa Senhora do Amparo, foi instalado no município de Monte Carmelo, no dia 12 de março de 1939; e para marcar este acontecimento nessa data, foi emitido o Termo de Instalação do Ginásio Nossa Senhora do Amparo. Quando a Instituição recebeu a aprovação para o curso normal, em 1947, houve alteração no nome da Instituição que passou a ser Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora do Amparo. A sua designação sofreu outras alterações ao longo de sua história, e no presente ano de 2018, segue com a denominação de Colégio Nossa Senhora do Amparo de Monte Carmelo.

A Escola Normal Nossa Senhora do Amparo teve forte influência do modelo siqueirano de Educação<sup>3</sup> e possui íntima relação com a História da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Amparo, que são as fundadoras e até hoje são as responsáveis pela direção e pela condução do ensino da instituição. O primeiro curso oferecido foi o Primário, que atendia ao público misto (feminino e masculino), sendo único até o ano de 1947, quando a instituição passou a oferecer o Curso Normal, acolhendo somente o público feminino. Desde sua criação até este ano de 2018, a Instituição Educacional é considerada de suma importância pela população carmelitana. Além de atender à elite da cidade, também desempenha papel relevante na Educação de qualidade do município.

---

<sup>3</sup> A pedagogia siqueirana é uma proposta de Educação para mulheres, que nasceu no final do século XIX, tendo como protagonista o Padre João Francisco de Siqueira Andrade que, tendo conhecimento do contexto social do seu tempo e da deficiente proposta de Educação para mulheres, buscou construir uma nova proposta de Educação que resgatasse socialmente as mulheres das classes menos favorecidas. Cf. Pinheiro (2016, p. 1).

Nessa perspectiva, a partir do que foi explicitado até o momento, a proposição da problemática desta investigação está vinculada ao exame do papel dessa instituição na cidade de Monte Carmelo – MG, no período de 1947 a 1952, recorte temporal que representa o ano de criação do Curso Normal até a mudança para o prédio destinado ao funcionamento do Curso Normal. Embora a instalação da Instituição tenha sido no ano de 1939 cujo nome era Ginásio Nossa Senhora do Amparo, a aprovação do Curso Normal pelo Ministério da Educação e Saúde (órgão público que cuidava da área da Educação na época da instalação do Curso Normal na década de 1940) ocorreu somente em 1947 e, a partir de então o nome passou a ser Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora do Amparo. Busca-se ainda, após traçar um panorama sobre Escolas Normais no Brasil, compreender a instalação do Curso Normal na cidade de Monte Carmelo pelas Irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Amparo, como se deu esse processo de implantação, como eram esses espaços de Educação feminina destinados às filhas de famílias mais abastadas e, ainda, qual era o tipo de formação que deveria ser destinado a elas. Nessa perspectiva, percebemos o envolvimento da Igreja no processo de escolarização do gênero feminino, tendo a Educação como foco estratégico para consolidar hábitos e costumes pautados nas concepções religiosas, que deveriam reger a vida da “boa moça”.

A metodologia de pesquisa foi de base bibliográfica e documental, desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica – monografias, dissertações, teses, livros, artigos – em bases de dados como da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Domínio Público e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Além disso, também foram consultadas as fontes documentais que estão disponíveis no arquivo da própria Instituição e da Casa da Cultura de Monte Carmelo.

Todas as informações sobre a Escola Normal Nossa Senhora do Amparo foram recolhidas em investigação realizada durante o período do Mestrado, no interior da linha de pesquisa Fundamentos Teóricos e Planejamento da Educação, sob a orientação da Professora Dr.<sup>a</sup> Giseli Cristina do Vale Gatti.

Além disso, esta pesquisa tem por objetivo específico contribuir para o alargamento da compreensão dos estudiosos da área, no sentido de entender a presença da Igreja no contexto educacional, principalmente em relação à Educação feminina, inspirada na moral e nos bons costumes.

Para discutir os pontos anteriormente expostos relacionados, a pesquisa está organizada na seguinte ordem: esta parte introdutória, três capítulos e as considerações finais. Para melhor compreensão, o primeiro capítulo tem o objetivo de conhecer o processo de

institucionalização das Escolas Normais no Brasil, procurando entender de forma mais densamente a sua organização, os programas de ensino ofertados e, de uma forma geral, o perfil desse tipo de instituição provedora de saberes. Apresenta-se, de forma simplificada, uma sinopse da evolução do Ensino Normal e o papel das províncias (futuros estados), às quais foi atribuída a responsabilidade de implantarem as Escolas Normais – logo após a reforma constitucional de 12/08/1834 – e promoverem a instrução pública.

O segundo capítulo tem o objetivo de apresentar os pressupostos históricos que são comuns às escolas no momento pelo qual passava o setor educacional brasileiro na época. Para tal, a pesquisa voltou ao século XIX e ao início do século XX e estudou as iniciativas de implantação das Escolas Normais no Brasil pelas congregações religiosas católicas, em meio a uma efervescente motivação ideológica e política. Assim, esse capítulo assinala como o ideal franciscano chegou a Monte Carmelo por intermédio das Irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Amparo.

Já o terceiro capítulo discorre sobre o perfil docente e discentes. A pesquisa passa, também, pela forma de ingresso, bem como sobre as práticas disciplinares e culturais e momentos cívicos da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo no período de 1947 a 1952.

Por fim, por entendermos que a pesquisa histórica de uma instituição escolar nunca se esgota, ao contrário, sempre haverá possibilidades dela ser explorada em outras direções, o objetivo das considerações finais será o de marcar as impressões da pesquisadora durante todo o processo de estudo. Nas considerações finais, poderão trazer um aporte para novas pesquisas que contenham a temática em questão.

## 2 PANORAMA HISTÓRICO DA ESCOLA NORMAL NO BRASIL

### 2.1 Perspectiva histórica da Escola Normal no Brasil

As salas de aula eram um ambiente retangular, sem nenhum tipo de divisão, no qual os alunos ficavam enfileirados, sentados um atrás do outro e a mesa do professor ficava em um ponto mais alto, de onde se podia visualizar totalmente o ambiente. Esse quadro se completa, ao se saber que nenhum aluno poderia chegar ao professor, pois somente uma Figura conhecida como “monitor” é que podia receber informações dele e repassá-las aos demais. Era assim que funcionava uma sala de aula por volta de 1820, no Brasil (CASTANHA, 2012, p. 4).

À época do Império, na década de 1820, para enfrentar o problema da falta de professores nas instituições públicas e a necessidade de democratizar o ensino, o Imperador, por meio do Decreto emitido em 3 de julho de 1820 ordenou a capacitação para o método Lancaster, que, posteriormente, em 1823, foi instituído no Brasil (CASTANHA, 2012, p. 4).

Esse método era baseado na Figura do professor como centralizador do conhecimento, que repassa instruções aos monitores, coautores desse processo. Os monitores eram alunos mais adiantados que recebiam, separadamente, orientações de um único professor e depois as repassavam para os demais; eles eram os mais jovens, em número de dez. Desse modo, um professor era capaz de lecionar, ao mesmo tempo, para um grupo imenso de alunos. O Método de Lancaster<sup>4</sup> de ensinar, visava à extensão da Educação, ao alcance de toda população, de ambos os gêneros, principalmente dos trabalhadores, visando, fundamentalmente, à democratização e a ordem social.

Esses dois parágrafos inteiros servem para contextualizar o ambiente histórico anterior à fundação das escolas destinadas, especificamente à formação de professores e até mesmo ao surgimento da primeira legislação para a Educação brasileira: a Lei de 15 de outubro de 1827 (BRASIL, 1827), que determinava a criação de Escolas de Primeiras Letras, que deveriam ser implantadas em cidades, vilas e locais populosos, e adotar o Método Lancaster. Com essa Lei, observa-se uma tentativa do Governo de recrutar mestres e mestras,

---

<sup>4</sup> Ensino Mútuo, Sistema Monitorial ou Método Lancaster como ficou conhecido no Brasil, foi desenvolvido na Inglaterra, no final do século XVIII e início do século XIX, momento em que a Inglaterra passava por uma fase de intensa urbanização, devido ao processo acelerado de industrialização. Seus criadores foram Andrew Bell e Joseph Lancaster. De acordo com a proposta, o professor ensinava a lição a um “grupo de meninos mais amadurecidos e inteligentes”. Os alunos eram divididos em pequenos grupos, os quais recebiam a “lição por meio daqueles a quem o mestre havia ensinado”. Assim, um professor poderia “instruir muitas centenas de crianças”. Cf. Eby (1978, p. 325).

tendo como critério para isso as suas condutas morais; não era considerado o conhecimento e, sim, a idoneidade e reconhecida honestidade dos interessados. Essa mesma Lei dispunha que os professores que não tivessem a instrução necessária desse método de ensino deveriam qualificar-se em curto prazo por conta própria (TANURI, 2000, p. 63).

O Governo Central, após a Reforma Constitucional de 12 de agosto de 1834, conferiu às Assembleias Legislativas Provinciais a atribuição de legislar sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios promovê-la, com exclusão das escolas superiores. Com isso, o Governo Central respondia pelo ensino de todos os graus na capital do Império e pelo ensino superior em todo o País, enquanto as províncias respondiam pela instrução primária e secundária em seus respectivos territórios (TANURI, 2000, p. 63).

No Rio de Janeiro, subiu ao poder o grupo conservador representado por Joaquim José Rodrigues Torres e seu cunhado, Paulino José Soares de Souza. Para esses dirigentes, mais do que ensinar a ler e escrever, a escola deveria inculcar valores morais nos cidadãos do Império e, para isso, elegeram a formação docente como prioridade educacional (VILLELA, 1990). Coube a eles, então, a organização de uma Escola Normal<sup>5</sup> onde pudessem ser formados os professores daquela Província. Assim, a primeira iniciativa de formação de professores no Brasil se deu por meio das Escolas Normais, na primeira metade do século XIX, sendo a primeira criada pela província do Rio de Janeiro, pelo Decreto nº 10, de 10 de abril de 1835<sup>6</sup> que determinava em seu Artigo 1º:

Haverá na Capital da Província do Rio de Janeiro huma Escola Normal para nella se habilitarem as pessoas, que se destinarem ao magistério de instrução primária, e os Professores actualmente existentes, que não tiverem adquirido a necessária instrução nas Escolas de Ensino na conformidade da Lei de quinze de outubro de mil oitocentos e vinte sete, Artigo quinto. (BRASIL, 1835).

Com dezoito artigos, o Decreto deixava claro, no Artigo 2.º, como funcionaria a escola, compreendendo o Ensino Mútuo ou Lancasteriano:

---

<sup>5</sup> **Escola Normal** é o nome que se dá, em vários países, ao curso em geral de segundo grau, para a formação de professores habilitados a lecionar no ensino elementar. O nome "Escola Normal" teve seu primeiro uso na França, onde se adotou um sistema de ensino pedagógico nos moldes alemães, e a primeira instituição a receber esta denominação se deu em 1794 (TANURI, 1970, p. 7-98).

<sup>6</sup> Para manter a originalidade do texto, o transcrevemos tal como está no Decreto.

A mesma Escola será regida por hum Director, que ensinará. Primo: a ler e escrever pelo *methodoLancasteriano*, cujos princípios theoricos e práticos explicará. Segundo: as quatro operações de Arithmetica, quebrados, decimaes e proporções. Tertio [*terceiro*]: noções geraes de Geometria theocrica e pratica. Quarto: Grammatica de Língua Nacional. Quinto: elementos de Geographia. Sexto: os princípios de Moral Christã, e da Religião do Estado. (BRASIL, 1835, grifos nossos).

Os outros artigos do Decreto estabeleciam detalhes importantes, tal como o salário do professor no valor “[...] de hum conto e seiscentos mil réis; podendo o Presidente da Província arbitrar-lhe mais huma gratificação até a quantia de quatrocentos mil réis annuaes, segundo merecer por sua aptidão professional, e numero de ouvintes com aproveitamento” (BRASIL, 1835).

Para ser admitido como aluno dessa Escola Normal, o candidato deveria ser brasileiro, maior de dezoito anos, “[...]com boa morigeração, e saber ler e escrever”, além de outras exigências estabelecidas no Artigo 6º:

Os que pretenderem matricular-se, dirigirão seus requerimentos ao Presidente da Província, instruídos com certidão de idade, e attestação de boa conducta, passada pelo Juiz de Paz do seu domicilio: com despacho do mesmo Presidente serão matriculados pelo Director, se pelo exame a que deverá proceder, achar que possuem princípios suficientes de leitura e escrita (BRASIL, 1835).

O Decreto n.º 10 de 1835 é um marco na implantação da Escola Normal no Brasil e veio recheado de sinais mostrando como se vivia naquela época. Se para ser aluno, as exigências eram rigorosas, não menos eram para os professores, conforme os artigos que se seguem:

Artigo 10. Tanto os Professores, que concorrerem a frequentar a Escola Normal, como os Escolares, a proporção que o Director os for julgando suficientemente instruídos, farão o exame público na presença do Presidente da Província. Os Professores que forem approvados, ficarão habilitados para continuarem a reger suas Cadeiras: os reprovados perderão o direito a ellas. Os Escolares approvados serão mandados a substituir os Professores que forem chamados a frequentar a Escola Normal.

Artigo 11. Os Professores substituídos, em quanto frequentarem a Escola Normal, terão opção entre o ordenado actual das suas Cadeiras, e huma pensão mensal de vinte mil réis. Os Escolares habilitados, que os forem substituir, vencerão, durante a substituição, o ordenado que pelo Artigo décimo sexto fica competindo às Cadeiras de primeiras letras.

Artigo 12. Os Professores que recusarem frequentar a Escola Normal, ou que sem justa causa se não apresentarem no prazo marcado pelo Presidente, serão aposentados com meio ordenado, se tiverem de dez a quinze anos de magistério: com dois terços d'elle, tendo de quinze a vinte, e com todo o ordenado, quando houverem servido vinte annos completos (BRASIL, 1835).

Debaixo de inspeção imediata do Presidente da Província, o diretor era obrigado a dar-lhe conta mensalmente do adiantamento e da conduta de seus ouvintes, ou seja, os alunos. O Presidente podia demitir o diretor, quando fosse interessante ao serviço público, declarando o motivo da demissão. Podia igualmente despedir o escolar por incapacidade, por irregularidade de conduta e por falta de aplicação.

Em tais circunstâncias, a Figura 1 ilustra o Ensino Mútuo ou Lancasteriano. Por correlação, acredita-se que a primeira escola pública de ensino mútuo ou lancasteriano, fundada em 1823, constitui uma espécie de Escola Normal, ou seja, voltada ao preparo de professores, como ocorre no processo de instrução de monitores (CASTANHA, 2012, p. 4).

Com a Figura 1, é inegável que o modelo implantado no Brasil foi o francês,

[...] resultante de nossa tradição colonial e do fato de que o projeto nacional era emprestado às elites, de formação cultural europeia. Embora não haja como negar o caráter transplantado de nossas instituições – sobre o qual tanto se tem insistido – a historiografia mais recente tem procurado mostrar também sua articulação com o contexto nacional e com as contradições internas de nossa sociedade. Assim, as primeiras iniciativas pertinentes à criação de escolas normais coincidem com a hegemonia do grupo conservador, resultando das ações por ele desenvolvidas para consolidar sua supremacia e impor seu projeto político (TANURI, 2000, p. 63).

Figura 1 - Desenho que retrata o funcionamento do Método Lancasteriano



Fonte: Marjorie (2011).

Ao se analisar a Figura 1, pode-se constatar que o mestre está sentado em uma cadeira alta e supervisionando o ambiente, em especial os monitores, “[...] avaliando continuamente o

aproveitamento e o comportamento dos alunos, [...]” (SAVIANI; ALMEIDA; SOUZA, 2001). São características do Ensino Lancasteriano na Escola Normal da época.

De acordo com Tanuri (2000), em quatro anos de existência, a Escola Normal da Província do Rio de Janeiro habilitou quatorze professores, dos quais onze exerceram a profissão e três a recusaram.

Após a criação da primeira Escola Normal brasileira, na província do Rio de Janeiro, em Niterói, várias outras províncias tiveram iniciativas semelhantes, conforme destacado no Quadro 2. Apesar de o início do Ensino Normal ser instalado no Rio de Janeiro, a ideia surgiu entre os mineiros no mesmo ano de 1835; em 1847, Minas Gerais contava com quatro Escolas Normais (OLIVEIRA, 2003, p. 213 apud ARAÚJO; FREITAS, 2018, p. 346). O mesmo autor aponta, ainda, que o encerramento das escolas de São Paulo e Minas Gerais foi consequência de terem sido mal montadas e dirigidas.

Quadro 2 - Primeiras Escolas Normais Brasileiras por Províncias – Período: 1835 a 1884

<b>Província</b>	<b>Ano de criação</b>
Rio de Janeiro	1835, suprimida em 1840
Rio de Janeiro	1859, criada pela Lei Provincial n.º 1127, de 4 de fevereiro de 1859
Minas Gerais	1835, instalada em 1840
Bahia	1836, instalada em 1841
São Paulo	1846
Pernambuco	1864, instalada em 1865
Piauí	1864, instalada em 1865
Alagoas	1864, instalada em 1869
Rio Grande do Sul	1869
Pará	1870, instalada em 1871
Sergipe	1870, instalada em 1871
Amazonas	1872
Espírito Santo	1873
Rio Grande do Norte	1873, instalada em 1874
Maranhão	1874
Mato Grosso	1874
Paraná	1876
Santa Catarina	1880
Ceará	1880, instalada em 1884
Fortaleza	1881
Goiás	1882, instalada em 1884
Paraíba	1884

Fonte: Atualizado a partir dos dados de Romanelli (2012, p. 167).

Contudo, as escolas normais não se consolidavam em virtude da falta de interessados ou de descontinuidades administrativas que resultavam em criação e extinção delas. Essas e outras instituições que se seguiram atravessaram anos de dificuldades, a ponto de, em 1867, o Presidente da Província do Paraná declarar: “Reconheço a necessidade de uma Escola Normal; mas no Brasil elas têm sido plantas exóticas: nascem e morrem quase no mesmo dia” (MOACYR, 1940, p. 239).

No intuito de reunir os processos de implantação dos meios para formação docente em diversas províncias do território brasileiro, pesquisadores no campo da História da Educação, pertencentes às regiões Norte, Nordeste, Sul, Centro Oeste e Sudeste se reuniram para organizar uma coletânea que objetivava compreender os métodos pelos quais passaram os mestres e mestras e como se deu a implantação da Escola Normal no Brasil. A obra originária chama-se “As Escolas Normais no Brasil: do Império à República”. Essa obra, sem dúvida, exhibe grandes fontes que suprem as necessidades de investigadores da História da Educação brasileira, em especial a formação docente por meio das Escolas Normais brasileiras, no período compreendido entre o Império e a República.

A coletânea cobre a trajetória da Escola Normal em dezoito estados brasileiros com uma abordagem cronológica: dois estudos referem-se ao Primeiro Reinado (Niterói e Bahia), quatorze fazem menção ao Segundo Reinado (Mato Grosso, São Paulo (2), Piauí, Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Paraíba, Rio de Janeiro (2), Goiás e Ceará), e seis capítulos abarcam o período republicano (Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Brasília). O estudo também aborda uma dimensão regional, pois contempla cinco estados da Região Nordeste, três estados na Região Sudeste, quatro estados na Região Centro Oeste, e os três estados da Região Sul. A única região do País não mencionada nessa obra foi a Norte.

Podemos destacar algumas características que possivelmente desestimulavam a busca de interessados nessas instituições, entre elas: organização didática rudimentar que contava com um ou dois professores para todas as disciplinas em um curso de dois anos; currículo semelhante ao de estudos primários, acrescido apenas de formação pedagógica; precárias condições de infraestrutura, falta de interesse da população pela profissão docente, baixos atrativos financeiros e prestígio profissional. A tudo isso se pode adicionar uma sociedade de economia agrária e dependente do trabalho escravo que não se interessava por melhorias educacionais (TANURI, 2000, p. 65).

Em 1867, o Brasil contava com apenas quatro instituições, pautadas nessa modalidade de ensino, localizadas no Piauí, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro (TANURI, 2000, p. 66).

A falta de êxito das primeiras escolas normais gerou repulsa por parte dos presidentes de províncias, que chegaram a rejeitar tais instituições e a substituí-las pelo sistema de inspiração austríaca e holandesa dos professores adjuntos, que empregavam aprendizes como auxiliares de professores em exercícios para preparação do desempenho docente de maneira prática desprovidos de base teórica.

A partir de 1868/70, foram valorizados pensamentos emancipatórios com repercussão no setor educacional, que vislumbravam transformações políticas e culturais, como indispensáveis ao desenvolvimento social e econômico da Nação. Entre esses pensamentos, estava a fundamentação de algumas teorias como a obrigatoriedade da instrução elementar, a liberdade de ensino em todos os níveis e a cooperação do poder central e nas províncias em todos os níveis (TANURI, 2000, p. 66).

Desse modo, as escolas normais passaram a ser reconhecidas, valorizadas e com um detalhe: no mesmo momento em que elas passaram a ter prestígio houve também enriquecimento de seu currículo, ampliação dos requisitos para ingresso e abertura às mulheres, que assumiram importante papel no ensino brasileiro, mesmo que à custa de reduzidas remuneração e alternativa para o casamento ou serviço doméstico. Com isso, em 1883, há o registro de 22 escolas, conforme registro no relatório do Ministro do Império (TANURI, 2000, p. 66).

O Decreto n.º 7.247 de 19/04/1879 – instituído por Carlos Leôncio de Carvalho – (BRASIL, 1879) propôs reformas nos ensinos primário e secundário do Município da Corte, cidade de Rio de Janeiro, e no Ensino Superior em todo o Império, portanto, provocando uma série de discussões sobre a organização do sistema de ensino brasileiro. Ainda assim, as Escolas Normais não atingiam o nível do curso secundário, sendo inferiores em conteúdo e em tempo de estudos, equiparando-se às escolas primárias superiores (TANURI, 2000).

O processo de formação para professores sofreu diferentes reformas nas regiões brasileiras, e as que mais se destacam e que influenciam nesse processo são: São Paulo, Distrito Federal e Rio de Janeiro.

Em São Paulo, estado de destaque no ramo da Educação em virtude da sua Economia, a Lei n.º 169 de 7 de agosto de 1893, que altera a Lei n.º 88 de 8 de setembro de 1892 (BRASIL, 1893), embasou a reforma paulista, que influenciou a estruturação da Escola Normal em todo o País, por consolidar ideias das elites republicanas paulistas para a instrução pública, com a criação de um Ensino Primário de duração de oito anos, divididos nos cursos elementares e complementares (TANURI, 2000, p. 69).

Houve a criação de Curso Superior junto à Escola Normal para formação de professores para escolas normais e ginásios. Na Escola Normal, ampliou-se o currículo, aumentou-se o tempo de curso para quatro anos e introduziram-se exames para ingresso na referida instituição. Contudo, a Escola Normal Superior não se consolidou, embora tenha permanecido na legislação até 1920. Os cursos complementares, apesar de não integralizarem o Ensino Primário, preparavam docentes para escolas preliminares, criando assim a dualidade de escolas de formação de professores. Mais tarde, em 1911, elas foram transformadas em Escolas Normais primárias com padrão mais elevado que as normais secundárias. (TANURI, 2000, p. 69).

No Distrito Federal [então na cidade do Rio de Janeiro], em 1917, quando a reforma realizada por Afrânio Peixoto separou o curso da antiga Escola Normal em dois ciclos: um preparatório e outro profissional. Os cursos complementares, realizados após o Ensino Primário paralelamente aos cursos secundários, funcionavam como preparatórios para a Escola Normal. O que se percebe é que, nessas condições, foi introduzida no ensino brasileiro uma bifurcação nos estudos gerais imediatamente após a escola primária:

[...] o curso complementar, espécie de primário superior, propedêutico à Escola Normal, de duração, conteúdo e regime de ensino interiores ao secundário, e este último, de caráter elitizante, objeto de procura dos que se destinavam ao ensino superior. A criação do curso complementar estabelecia um elo de ligação entre a escola primária e a normal e o ingresso na última passava a exigir maiores requisitos de formação (TANURI, 2000, p. 70).

Esses cursos foram introduzidos com dois anos de duração em vários estados brasileiros entre eles, Ceará, Bahia, Pernambuco, Distrito Federal, Minas Gerais e Goiás entre os anos de 1923 e 1929.

No Estado do Paraná, a Reforma de 1923, realizada por Lysimaco Ferreira da Costa, dividiu o Curso Normal em fundamental ou geral, com três anos de duração, e profissional ou especial, com duração de três semestres. Essa reforma priorizou a disciplina de metodologia de ensino que se ramificou por especialidades.

Nos estados de Minas Gerais (1927), Pernambuco (1928) e Distrito Federal (1928) também ocorreram a divisão e a exigência do curso complementar para ingresso, passando o curso a ser de cinco anos em dois ciclos: o ciclo geral ou propedêutico de três anos, e o ciclo profissional, de dois anos. Em Minas Gerais, ocorreu uma diferença nas modalidades de escolas que se dividiram em três níveis: escolas normais de segundo grau, de primeiro grau e os cursos normais rurais, com diferença nos tempos de conclusão e nos conteúdos

programáticos. Além dessas modalidades, acrescentou-se, em Minas Gerais, a modalidade da Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico para professores em exercício (TANURI, 2000).

A expansão de escolas normais de níveis menos elevados foi maior em relação às de níveis mais elevados; respondiam as possibilidades da época e a diferenças regionais. Também colaboraram para essa expansão as escolas normais privadas que, mais tarde, se tornariam a primordial mantenedora das escolas normais e as escolas de responsabilidade dos municípios.

No final dos anos de 1920, as escolas normais se qualificaram ainda mais, possibilitando equiparação com o Ensino Secundário. A pedagogia adotada deixou de ser circunscrita a problemas educacionais de cunho sociais e políticos, para ser embasada cientificamente com abordagens teóricas e práticas. Após 1930, em diversos estados brasileiros, as escolas normais ganharam um caráter extremamente profissional, passaram a exigir como requisito para ingresso o Ensino Secundário Fundamental. No Distrito Federal [então na cidade do Rio de Janeiro], a Escola Normal foi transformada em Instituto da Educação, que era composto pelas escolas: Escola de Professores, Escola Secundária, Escola Primária e Jardim da Infância. Mais tarde, em 1935, a Escola de Professores foi incorporada à Universidade do Distrito Federal; em 1939 voltou ao Instituto de Educação, em virtude da extinção da Universidade do Distrito Federal.

Em São Paulo, a Reforma de 1933 estabeleceu como pré-requisito o Ensino Secundário Fundamental, que trouxe também a denominação de Instituto de Educação e dividiu os cursos em formação de professores primários, secundários e especialização para diretores e inspetores. Em 1934, o Instituto foi incorporado à Universidade de São Paulo que, em 1938, deixou de ser instituto e passou a ser uma Seção de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP).

Em 1946, as Escolas Normais ganharam mais força ainda, com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal instituída pelo Decreto-Lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946, que fixou diretrizes e criou normas para a implantação dessas escolas em todo o território nacional (BRASIL, 1946). A partir de então, as províncias se apoiavam no Decreto-Lei para adequação curricular. A nova normativa trouxe como finalidade do Ensino Normal o que segue:

- 1 - Prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias;
- 2 - Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas;
- 3 - Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à Educação da infância (BRASIL, 1946).

Conforme essa legislação, houve a divisão do Curso Normal em dois níveis: um para formação de regentes do Ensino Primário, cujos diplomados seriam destinados às atividades da regência escolar, e outro, para formação de professores do Ensino Primário; esses seriam os futuros mestres e mestras (BRASIL, 1946). A formação dos regentes foi promovida pelas chamadas Escolas Normais Regionais, cujos cursos ofertados tiveram a duração de quatro anos e foram denominados Curso de 1º Ciclo. Já a formação de professores foi ofertada pelas Escolas Normais, teve a duração de três anos e foi chamada de Curso de 2º Ciclo.

A Lei Orgânica do Ensino Normal também trouxe alteração nos conteúdos que eram trabalhados na formação dos professores, criando e separando disciplinas para a formação de regentes e docentes, conforme Quadros 3 e 4.

Quadro 3 - Currículo 1º Ciclo - Formação de Regentes

<b>Escolas Normais Regionais - 1946</b>	
<b>Disciplinas</b>	<b>Série</b>
Português	I, II, III, IV
Matemática	I, II, III
Geografia Geral	I
Geografia do Brasil	II
História Geral	III
História do Brasil	IV
Ciências Naturais	III
Anatomia e Fisiologia humanas	III
Higiene	IV
Educação Física	I, II, III e IV
Desenho e Caligrafia	I, II, III e IV
Canto Orfeônico	I, II, III e IV
Trabalhos Manuais	I, II, III
Psicologia e Pedagogia	IV
Didática e Prática de Ensino	IV

Fonte: Romanelli (1980, p. 164).

Quadro 4 - Currículo 2º Ciclo – Formação de Professores

Escolas Normais - 1946	
Disciplinas	Série
Português	I
Matemática	I
Física e Química	I
Anatomia e Fisiologia humanas	I
Música e Canto orfeônico	I, II, III
Desenho e Artes aplicadas	I, II, III
Educação Física, Recreação e Jogos	I, II, III
Biologia Educacional	II
Psicologia Educacional	II, III
Higiene, Educação Sanitária e Puericultura	II, III
Metodologia do Ensino Primário	II, III
Sociologia Educacional	III
História e Filosofia da Educação	III
Prática do Ensino	III

Fonte: Romanelli (1980, p. 164).

Após a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal houve a democratização das Escolas Normais que foram, por muito tempo, as instituições que forneciam pessoal qualificado para trabalhar no Ensino Primário.

Segundo Tanuri (2000), a Lei Orgânica do Ensino Normal não trouxe grandes avanços ao normatizar o que já vinha sendo implementado em muitos estados. No entanto, as Leis Orgânicas tornaram o Ensino Normal mais homogêneo em relação ao ensino brasileiro, ao passo que articularam o 1º Ciclo da escola secundária com todas as modalidades de escolas de 2º Ciclo, articulação que ocorria com alguns cursos de Filosofia. Já para Scheibe e Valle (2007), significa que a maioria dos estados tomou essa lei como modelo para a organização do seu sistema de formação e professores.

Nos anos de 1950, período de grande desenvolvimento socioeconômico brasileiro, ocorreram também tentativas de modernização das escolas de ensinos médio e superior. Nesse contexto, nasceu o Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAAE), implementado entre os anos 1957 e 1965, cujo objetivo principal foi a instrução de professores das escolas normais com ênfase nas metodologias de ensino embasadas na Psicologia, nos moldes norte-americanos. Tal programa, logo mais, contribuiu para o caráter tecnicista nos anos de 1960 e 1970.

Em 1961, foi sancionada a Lei n.º 4.024 de 20 de dezembro, que foi denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1961). Embora não tenha trazido

novidades para o Ensino Normal, possibilitou a equiparação legal das modalidades de Ensino Médio, além de descentralizar o administrativo e flexibilizar o currículo, ocasionando uma reforma limitada aos conteúdos curriculares nos estados.

A Lei de 1961 mencionou somente a duração mínima para os dois cursos, cabendo então aos estados a ampliação do tempo de duração deles, mantendo a maioria o período mencionado nessa legislação. Somente os estados de Pernambuco, Minas Gerais e Paraíba expandiram o prazo para cinco anos, ficando o último deles destinado à preparação pedagógica mais específica.

Várias iniciativas favoráveis à ascensão do nível de formação do professor primário em nível superior começaram a surgir. Nesse viés, vale ressaltar que:

O Primeiro Parecer do Conselho Federal de Educação referente ao currículo mínimo do curso de Pedagogia (Parecer CFE251/62) deixa entrever que “nele se apoiarão os primeiros ensaios, prevendo a superação próxima do modelo de formação em nível médio nas regiões mais desenvolvidas do país” (TANURI, 2000, p. 48, grifo do autor).

Além desse parecer, outras ações foram tomadas com o intuito de aprimorar o preparo do docente para os anos iniciais da Educação brasileira. Com isso, houve o ingresso de mais disciplinas de formação geral para o Curso Normal, passando a estar presentes a Didática e a Prática de Ensino.

Em 1971, a Lei n.º 5.692/71 reforma do ensino de primeiro e segundo graus, criou a Habilitação Específica para o Magistério (HEM) (BRASIL, 1971), cujo ingresso era a segunda série; com isso houve uma redução da carga horária voltada a disciplinas pedagógicas, o que fez com que a Escola Normal perdesse o seu significado. O curso possuía um currículo comum a ser seguido em todo território nacional e uma área de formação especial que conforme o Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) 349/72, trouxe uma ramificação diversa de disciplina, todavia foram excluídas do currículo as figuras relativas à Metodologia da Alfabetização e de Matemática. Esse fato trouxe várias críticas à estrutura, que sofreu alterações em 1987, por meio das ações desenvolvidas pela Secretaria do Estado de São Paulo, que culminaram em sua reforma.

A partir de 1980, o Curso de Pedagogia passou por uma remodelação, adequando-se legalmente à formação do professor para séries iniciais; até então esta formação era feita sem o curso estar devidamente instrumentado. A formação de docentes passou a ser feita exclusivamente pelos cursos de Pedagogia, que possuíam estruturas que se encaixavam às

diferenças culturais, sendo o curso responsável pela formação docente de anos iniciais e formação unitário do pedagogo.

A Escola Normal tradicional deixou de existir. A “habilitação magistério” regulamentada em 1972, que a substituiu, foi organizada de forma a apresentar um núcleo comum de formação geral (constituído de disciplinas da área de comunicação e expressão, estudos sociais e ciências) e uma parte de formação especial (abrangendo os fundamentos da Educação, a estrutura e o funcionamento do ensino de primeiro grau, e a didática que incluía a prática de ensino) (SCHEIBE; VALLE, 2007, p. 125).

Importante ressaltar, aqui, o ano de 1992, quando o Curso de Licenciatura Plena Parcelada em Pedagogia e de Licenciatura em Educação Básica passou a ser ofertado pela Universidade Federal do Mato Grosso, por intermédio do Instituto de Educação a distância. (TANURI, 2000).

Embora as Escolas Normais tivessem seu encerramento legal com a Lei n.º 5.692/71, na prática, elas funcionaram e prepararam profissionais por muitos anos ainda, como podemos observar no município de Monte Carmelo, a Escola Normal Nossa Senhora do Amparo, objeto de estudo deste trabalho. A partir de 1990, o curso fora ofertado somente no período noturno, devido à escassez de demanda, sendo a última turma de normalistas encerrada em 1994 (NEVES, 2005).

## **2.2 Restauração católica e as congregações no Brasil**

Alguns acontecimentos podem ser citados como causa do enfraquecimento da Igreja, entre estes trago aqui, o embate, na década de 1930, entre católicos e liberais. A igreja católica fragilizada após a abolição do ensino religioso nas escolas mantidas pelo estado após a proclamação da República em 1889, tenta restabelecer essas ações e restaurar sua influência sobre a educação, inclusive com a volta do ensino religioso nas escolas públicas (GOMES, 2016). No entanto, com essa perda de espaço pela Igreja e com o pensamento liberal avançando, houve uma forte reação de todo corpo católico, como explica Oliveira (2009) o movimento ultramontano, surgido na Europa após a revolução francesa:

O movimento ultramontano, eminentemente europeu, contrário às inovações advindas do mundo moderno, expandiu-se pelo mundo, por meio do Pontificado de Gregório XVI, e procurou por meio das orientações religiosas rigorosas do Concílio de Trento (1545-1563). O Concílio de Trento também denominado XIX Concílio Ecumênico contra os invasores do século XVI, reuniu-se de 1545-1563 (18 anos) para elaborar um documento cujo teor seria o combate às inovações doutrinárias protestantes e, nesse sentido, reforçou alguns tópicos muito importantes da doutrina católica, como a fé católica, os livros sagrados, o pecado original, a justificação do homem, os sacramentos, a Eucaristia, a penitência, a missa, a ordem, o matrimônio, o purgatório, a Trindade, e encarnação e a profissão de fé. Foi convocado pelo papa III. Esse estudo também foi denominado de Contra-Reforma. Os decretos tridentinos e os diplomas emanados do Concílio foram os principais documentos que orientam o direito eclesiástico, até a promulgação do Código do Direito Canônico em 1917 (OLIVEIRA, 2009, p. 60).

Rambo (2002, p. 287) nomeia esse processo de revitalização da Igreja como “Restauração Católica” e ainda ressalta que tal processo é uma resposta à laicização e à secularização da sociedade civil e também uma forma de garantir seu espaço no cenário dos povos. Ainda acrescenta que o movimento nada mais é do que a reforma da Igreja nas bases doutrinárias e disciplinares que as circunstâncias impuseram e que foram formuladas nos documentos do Concílio.

Quando analisamos o processo de revitalização da Igreja, sempre nos deparamos com o termo “ultramontano” que assume vários significados, no entanto, o seu significado originário é apresentado por Rambo (2002, p. 287), que o correlaciona com o movimento de Restauração Católica da Igreja. Esse movimento combateu as ideias liberais e foi compreendido como uma forma encontrada pelo Catolicismo de manter o controle sobre a humanidade. No âmbito desse movimento cristão estava a parte voltada ao projeto educacional. Para Rambo (2002, p. 287, grifo do autor), esse processo definia-se da seguinte forma:

A Restauração Católica fundamenta-se, em primeiro lugar, na volta ao Catolicismo tridentino, conduzido sob a autoridade direta do romano pontífice. Opõe-se em princípio a qualquer tipo de composição e, mais ainda, a qualquer forma de tutela do Estado. Foi nesse contexto que foi entendido o conceito do Ultramontanismo ou Ultramontanos (ultra-montes = além das montanhas), referindo-se aos teólogos, ao clero, aos religiosos e ao povo em geral, que combatia o galicismo dos católicos franceses que defendiam uma composição com o poder civil. Os ultramontanos reivindicavam como autoridade máxima e única aquele que tinha sua sede “ultramontes, além das montanhas, dos Alpes”, o papa em Roma.

Observa-se que a Igreja Católica, em decorrência da separação com o Estado, viu-se obrigada a moldar-se de acordo com os diferentes rumos que o Brasil tomava, para que

conseguisse colaborar com a sociedade também no quesito educacional, selecionando o que deveria ser ensinado e transferido às pessoas, com o objetivo de formar crianças e jovens imersos nos princípios católicos. Nessa perspectiva, a implantação das escolas de cunho confessional não visava somente à arrecadação financeira por meio das mensalidades das educandas, mas, também, prevenir o contato das alunas com as ideias modernas e com a proposta do ensino leigo, evitando que surgissem ideias diferentes dos pensamentos católicos.

Os ideais católicos, por vezes, estiveram relacionados com os pensamentos das elites brasileiras e esses se complementavam, mesmo que em ambientes diferentes, uma vez que a vertente cristã era a obediência e o respeito à ordem constituída. O verdadeiro ordeiro deveria ater-se às concepções apresentadas em sua época à sociedade, mesmo que elas reforçassem o caráter individualista e o civismo como força para a implantação de uma nação (CAMARGO, 2014). Isso fica evidente quando analisamos o perfil das alunas pertencentes aos colégios confessionais, que inscreviam e educavam os filhos de famílias mais opulentas da região onde se instalavam.

Com o movimento de restauração, a Igreja Católica não mediu esforços para espalhar instituições educacionais de cunho confessional em todo o território nacional. Para melhor visualizar esse processo de implantação, o Quadro 5 expõe dados informativos da quantidade de escolas católicas no Brasil no período republicano.

Quadro 5 - Escolas Católicas no período republicano

<b>Período</b>	<b>Instituições escolares católicas</b>
1890-1930	268
1931-1945	216
1946-1964	464
1965-1985	238
1986-1996	103
<b>Total</b>	<b>1.361</b>

Fonte: Camargo (2014).

As Congregações começaram a sua expansão em território brasileiro e, entre outros campos, atuavam na parte educacional como forma de controlar os ensinamentos e a propagação de ideias contrárias aos valores cristãos. Acreditavam que, com o controle do sistema educacional, seriam capazes de controlar a difusão de pensamentos originados no mundo moderno. Nessa mesma linha, surgiu a Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Amparo, genuinamente brasileira, que dirige o atual Colégio Nossa Senhora do Amparo de

Monte Carmelo, antiga Escola Normal e várias outras instituições em território nacional e estrangeiro.

### **2.3 Projeto católico para a Educação feminina**

É sabido que a Igreja Católica teve forte influência na Educação brasileira, inclusive na proposta educacional voltada ao público feminino. Desde a colonização do Brasil pelos portugueses, os jesuítas mantinham a monopolização da instrução, mesmo tendo como maior objetivo a catequização dos índios. A íntima relação entre a História da Educação e a Igreja Católica pode ser explicada pela influência de Portugal, onde a questão religiosa ocupou, por séculos, posto de destaque no período percorrido pelo ensino, vindo a perder sua soberania somente com a expulsão da Companhia de Jesus ocorrida em 1759. Nessa linha temporal, observam-se várias questões relacionadas com a obtenção do poder sobre a Educação nas terras brasileiras e, em todas elas, a Igreja Católica objetivava o controle da esfera educacional.

Até meados do século XIX, a sociedade patriarcal não se preocupava com a escolarização do público feminino. As mudanças desse período, como a abertura dos portos para o mercado mundial em 1808, a crescente urbanização e a penetração da cultura burguesa trouxeram a necessidade de educar as jovens brasileiras. O pequeno número de escolas com aceitação feminina existente e ainda com problemas levantados pela oligarquia, como a mistura de classes sociais e a baixa qualidade dos professores, fizeram com que essa classe da sociedade passasse a contratar professores para educarem seus filhos em casa, com o intuito de fornecer um “polimento sociocultural” (ORTIZ, 2014, p. 55).

Depois da segunda metade do século XIX, em São Paulo, foram criadas escolas internas particulares para atenderem às famílias que desejassem que suas filhas tivessem acesso à Educação. Entretanto, para manter as educandas matriculadas, as famílias oligárquicas tinham que arcar com altos custos e, ainda assim, a qualidade do ensino era duvidosa. Esses fatos adquiriram simpatia pela possibilidade de haver escolas católicas femininas. Isso proporcionou ao conservadorismo católico de 1870 e dos períodos subsequentes a melhor opção de Educação para as moças das famílias mais opulentas da sociedade (ORTIZ, 2014, p. 56).

Todavia, como conciliar as funções sociais da Igreja com a demanda da burguesia brasileira? Os colégios confessionais conseguiram atender às classes elitistas, fortaleceram o

caráter conservador e, ao mesmo tempo, exerceram a sua função assistencial acolhendo mulheres de classes sociais menos favorecidas, principalmente nos externatos e nos orfanatos e abrangeram, dessa forma, todas as classes da sociedade, no Brasil. No Estado de São Paulo, em 1859, foi instalado O Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, na cidade de Itu, que foi o primeiro colégio feminino do período, com esse viés (ORTIZ, 2014, p. 58).

Nessa mesma época, os colégios de freiras viram a necessidade de adequar-se às normas e diretrizes do Estado para igualarem-se aos colégios oficiais e atrair público feminino. Essas adequações surgiam à medida que havia mudanças na sociedade por meio do processo de modernização pelo qual passava o País. Com isso, a demanda por mais escolas católicas foi aumentando nas áreas urbanas, as religiosas pautavam os ensinamentos em padrões éticos conservadores, formavam suas educandas e as preparavam para cuidar do lar. Essa visão não era defendida somente pelos representantes do clero como também pelas elites dirigentes que tinham medo de que o gênero feminino pudesse adquirir maior autonomia no ramo social (ORTIZ, 2014, p. 60).

A formação nas escolas dirigidas pelas congregações católicas, instaladas em território brasileiro apoiou-se no documento *Ratio Studiorum*, o Método Pedagógico dos Jesuítas que versava sobre a Organização e Plano de Estudos da Companhia de Jesus, revisado e experimentado por professores jesuítas entre 1548 e 1599, permanecendo inalterado até 1832; sofreu uma adaptação pelo Catolicismo conservador, em atendimento às novas matérias existentes, todavia mantendo o método pedagógico.

De acordo com Silva (2005), os Padres da Missão e as Filhas da Caridade da obra de São Vicente de Paulo foram os primeiros religiosos e religiosas a chegarem ao Brasil no período imperial, logo após ressurgiram os jesuítas. Quase no fim do Império, pisaram em solo brasileiro os dominicanos e os salesianos. Em 1881, na cidade de Uberaba, no estado de Minas Gerais, os Dominicanos consolidaram a sua primeira fundação e, ao lado deles, as Irmãs Dominicanas que, em 1885, fundaram a escolas para moças da sociedade (SILVA, 2005, p. 95).

Os obstáculos para a formação educacional feminina são percebidos desde a época do Império. Mesmo que a Constituição Imperial previsse o Ensino Primário gratuito a todo cidadão e estabelecesse currículo para o público feminino, ele ficava aquém dos conteúdos ministrados à Educação masculina, além de não propiciar a criação de escolas, que quase inexisteram, conforme se pode verificar:

Desde o decreto de 15 de outubro de 1827, o Governo imperial havia estabelecido um currículo não profissionalizante para a Educação feminina, voltado para a formação de donas-de-casa, compostas das seguintes disciplinas: leitura, escrita, doutrina católica e prendas domésticas. Porém, se o estado instituiu um currículo para a Educação feminina, e outro mais completo para a Educação masculina, não possibilitou ao mesmo tempo, as condições práticas para a execução desses currículos, ou seja, não criou as escolas (MANOEL, 1996, p. 23).

Nesse período, a responsabilidade pela instrução pública era conferida às Províncias, que não abraçaram a causa, devido aos altos custos que teriam para manter uma escola pública e pelo interesse no ensino privado, prejudicando, assim, a Educação voltada ao gênero feminino. Isso propiciou à Igreja Católica um comando sobre a instrução feminina, tornando-a a principal responsável nesse processo de alfabetização.

Conforme ressalta Silva (2005, p. 99), Francisco Campos, quando assumiu o Ministério da Educação e Saúde, no ano de 1930, reforçou em âmbito nacional a força do Ensino Religioso nas escolas, pois via nele o papel para a estabilização do novo Governo, o que resultou no Decreto de 1931 (BRASIL, 1931), que permitiu o ensino nas escolas públicas.

Os pensamentos de Francisco Campos iam de encontro aos pensamentos da Igreja Católica, às vezes, por ser ele o homem da confiança do clero, o que pode ser comprovado com a apreciação do Decreto na íntegra:

Decreto n.º 19.941, de 30 de abril de 1931

Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. O Chefe do Governo Provisório da República dos estados Unidos do Brasil DECRETA:

Art. 1º Fica facultado, nos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal, o ensino da religião.

Art. 2º Da assistência às aulas de religião haverá dispensa para os alunos cujos pais ou tutores, no ato da matrícula, a requererem.

Art. 3º Para que o ensino religioso seja ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino é necessário que um grupo de, pelo menos, vinte alunos se proponha a recebê-lo.

Art. 4º A organização dos programas do ensino religioso e a escolha dos livros de texto ficam a cargo dos ministros do respectivo culto, cujas comunicações, a este respeito, serão transmitidas às autoridades escolares interessadas.

Art. 5º A inspeção e vigilância do ensino religioso pertencem ao Estado, no que respeita a disciplina escolar, e às autoridades religiosas, no que se refere à doutrina e à moral dos professores.

Art. 6º Os professores de instrução religiosa serão designados pelas autoridades do culto a que se referir o ensino ministrado.

Art. 7º Os horários escolares deverão ser organizados de modo que permitam os alunos o cumprimento exato de seus deveres religiosos.

Art. 8º A instrução religiosa deverá ser ministrada de maneira a não prejudicar o horário das aulas das demais matérias do curso.

Art. 9º Não é permitido aos professores de outras disciplinas impugnar os ensinamentos religiosos ou, de qualquer outro modo, ofender os direitos de consciência dos alunos que lhes são confiados.

Art. 10. Qualquer dúvida que possa surgir a respeito da interpretação deste decreto deverá ser resolvida de comum acordo entre as autoridades civis e religiosas, a fim de dar à consciência da família todas as garantias de autenticidade e segurança do ensino religioso ministrado nas escolas oficiais.

Art. 11. O Governo poderá, por simples aviso do Ministério da Educação e Saúde Pública, suspender o ensino religioso nos estabelecimentos oficiais de instrução quando assim o exigirem os interesses da ordem pública e a disciplina escolar.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1931, 110º da Independência e 43º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos (BRASIL, 1931).

Esse Decreto do Presidente Getúlio Vargas demonstra a abertura que o Estado concede à Igreja, permitindo a ela selecionar os conteúdos que deveriam ser ministrados no Ensino Religioso e, ainda, a designação dos professores pelas autoridades do culto religioso.

Em 1934, com Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde, mudanças mais expressivas na Educação foram dirigidas à Igreja Católica. Essas transformações abrangeram também a Educação feminina que teria dois objetivos: proteger a família e dar a mulher um ensino adequado ao seu papel familiar (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000).

Nesse contexto, pode-se afirmar que o surgimento das instituições católicas femininas permitiu a formação da mulher não somente para sua atuação na sociedade e para seus futuros lares, como também dentro da própria Igreja, uma vez que era nítida a desvalorização pelo Estado para a formação desse gênero.

Para Camargo (2014), as Congregações especificavam, em suas instituições, uma Educação de conduta estética, religiosa e formação para o lar. Salientavam, em seu ensino ministrado às alunas, as virtudes da função natural da mulher: ser mãe, pois tinham um fim maior que seria propagar a fé. As mudanças ocorridas nesse lapso temporal foram de tamanha importância que tornaram significativa a expansão de Congregações em territórios do Triângulo Mineiro conforme podemos visualizar no Quadro 6.

Quadro 6 - Congregações Masculinas na região do Triângulo Mineiro

<b>Nome</b>	<b>Região</b>	<b>Ano</b>
Padres da Missão Lazaristas	Campina Verde	1828
Padres Dominicanos	Uberaba	1881
Irmãos Maristas (Colégio Diocesano)	Uberaba	1903
Padres dos Sagrados Corações	Patrocínio, Araguari e Água Suja	1925
Padres Salesianos (Ginásio Dom Bosco)	Araxá	1926
Padres Estigmatinos	Ituiutaba	1935
Padres Capuchinhos	Carmo do Paranaíba e Frutal	1936
Padres Capuchinos	Patos de Minas	1937

Fonte: Atualizado a partir dos dados de Inácio Filho e Rossi (2009).

Em Campina Verde, os Padres da Missão Lazaristas são os primeiros a chegar à região do Triângulo Mineiro, em 1828, permanecendo únicos por mais de 50 anos, quando chegaram os Padres Dominicanos, em 1881, à cidade de Uberaba e logo após, em 1885, as Irmãs Dominicanas se instalam na mesma cidade (Quadro 7).

Quadro 7 - Congregações Femininas na Região do Triângulo Mineiro

<b>Nome</b>	<b>Região</b>	<b>Ano</b>
Irmãs Dominicanas (Colégio Nossa Senhora das Dores)	Uberaba	1885
Irmãs de Jesus Maria e José (Asilo Santo Antônio)	Uberaba	1914
Irmãs do Sagrado Coração de Maria de Berlaar (Colégio Sagrado Coração de Jesus)	Araguari	1919
Irmãs do Sagrado Coração de Maria de Berlaar (Colégio Nossa Senhora do Patrocínio)	Patrocínio	1929
Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado (Colégio Nossa Senhora das Lágrimas)	Uberlândia	1933
Irmãs de Jesus Maria e José (Orfanato)	Araxá	1937
Irmãs Missionárias de Nossa Senhora das Dores (Hospital)	Patos de Minas	?
Irmãs Missionárias de Nossa Senhora das Dores (Colégio de São José)	Ibiá	?
Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo (Colégio Nossa Senhora do Amparo)	Monte Carmelo	1939

Fonte: Atualizado a partir dos dados de Inácio Filho e Rossi (2009).

Observa-se, nos Quadros 6 e 7, que as Congregações Católicas instaladas na região do Triângulo Mineiro, no Estado de Minas Gerais, como ocorre também em todo território nacional, atuaram nas áreas sociais, de saúde e de Educação, mostrando que grandes mudanças aconteceram também no seio da Igreja, que deixou de se limitar aos conventos e levou suas ações para o campo social, com a criação de asilos para colhimento apessoas idosas, orfanatos para receber e dar carinho às crianças pobres e órfãs, hospitais para recuperação de pessoas cuja saúde encontrava-se debilitada e, principalmente, o campo educacional com a criação de Colégios Católicos masculinos e femininos.

### 3 TRAJETÓRIA DA ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA DO AMPARO

#### 3.1 Breve histórico das terras carmelitanas

Como várias outras cidades brasileiras e mineiras, Monte Carmelo tem uma história rica que vai do “diamante ao barro”, conforme se referem as pesquisadoras Ribeiro e Márques (2012, p. 63), que sentiram a falta de uma “história formalmente construída” para o município. Resta, então, a grande contribuição do memorialista Yermak Slywitch<sup>7</sup>, em quem este estudo também busca subsídios, no esforço de juntar, pelo menos, alguns recortes mais voltados para a área de Educação, uma vez que ela envolve o foco deste estudo.

No entanto, é importante um pouco de História Jurídica, a começar pelo nome da cidade, para que nos possamos aproximar do objeto de estudo proposto – mesmo que com uma descrição rápida do contexto político, econômico, sociocultural e educacional – do qual o atual Colégio Nossa Senhora do Amparo, antiga Escola Normal faz parte.

O solo carmelitano, possivelmente, foi habitado por índios da tribo dos Araxás, conforme indicam alguns machados de pedra, potes, roletas etc. Registros históricos dão conta de que os primeiros movimentos que deram vida ao povoado ocorreram por volta de 1840, devido ao fato de diversos moradores de São João Del Rey e de Tamanduá (atual Itapecerica) e de outras cidades do País, atraídos pela descoberta de garimpos diamantíferos em Bagagem (atual Estrela do Sul) e depois em Nossa Senhora D’ Abadia de Água Suja (atual Romaria), que vieram para Monte Carmelo. Foi a época dos garimpos para onde os homens se dirigiam à cata de diamantes.

[...] contam os primeiros habitantes, que nessa região havia uma rica fazendeira, chamada Clara Chaves. Dona Clara Chaves era muito devota de Nossa Senhora do Carmo. Por isso, doou a área de uma légua quadrada a Nossa Senhora do Carmo, área esta onde estavam localizadas as famílias dos garimpeiros, para que ali se construísse uma capela em louvor à santa de sua devoção. Nessa área iniciou-se então o povoado, que pertencia à freguesia de Araxá e posteriormente a de Patrocínio. (SLYWITCH, 1991, p. 2).

---

<sup>7</sup> YermakSlywitch (1921- 2001). Formado em farmácia pela Universidade de Minas Gerais em 1945. Em 1965 fez o curso de Sistema de Educação e Organização Escolar pela Faculdade Filosofia e Letras “Santo Tomaz de Aquino” em Uberaba, Minas Gerais. Como professor, trabalhou nos colégios locais de Monte Carmelo desde 1963, sendo diretor do então Colégio JK no primeiro semestre de 1966. Fez o curso de Enfermagem, Higiene mental e Higiene pré-natal no ano de 1969. Em 05 de junho de 1975, foi aprovado em exames, por meio dos quais assumiu a cadeira de Iniciação às Ciências Físicas e Biológicas da Escola Estadual Gregoriano Canedo. Foi diretor da Escola Estadual Gregoriano Canedo de 1º de junho de 1980 a 31 de julho de 1981. Em 29 de outubro de 1987, recebeu do Governo do Estado de Minas Gerais a medalha do Mérito Educacional no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, Minas Gerais (BRASÃO, 2013, cap. 2).

As principais datas históricas desse começo de habitação de Monte Carmelo podem ser resumidas assim: em 14 de setembro de 1870, o distrito de Bagagem foi emancipado eclesialmente de Patrocínio, tornando-se paróquia. Desse modo, a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo também se desmembrou daquela paróquia, anexando-se à recém-criada Paróquia de Bagagem, “[...] com a denominação de Arraial ou povoado de Carmo da Bagagem, tendo como primeiro Vigário o Padre Manoel Luiz Mendes, no período de 4 de outubro de 1870 a 15 de outubro de 1888” (BRASÃO, 2013, p. 62).

Em 6 de outubro de 1882, por meio da Lei Provincial n.º 2.927, a Freguesia do Carmo da Bagagem foi elevada à categoria de Vila. Em 14 de setembro de 1891, foi confirmada a criação do Distrito pela Lei Estadual n.º 2. A Comarca foi criada pela Lei n.º 11, de 13 de novembro de 1891, sendo instalada solenemente em 4 de abril de 1893.

Tito Fulgêncio Alves Pereira foi seu primeiro Juiz de Direito, que se tornou um dos maiores nomes da magistratura mineira. Em 24 de maio de 1892, por força da Lei Estadual n.º 23, Carmo da Bagagem foi elevada a cidade. No ano de 1896, a Comarca de Bagagem estabeleceu suas fronteiras com Patrocínio.

Com relação ao nome da cidade, como afirmam Ribeiro e Márques (2012), sua origem é controversa. Uma versão é que o nome da cidade tem sua origem em monte situado próximo à sede, que se chama Monte Carmelo, existente na Palestina, perto de Nazaré. Outra versão colocada é que o nome decorre da padroeira da cidade, Nossa Senhora do Carmo, em alusão à sede da Congregação das Carmelitas. Esse nome foi oficializado por uma Lei do Congresso Legislativo do Estado sob n.º 286, em 25 de junho de 1900 (SLYWITCH, 1991).

De acordo com Ribeiro e Márques (2012, p. 64, grifos das autoras):

Com o clima e a água de boa qualidade, os garimpeiros acabaram instalando suas famílias às margens do “Córrego Mumbuca”, onde atualmente fica o bairro urbano Tamboril. Suas residências eram construídas em torno da fazenda de Dona Clara Chaves, a qual teria doado um terreno de seis quilômetros quadrados aos migrantes em troca da construção de uma capela para Nossa Senhora do Carmo, de quem ela era devota. Nessa área, onde hoje é a Praça da Matriz, formou-se, em torno da primeira Igreja, o “*Arraial do Carmo da Bagagem*”.

Em 1900, o município de Monte Carmelo abrangia cinco distritos de Paz: Monte Carmelo (sede), Nossa Senhora de Água Suja, (Romaria), São Sebastião da Ponte Nova (Nova Ponte), Espírito Santo do Cemitério (Iraí de Minas) e Santa Cruz do Boqueirão (Douradoquara). Ribeiro e Márques (2012) citam outros episódios na cronologia histórica de Monte Carmelo, depois de citarem a inauguração do telégrafo em 22/10/1910. São eles:

[...] a inauguração da luz elétrica ocorreu em 12/02/1922; a segunda Instalação da Comarca e criação do Grupo Escolar Melo Viana pela lei 212, ocorreu em 07/09/1926; a inauguração da Estrada de Ferro Rede Mineira de Viação 24/04/1936; a fundação do Centro Espírita Humildade, Amor e Luz em 15/12/1937; *chegada das freiras da Congregação Nossa Senhora do Amparo, fundando o Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora do Amparo em 12/03/1939* (RIBEIRO; MÁRQUES, 2012, p. 65, grifo nosso).

Fizemos o grifo na citação dessas pesquisadoras apenas para frisar que a chegada das freiras da Congregação Nossa Senhora do Amparo e, conseqüentemente, a fundação da Escola Normal do mesmo nome estão entre os fatos mais importantes da História de Monte Carmelo.

A primeira capela tem sempre sua importância dentro da história de uma cidade. É tão importante quanto os aspectos geográficos onde a comunidade se localiza. A Capela Nossa Senhora do Carmo, em Monte Carmelo, também tem esse grau de importância, na perspectiva socioespacial, por marcar o cotidiano ao seu entorno, onde ocorriam festejos e lazer.

Geralmente, um povoado começava com uma pequena capela; se ele crescia, a capela era substituída por um templo mais imponente. Em Monte Carmelo, também foi assim. A Capela Nossa Senhora do Carmo nasceu simples, passou por várias transformações e até foi reconstruída, tornando-se a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo. Na Figura 2 podemos observar a quantidade de pessoas presentes nas festas religiosas da cidade.

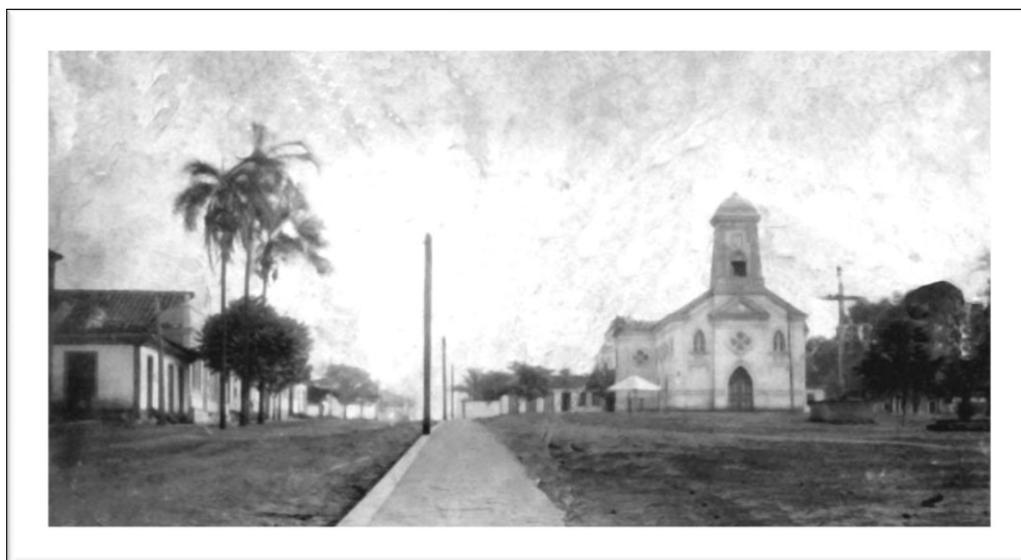
Figura 2 - Festas religiosas sempre no pátio da Igreja



Fonte: Acervo da Casa da Cultura. Pastas avulsas – sem numeração.

A primeira Igreja Matriz da cidade foi construída pelos moradores pioneiros entre as décadas de 1840 e 1860; foi demolida para dar lugar à segunda Igreja, inaugurada em 7 de julho de 1922 (PORTILHO, 2003, p. 80), na Figura 3, do ano de 1933, temos a vista frontal do templo, que permaneceu erguido até 1977 quando foi demolida.

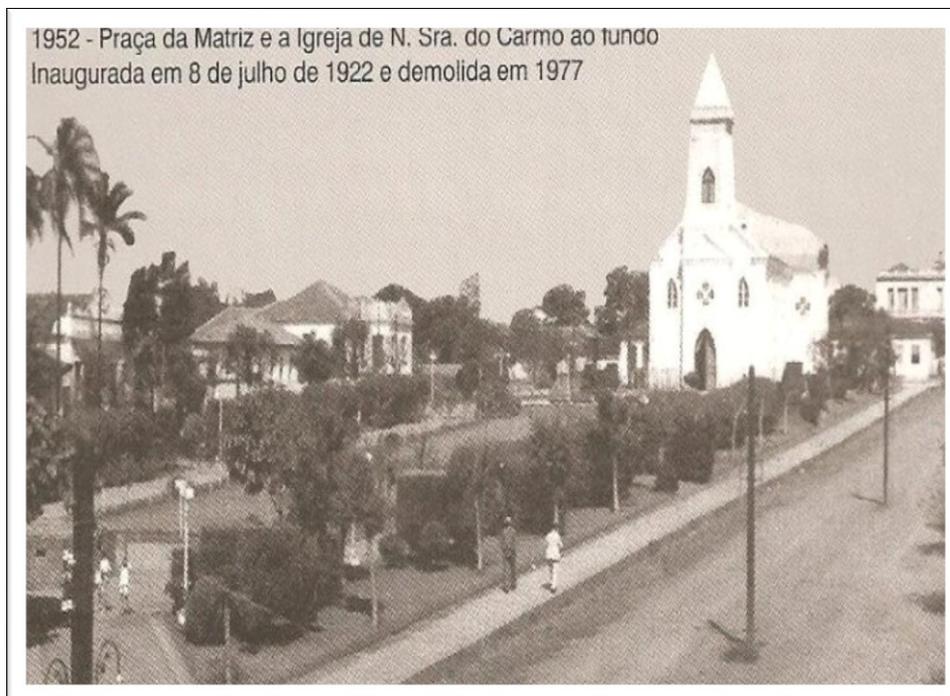
Figura 3 - Igreja, 1933



Fonte: Acervo da Casa da Cultura. Pastas avulsas – sem numeração

No ano de 1952, por meio da Figura 4, é possível verificar as benfeitorias e o paisagismo que foram incrementados à praça e ao templo e os avanços que chegaram à cidade como os postes de energia elétrica.

Figura 4 - Igreja, 1952



Fonte: Acervo da Casa da Cultura. Pastas avulsas – sem numeração.

Em 1958, mais obras eram erguidas na praça da Igreja Matriz (Figura 5): a construção de um chafariz trazia mais beleza ao local, que também era utilizado pelos cidadãos carmelitanos para divertimento, ao cair da tarde com um passeio pela área pública.

Figura 5 - Igreja, 1958



Fonte: Acervo da Casa da Cultura. Pastas avulsas – sem numeração.

Se, no seu início, Monte Carmelo ficou conhecida pelo garimpo de diamantes, neste ano de 2018, ela é reconhecida no cenário nacional por causa do número de cerâmicas que produz telhas para todo o Brasil e também por sua agricultura. Mas nem só o diamante e o parque cerâmico marcam a cidade na Economia do País, pois, na atualidade, o município consolidou-se como um dos maiores produtores do considerado melhor café do cerrado brasileiro. Neste ponto de nossa pesquisa, é importante ressaltar que a fase do diamante passou por Monte Carmelo. Assim:

Uma vez esgotados os veios diamantíferos, a mineração entrou em decadência, alterando a vida econômica, política e social da região e promovendo fluxos migratórios em sentido inverso, rumo à zona rural. Os arraiais que haviam surgido e que antes prosperavam sob a influência do ouro e do diamante transformaram-se rapidamente em verdadeiras “cidades fantasmas”, ou seja, perderam rapidamente sua fonte econômica e partes significativas de suas populações. Foram necessários anos para que o município reorganizasse sua Economia, hoje também relacionada a produtos do solo, contudo não mais aos diamantes e sim à argila, que alimenta os fornos das cerâmicas, e aos frutos do setor agropecuário (RIBEIRO; MÁRQUES, 2012, p. 66).

Para completar o breve histórico de Monte Carmelo, elaboramos o Quadro 8 para melhor compreensão da síntese.

Quadro 8 - Sinopse da história jurídica de Monte Carmelo.

1840	Início da povoação por garimpeiros. Os primeiros movimentos que deram origem ao povoado tiveram início em 1840
	<b>Diversos moradores de São João Del Rei e Tamanduá (Itapecerica) e de outras cidades do país, atraídos pelas descobertas de garimpos diamantíferos em Bagagem (Estrela do Sul) e depois em Nossa Senhora D'Abadia de Água Suja (Romaria), para cá vieram. Por causa do ambiente dos garimpos, pouco recomendado à famílias e ainda, devido ao clima saudável e excelente água dessa região, estes pioneiros, deixavam aqui suas famílias e se dirigiam para os garimpos à cata de diamantes. Assim formou-se o povoado.</b>
	Fundadora Clara Chaves
	<i>Contam os primeiros habitantes que nesta região havia uma fazendeira chamada Clara Chaves. Dona Clara era muito devota de Nossa Senhora do Carmo. Por isso, doou a área de uma légua quadrada (6 km x 6 km) à Nossa Senhora do Carmo, região onde estavam localizadas as famílias dos garimpeiros, para que aí se construísse uma capela em louvor à Santa. Nesta área iniciou o povoado, que pertenceu à freguesia de Araxá e posteriormente à de Patrocínio.</i>
1870	Freguesia e ou Povoado de Carmo da Bagagem
	<b>Em 14 de setembro de 1870, o distrito de Bagagem emancipou-se eclesiasticamente de Patrocínio, tornando-se paróquia. Com isso, a freguesia de Nossa Senhora do Carmo também se desmembrou daquela paróquia, anexando-se à recém-criada paróquia da Bagagem, com denominação de arraial ou povoado de Carmo da Bagagem.</b>
1882	Vila
	<i>Em 6 de outubro de 1882 pela lei provincial n.º 2.927 a freguesia do Carmo da Bagagem foi levada à categoria da Vila.</i>
1891	Confirmação Do Distrito
	<b>Em 14 de setembro de 1891, pela lei estadual n.º 2 é confirmado a criação do distrito.</b>
1892	Elevação à Cidade
	<i>Em 24 de maio de 1892, por força da Lei estadual n.º 23, Carmo da Bagagem é elevada à cidade.</i>
1893	Instalação Solene da Comarca
	<b>A Comarca foi criada pela lei estadual n.º 11 de 13 de novembro de 1891, sendo instalada solenemente em 4 de abril de 1893, por Dr. Tito Fulgêncio Alves Pereira, seu primeiro Juiz de Direito, que se tornou um dos maiores nomes da magistratura mineira.</b>
1896	Fronteiras com Patrocínio
	<i>Em 1896 a comarca do Carmo da Bagagem estabelece suas fronteiras com Patrocínio.</i>
1900	Mudança de Nome
	<b>Em 25 de junho de 1900 pela lei estadual n.º 286, Carmo da Bagagem passou a denominar-se Monte Carmelo. O nome da cidade tem sua origem num monte situado próximo à sede, o qual se chama Monte Carmelo, devido sua semelhança com Monte Carmelo, morro existente na Palestina, perto de Nazareth.</b>
1900	Formação Administrativa
	<i>Nessa ocasião o município de Monte Carmelo abrangia cinco distritos de paz: Monte Carmelo (sede), Nossa Senhora D'Abadia de Água Suja, São Sebastião da Ponte Nova e Espírito Santo do Cemitério (Iraí de Minas), Santa Cruz do Boqueirão (Douradoquara).</i>
1923	Criação ao Distrito de Douradoquara
	<b>Perdeu o distrito da sede parte de seu território com a criação do Distrito de</b>

<b>Douradoquara (Ex-Santa Cruz do Boqueirão) o qual continuou a pertencer ao município contando com 5 distritos: Monte Carmelo (sede), Douradoquara, Iraí, Nossa Senhora D'Abadia de Água Suja, São Sebastião da Ponte Nova.</b>
1938 Extinção do Distrito de São Sebastião da Ponte Nova
<i>Pela Lei Estadual n.º 148 de 17 de dezembro de 1938 o distrito de São Sebastião da Ponte Nova foi anexado ao recém-criado município de Nova Ponte, ficando o município composto apenas de 4 distritos: Monte Carmelo, Água Suja, Iraí e Douradoquara.</i>
1944 O Distrito de Iraí passou a denominar-se Bagagem
<b>1954 O Distrito de Bagagem voltou a chamar-se Iraí sendo-lhe acrescentado a esse nome a especificação – de Minas, ou seja, Iraí de Minas.</b>
1963 Emancipação Política dos Distritos de Iraí de Minas, Romaria e Douradoquara.
<i>Em 31 de dezembro de 1963 o município perdeu os distritos de Romaria (Ex-Água Suja), Iraí de Minas e Douradoquara, o qual passou a chamar-se Douradoquara. Eles tornaram-se sede de novos municípios pela divisão administrativa do Estado de Minas Gerais publicada no Órgão Oficial daquele dia. Assim o Município de Monte Carmelo ficou com os distritos de Celso Bueno e Gonçalves.</i>

Fonte: Dados da pesquisa.

### **3.2 A atuação de Padre Siqueira e da Congregação das irmãs de Nossa Senhora do Amparo**

Para compreendermos as motivações que culminaram na criação do Curso Normal da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo, na cidade mineira de Monte Carmelo – objetivo geral desta pesquisa – julgou-se importante registrar como surgiu a Congregação Nossa Senhora do Amparo no País, conhecer como foi que ela chegou a Monte Carmelo e quais foram os acontecimentos que culminaram com a criação da Escola e, conseqüentemente, do Curso Normal.

Nos primórdios da família franciscana, destaca-se a atuação do Padre João Francisco de Siqueira Andrade, que instituiu a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, em Petrópolis (RJ), no ano de 1871. Para efeito de melhor entendimento desta dissertação, a história dessa escola precisa ser relembraada com alguns dados sobre o fundador, suas ideias e a concretização do seu projeto, porque eles culminam com a fundação da instituição da mesma ordem em Monte Carmelo.

Conhecido como o Apóstolo da Caridade, Padre João Francisco de Siqueira Andrade (Figura 6) nasceu em Jacareí (SP) no dia 15 de julho de 1837. De acordo com a pesquisa da Irmã Áurea de Jesus Hóstia (2013), o Padre Siqueira, como era chamado, frequentou o Seminário Episcopal de São Paulo e foi ordenado no Rio Grande do Sul no dia 8 de dezembro de 1864.

Figura 6 - Padre Siqueira, o Apóstolo da Caridade



Fonte: Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo (2018).

Escapou ao ordinário dos homens de seu tempo, pela visão clara do momento histórico, pelo descortínio do futuro, pela coragem de ser fiel às suas ideias, pela tenacidade em superar dificuldades, pela confiança em Deus, pelo amor à Igreja e sobretudo, aos mais pobres. Ele ocupa um lugar de destaque entre os Educadores do Brasil. Padre Siqueira era um antecipado, alguém que viveu em seu tempo um tempo que estava por vir (HÓSTIA, 2013, p. 1).

No tempo de seminário, já sentia a força do seu carisma: como estudante, a sua grande preocupação era a Educação da juventude brasileira. Decidiu que, depois de ordenado, fundaria uma Casa para educar meninos pobres. Estudou seriamente a situação do Brasil e concluiu que o bem-estar religioso e social dependia da boa Educação que se oferecia ao povo. Serviu, como voluntário da Pátria, na Guerra do Paraguai e, ao regressar, buscando alívio para a tuberculose, foi a Petrópolis. Foram momentos difíceis:

Quando de sua estada no Sul, tivera ele ocasião de ouvir bem de perto o relato dos horrores e as consequências tristes da Guerra. Seu coração bem formado, onde o amor à pátria se aliava ao amor de Deus e das almas, sentiu-se chamado a este heroico sacrifício. E soldado de Cristo, como tal, luta e combate em prol do bem, fazendo-se voluntário e Capelão militar do 7º Batalhão de Voluntários da Pátria, para estender a seus irmãos e patrícios a sua caridade e dedicação. (HÓSTIA, 2013, p. 33).

Bem como se expressa Hóstia (2013, p. 34), “[...] o céu brasileiro, entretanto continuava nublado. A guerra alastrava-se espalhando terror por toda parte”. O exército brasileiro, em 1865, contava com 17.000 homens e tinha contra si as forças paraguaias com 80.000 homens. A ação pedia a criação de corpos voluntários da pátria. Padre Siqueira foi um desses homens, mas adoeceu com a vida rude que levava nas terras paraguaias e com os sacrifícios que fez e teve de regressar à terra natal.

Foi o cenário da guerra que provocou o nascimento da grande obra de Padre Siqueira e de sua sobrinha Irmã Francisca Pia<sup>8</sup>, apelidada carinhosamente por Mamãezinha: a Escola Doméstica de Nossa Senhora Amparo, que disseminou, posteriormente, o método siqueirano de educar.

A orfandade, fruto da guerra, do sofrimento e da miséria a que estavam expostas, principalmente as meninas, diante do desprezo pela Educação da mulher e dos primeiros anúncios sobre a emancipação dos escravos, em 1866, trazendo outras urgências para a nação quanto ao trabalho livre, Padre Siqueira vê nos acontecimentos o apelo de Deus e a hora de iniciar sua Obra de Educação (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE NOSSA SENHORA DO AMPARO, 2018).

Padre Siqueira escreveu seu projeto de Educação e o apresentou ao Imperador Dom Pedro II, em 15 de julho de 1868 e, dois meses depois, ao dar aprovação, o Monarca acrescentou que a ideia era boa e humanitária, todavia difícilima. De acordo com Hóstia (2013), ele iniciou suas grandes peregrinações pelas fazendas do interior do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo. Mesmo fraco, andando a cavalo, exposto ao sol e à chuva, às tempestades; apesar da crítica e a violência, nunca cedeu ao desânimo.

Nada o detém. Nem o rigor das estações; o inverno fazendo-o tiritar de frio, umedecendo-lhe as vestes com o orvalho da manhã; a noite, com sua escuridão e trevas; os rigores do verão, nada o removia de sua missão piedosa. [...] era como peregrino que vence as etapas, alentado aos quatro ventos a divina semente da Palavra de Deus, o medicante que estende a mão a rogar auxílio para as orfãzinhas (HÓSTIA, 2013, p. 84).

---

<sup>8</sup> Irmã Francisca Pia, nasceu em Jacareí - SP, em 12 de outubro de 1856. Ficando órfã de mãe com dezessete anos, seu pai, o Tenente Narciso de Siqueira Andrade, preocupado com sua formação, a conduziu para o Colégio da Providência, no Rio de Janeiro, onde concluiu o curso de professora. A convite do Padre Siqueira, no dia 29 de setembro de 1877, seguiu para Petrópolis, contrariando a vontade do pai. Conviveu com Padre Siqueira apenas três anos. Em 1885, assumiu a direção da Escola e foi cofundadora e primeira Religiosa da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo. Faleceu em 7 de janeiro de 1931. Ambos, Padre Siqueira e Irmã Francisca Pia, foram responsáveis pela fundação e manutenção da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo em seus primeiros anos (PINHEIRO; DAVI, 2016).

Assim, é incontestável que a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo está indissociavelmente ligada ao seu fundador, Padre Siqueira. Ao analisar os seus textos pessoais, Parisi Neto (2003) fala sobre as razões que motivaram o religioso no seu empenho em prol de um projeto dessa natureza e que, idealista, Padre Siqueira consagrou-se à fundação da Escola Doméstica do Amparo. De acordo com esse pesquisador:

Siqueira notava que, no início do seu apostolado, estava imbuído apenas do desejo de formar um *asilo-escola* voltado ao atendimento de meninos pobres. Relata que, posteriormente, quando das suas viagens, durante nove anos, através das províncias do Brasil e, de modo especial, cientificando-se da desagregação familiar causada pelos horrores da Guerra do Paraguai, optou por criar um asilo-escola destinado ao atendimento exclusivo das órfãs de guerra, chamadas *desvalidas*, por achá-las, como mulheres, mais vulneráveis e expostas (PARISI NETO, 2003, p. 3, grifos do autor).

Ao elencar e analisar os valores que regiam e norteavam os métodos de ensino e Educação, Parisi Neto (2003) evidenciou não só quais eram as reais intenções e objetivos do Padre Siqueira, bem como definiu a prática escolar ministrada às *ingênuas* e *desvalidas* pela instituição. Segundo esse historiador,

[...] são examinadas as exigências requeridas quanto à formação e qualidades pessoais dos profissionais responsáveis pelo ensino, a didática de ensino ministrada na Educação das meninas, a consideração com que eram tratadas na instituição e qual o verdadeiro destino dado a elas, tanto durante como após a sua formação (PARISI NETO, 2003, p. 3-4).

As moças desvalidas, deixadas de lado pela sociedade, foram acolhidas pelas obras de Padre Siqueira; delas recebiam formação para conseguirem sobreviver, seja trabalhando em casas de famílias, para o casamento, seja para seguir a vida religiosa e, ainda, para atuarem como professoras, por isso, a criação da Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo, ilustrada na Figura 7.

Figura 7 - Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo, Petrópolis (RJ), 2012



Fonte: Criação... (2014).

A ideia de fundar a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, entre outros *asilos-escolas* do País, já existentes ou criados na época, provavelmente se tenha originado e fundamentado nos modelos escolares europeus.

Muito em voga na Alemanha, na Inglaterra e na França, desenvolveram-se a partir da Revolução Francesa, com o objetivo social de atender a classe pobre europeia, relevando os princípios de *Liberté, Égalité et Fraternité*, quando a massa de pobres e miseráveis passou a ser considerada pela elite governante segmento importante da população e fator de estabilidade e tranquilidade social. No Brasil, porém, embora fundamentada nos modelos escolares alemães e franceses e nos mesmos princípios e ideais sociais europeus, essa teoria educacional teve provavelmente de se adaptar às circunstâncias e realidade de uma sociedade imperial e escravocrata, como era, na época, a brasileira (PARISI NETO, 2003, p. 4, grifo do autor).

Enfim, a proposta do Padre Siqueira “[...] era resgatar meninas pobres da frágil vida que lhes era oferecida no Império, oportunizando moradia e Educação num sentido integral até completar 21 anos. Visava ainda formá-las profissionalmente de acordo com as aptidões e o contexto histórico da época” (PINHEIRO; DAVID, 2016, p. 2). De acordo com essas pesquisadoras, na contemporaneidade, esse ideal é uma realidade,

[...] pois, além de manter viva a primeira escola, existem hoje colégios, educandários, creches, no Nordeste, Sudeste, na região Norte do Brasil e em Angola. A proposta inicial do Padre Siqueira foi adaptando-se, ao longo do tempo, ao contexto histórico e social, sem perder o foco das ideias iniciais (PINHEIRO; DAVID, 2016, p. 2).

No programa inicial da criação da Escola, apresentado ao Imperador em 1868, Padre Siqueira escreveu: art. 2.º - “Seu fim é dar uma Educação apropriada às meninas pobres para servirem em casas de famílias, como alugadas, ficando, entretanto, sob a proteção da Escola até que se achem em condições que a dispensem e que estão marcada neste programa.” (HÓSTIA, 2013, p. 53 )

Embora o Artigo 2º fale em “meninas pobres”, nos escritos do Padre Siqueira, todos analisados por Hóstia (2013), é possível encontrar o desejo dele de iniciar uma escola mista, com meninos e meninas.

[...] porém com a Lei do Ventre Livre, percebendo que no Império não havia interesse com a Educação da mulher e nem recursos públicos para educar as meninas, ele focou seus esforços no auxílio a este gênero. É então que apresentou, por escrito, ao Imperador Dom Pedro II, um programa para o Estabelecimento da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, no de 1868. Composto de sete capítulos, contendo todo o norte da Educação para meninas (PINHEIRO; DAVID, 2016, p. 8).

No que se refere à administração externa, a instituição contava com dois sacerdotes, um capelão e um vice-reitor; já na interna, irmãs de caridade seriam as responsáveis pelo ensino e pelo gerenciamento das meninas. Além disso, no ensino, deveriam aprender doutrina cristã, ler e escrever bem a língua nacional e as quatro operações aritméticas, assim como arranjos domésticos, costuras, bordados, tecido, flores, cozinha, lavagem e engomado, cultura de horta e jardins.

De acordo com os Estatutos da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo de 1876, capítulo V, Do ensino, há o detalhamento das habilidades que deveriam ser ensinadas as alunas:

Art. 14 - O ensino da escola consistirá nas seguintes matérias:

1º - doutrina cristã e moral.

2º - leitura e escrita.

3º - noções de gramática portuguesa.

4º - aritmética até decimais.

5º - elemento do sistema métrico.

6º - exercício de leitura de livros piedosos e História Sagrada.

7º - canto coral.

8º - costura, bordados, trabalho de agulha e flores.

9º - cozinha, lavagem e engomado de roupas.

10º - confeitaria.

11º - elementos com exercícios práticos de horticultura e jardinagem 12º - economia doméstica

13º - prática na enfermaria da escola.

Art. 15 – Às educandas que revelarem aptidão e inteligência superiores será dada instrução mais ampla e desenvolvida, que as habilite para o magistério ou direção de estabelecimentos de Educação (HÓSTIA, 2013, p. 105).

O artigo 15 dava autonomia às educandas que se destacassem, de poderem atuar no magistério ou, ainda, dirigindo educandários.

As pesquisadoras Pinheiro e David (2016) analisam que, na atualidade, essas disciplinas no currículo parecem dispensáveis, sexistas e até tradicionalistas, mas no Brasil do século XIX, eram necessárias, para que as meninas conseguissem uma colocação no mercado de trabalho como empregadas domésticas, como professoras ou arrumassem um bom casamento.

Pela análise dos estatutos e outros escritos do Padre Siqueira, pode-se constatar a preocupação dele com a faixa etária das meninas; a primeira classe seria composta por estudantes de sete a doze anos – que teriam trabalho e ensino menos árduo. Já a segunda classe de meninas de doze a dezoito anos receberia todo o ensino da escola. E pode-se ainda acrescentar:

A escola recepcionava meninas de 7 a 12 anos de idade, órfãs ou filhas de famílias pobres, cujos pais ou tutores quisessem confiar à escola, filhas de escravas que os senhores houvessem libertado. Não acolhia meninas com saúde frágil ou deficientes já que isso as privava dos serviços. Anualmente era fixado o número de meninas atendidas pela escola. Devemos apontar que o fato de não receberem crianças com deficiências ou com saúde frágil refletia o pensamento da época, as dificuldades financeiras da instituição e o objetivo da escola que era empregar estas meninas e não tutelá-las indefinidamente (PINHEIRO; DAVID, 2016, p. 9).

Ao completarem dezoito anos, as meninas estavam aptas para seguirem seu próprio destino, entretanto ficavam sob a proteção da escola até os 21 anos. Elas eram colocadas para servir como criadas às famílias conhecidas pela posição e virtudes ou por colégios femininos que gozassem de prestígio. Os interessados deveriam procurar a escola e fazer requerimento junto ao Reitor, obrigando-se a executar as seguintes orientações: “[...] dar uma esmola ou joia ao estabelecimento para seu sustento, pagar a menina uma mensalidade pequena que iria subindo anualmente” (HÓSTIA, 2013, p. 55). Se a família não quisesse mais os serviços e a menina não tivesse completado os 21 anos, ela deveria voltar para escola.

Ao dispensar os serviços das jovens os patrões deviam informar sobre comportamento e aptidões, em uma caderneta, para acompanhá-la como recomendação de suas habilidades e conduta moral. Colocar as meninas no mercado de trabalho, seja como domésticas ou professoras, não era a única meta da escola, eles também queriam que as jovens casassem e constituíssem família desde que as meninas tivessem idade, conhecessem o pretendente e se estes poderiam fazê-las felizes. Assim, além de educá-las, a escola promovia também a Educação moral das futuras gerações dos filhos destas mulheres (HÓSTIA, 2013, p. 56).

Na opinião das pesquisadoras Pinheiro e David (2016), para a situação cultural, educacional e econômica no Brasil Império, a iniciativa do Padre Siqueira foi inovadora. O fato de contar com o apoio da Família Real e de membros de famílias abastadas permitiu que ele e suas seguidoras levassem adiante o trabalho de promover a inserção das meninas no mercado de trabalho, diminuindo a marginalização da mulher e permitindo que elas pudessem sustentar-se ao sair do educandário.

Ao longo do século XIX a iniciativa do Padre Siqueira foi responsável pela implantação de mais quatro instituições: Asilo Isabel, no Rio de Janeiro em 24 de maio de 1891; Colégio D. Carolina Tamandaré, em São Paulo em 1º de novembro de 1893; Asilo Furquim, em Vassouras, Rio de Janeiro em 28 de junho de 1895; Asilo Porciúncula, em Vassouras, Rio de Janeiro em 20 de maio de 1896 (PINHEIRO; DAVID, 2016, p. 10).

Para cuidar da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, em Petrópolis, surge a Congregação de Nossa Senhora do Amparo, como Filhas de Maria, em 23 de março de 1888.

A Congregação se expandiu com novas aberturas de casas ao longo do século XX e algumas se mantêm ativas até hoje, entre elas a de Nossa Senhora do Amparo, em Monte Carmelo/MG, inaugurada 12 de março de 1939, conforme mostra o grifo no Quadro 9.

Quadro 9 - Casas abertas pela Congregação Nossa Senhora do Amparo noséculo XX e que se mantêm ativas na atualidade

<b>ESCOLAS DOMÉSTICAS</b>
Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo inaugurada no dia 22 de janeiro 1871, em Petrópolis-RJ.
Escola Doméstica Cecília Monteiro de Barros inaugurada em 15 de agosto de 1915, em Barra Mansa-RJ.
<b>COLÉGIOS</b>
Maria Raythe, no Rio de Janeiro, inaugurado em 6 de janeiro de 1914.
Nossa Senhora do Amparo, inaugurado 14 de julho de 1929, em Surubim-PE .
Nossa Senhora do Amparo inaugurado em 14 de fevereiro de 1932, em Maceió-AL.
<u>Nossa Senhora do Amparo, em Monte Carmelo/MG</u> , inaugurado 12 de março de 1939.
Nossa Senhora do Amparo inaugurado em 17 de abril de 1942, em Barra Mansa-RJ.

<b>EDUCANDÁRIOS</b>
Nossa Senhora do Amparo no Bairro Jacarepaguá-RJ, inaugurado em 12 de outubro de 1925.
<b>CRECHES</b>
São José inaugurado em 18 de março de 1962, Mateus Leme- MG. Casa do Menor Rosa da Mata inaugurada 23 de janeiro de 1994 em Sacramento-MG.
<b>PEQUENAS FRATERNIDADES</b>
Padre Siqueira, inaugurada 12 de fevereiro de 2005, na cidade de Jacareí-SP. Irmã Francisca Pia, inaugurada em abril de 2007, em Canaã- CE. Nossa Senhora do Amparo, inaugurada em 15 de abril de 2006, em Faro- PA. Nossa Senhora do Amparo inaugurada em 15 de agosto de 1955, em Conquista-MG.
<b>CASA DE FORMAÇÃO RELIGIOSA E RESIDÊNCIA DAS IRMÃS DO GOVERNO GERAL DA CONGREGAÇÃO</b>
Casa Generalícia e Noviciado Nossa Senhora do Amparo Petrópolis-RJ. Casa da Porciúncula (Irmãs idosas que necessitam de cuidados). Petrópolis- RJ Sede do Regional Padre Siqueira em Recife-PE.

Fonte: Dados da pesquisa.

Nos seus escritos, Padre Siqueira deixou expresso o desejo de que sua obra fosse assumida pelas Irmãs. Segundo Pinheiro e Davi (2016), atualmente, todas as fundações são administradas por elas, inclusive a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, em Petrópolis. A primeira instituição é, hoje, conhecida como casa Mãe da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Amparo. As pesquisadoras acrescentam:

Em sua fundação e, ao longo do século XX, estes e outros estabelecimentos do Amparo mantiveram a premissa do internato e Educação de meninas pobres. Alguns colégios atendiam como escolas particulares e, portanto, recebiam alunas de outros níveis socioeconômicos. Com as mudanças ocorridas na sociedade brasileira abriram-se também os educandários para atender alunos do sexo masculino. Esta abertura não se efetivou na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo que manteve quase sem modificações as propostas iniciais siqueiranas: atendimento apenas as meninas pobres, regime de internato, formação em atividades domésticas e educacionais (PINHEIRO; DAVID, 2016, p. 13).

A Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo de Petrópolis/RJ acompanhou a mudança dos tempos. De acordo com o levantamento de Pinheiro e Davi (2016), o currículo se adequou às orientações do MEC, de acordo com seguimentos que a escola atende. O estudo dessas pesquisadoras ainda aponta que:

Cada casa da Congregação se enquadrou na divisão das escolas particulares (comunitária, confessional ou filantrópica) de acordo com o seu atendimento ao público. (BRASIL b, 2015). Na Casa de Petrópolis os níveis de ensino atendidos são a Educação Infantil (a partir do 4º período) e os anos iniciais do Ensino Fundamental (até o 5º ano), seguindo as disciplinas propostas no núcleo comum curricular e colocando na parte diversificada algumas das atividades de bordados, culinária, higiene pessoal e familiar, que passaram a ser em forma de diversas oficinas. O internato foi extinto e passou-se a atender algumas crianças no tempo integral e outras apenas na forma regular de aulas. (PINHEIRO; DAVID, 2016, p. 14).

Dados atuais informam que a Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo, de Petrópolis-RJ, atende 188 crianças a partir do 4º período (Educação Infantil) ao 5º Ano do Ensino Fundamental. As matrículas são realizadas por seleção das mais necessitadas, pois ainda é missão da Congregação atender as crianças em situação precária seja econômica, social ou familiar.

### **3.3 As irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Amparo em Monte Carmelo e a instalação da Instituição de Ensino**

A chegada das irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Amparo a Monte Carmelo, como não poderia ser diferente, praticamente coincide com ações que visavam à instalação da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo. Era 1º de março de 1939 e o Brasil estava sob o comando do Presidente Getúlio Vargas, exatamente no período em que os prefeitos e governadores chegavam ao poder por meio de interventores nomeados pelo Governo, quando quatro irmãs pisavam em solo carmelitano – Irmã Elisa, Irmã Cândida, Irmã Clemência e Madre Maria Luiza Gonzaga. As Irmãs ficaram quatro dias hospedadas no Hotel Triângulo, com despesas pagas pelo Prefeito Municipal José Cardoso Naves (NEVES, 2005). No dia seguinte, as Irmãs assistiram à Missa, comungaram e logo começaram a trabalhar recebendo as matrículas das futuras alunas.

Desse dia em diante, a vida educacional de Monte Carmelo ganhava impulso e podia equiparar-se às conquistas do setor já alcançadas por cidades da região – que já tinham colégio feminino, tais como: Araguari com a Congregação do Sagrado Coração Maria, dirigido por freiras belgas, fundado em 1919; e Patrocínio com o Colégio Normal Nossa Senhora do Patrocínio, criado em 1928 e dirigido por ordem católica<sup>9</sup>.

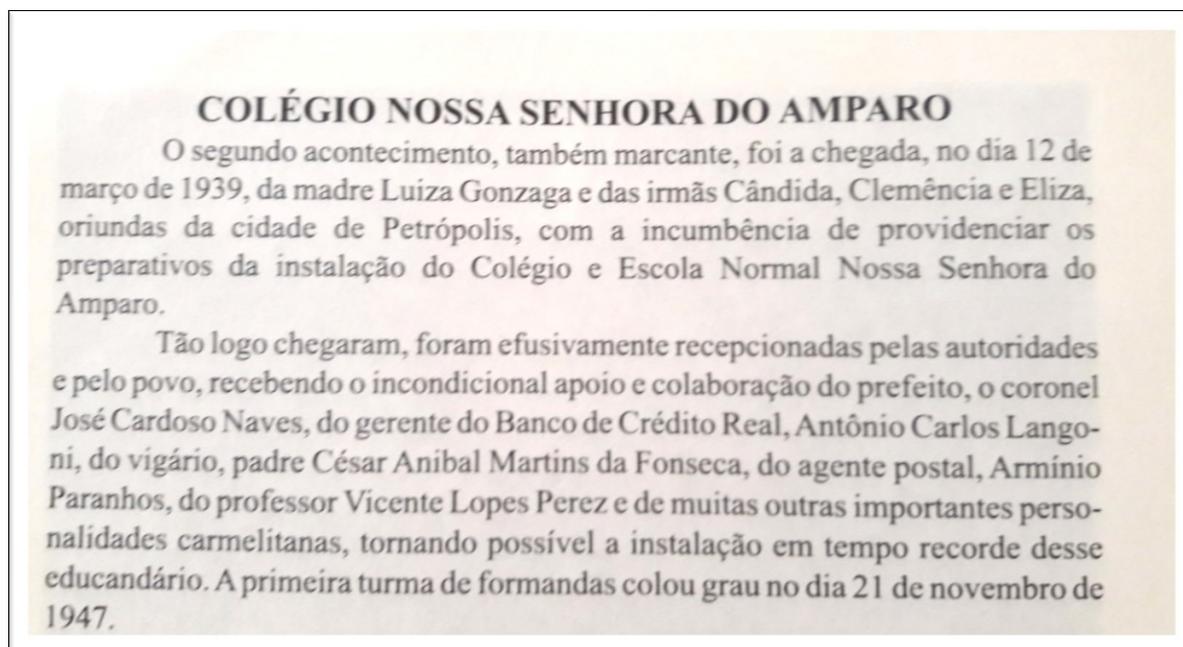
---

<sup>9</sup> Ambas as cidades também já contavam com colégios masculinos: o Regina Pacis, fundado em 1926, dirigido por padres holandeses; e o Dom Lustosa, criado em 1927, dirigido por ordem católica.

Todas essas escolas ofereciam o regime de internato. A Educação católica proporcionada por essas escolas era aplaudida como referência para caracterizar o “garbo” dessas cidades vizinhas e, ao mesmo tempo, como exemplo a ser seguido por Monte Carmelo, que se considerava devidamente qualificada para usufruir desse pré-requisito reafirmador do progresso que já lhe era devido (NEVES, 2005, p. 135, grifo da autora).

Nessa citação, percebe-se a preocupação das autoridades de Monte Carmelo com a caracterização do garbo, ou seja, o primor adquirido pelas cidades vizinhas com seus colégios com Curso Normal, e que deveria ser um exemplo a ser seguido pela Administração Municipal. Tanto assim que a chegada das Irmãs foi considerada um grande acontecimento, conforme mostra a Figura 8.

Figura 8 - Registro da chegada das Irmãs em Monte Carmelo



Fonte: Portilho (2003, p. 108).

De acordo com Neves (2005), foram muitas as dificuldades enfrentadas pelas Irmãs na cidade de Monte Carmelo, devido ao ideal franciscano que as fizera viajar muito no período de 1939 a 1951. Entendidas como peregrinações ou ainda como via sacra ou ainda como atividade de esmolar, essas viagens eram em busca de recursos para a construção do prédio escolar.

Diversas cidades foram visitadas por essas Irmãs, em diferentes regiões do país, tais como: Três Corações (MG), Catalão (GO), Ipameri (GO), Romaria (MG), Rio de Janeiro (RJ) Petrópolis (RJ), São Paulo (SP), Conquista (MG), Belo Horizonte (MG), Londrina (PR). Essas viagens foram realizadas, em sua maioria, no período de férias escolares (meses de dezembro/janeiro). Importante considerar as dificuldades de transporte no período citado, sendo que esses deslocamentos representavam um esforço peculiar em se tratando de mulheres, mesmo que em sua condição de freiras. Registra-se que, nem sempre tais tentativas alcançavam o esperado sucesso (NEVES, 2005, p. 151).

Essas peregrinações lembram, também, a prática do fundador da Congregação, Padre Siqueira quando “[...] se fez o mendigo de Nosso Senhor” (HÓSTIA, 2013, p. 40). A autora acrescenta que o Padre Siqueira, sem vacilar, tomou o bastão de peregrino e enfrentou muitas dificuldades para defender a sua ideia “[...] como para conquistar a graça sacerdotal, encarou dificuldades transpondo mares e fronteiras, também saiu em prol de sua ideia e de seu ideal de beneficência, a pedir a seus compatriotas auxílios materiais”.

As peregrinações, com certeza, eram apenas uma parte do contexto no qual as Irmãs iriam trabalhar e construir a sua obra catequética e educativa. Peregrinar ou mendigar como nos tempos do Padre Siqueira era apenas parte das dificuldades de se adaptarem a um novo lugar que deveriam descobrir, dominar e amar como determinavam os fins e objetivos do projeto missionário franciscano e siqueirano.

“Alargavam-se os horizontes. A pequenina família, sob a proteção da Virgem do Amparo, e sob as bênçãos da Santa Igreja se lançava com acendrado ardor ao trabalho da própria santificação e do apostolado entre as almas” (HÓSTIA, 2013, p. 231). Esses dizeres da Irmã Áurea de Jesus Hóstia<sup>10</sup> foram feitos como que por encomenda para ilustrar, neste estudo, a abertura da história da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo em Monte Carmelo.

Não apenas de efeito poético, essas palavras traduzem o desenvolvimento da Congregação de Nossa Senhora do Amparo em terras carmelitanas, um ambiente – quem sabe – “[...] todo de simplicidade de vida, pobre e feliz no seguimento a Cristo Jesus” (HÓSTIA, 2013, p. 231), mas também com gente que tinha esforço e vontade para desenvolver a cidade trazendo para ela uma instituição que contribuísse para que o município alcançasse a posição desejada na região.

---

<sup>10</sup> Natural de Miracema (RJ), Madre Áurea de Jesus Hóstia nasceu em 9 de abril de 1911, entrou para a Congregação [em Petrópolis] em 19 de fevereiro de 1932. Foi Mestra de Noviças, Vice-Geral e Superiora Geral da Congregação de 1959 a 1965. Faleceu em Petrópolis em 2 de fevereiro de 1989 (HÓSTIA, 2013).

Em 1926, Monte Carmelo já contava com o Grupo Escolar Melo Viana, primeira escola pública primária urbana, mas foi em 1939, com a chegada de Irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Amparo, atendendo a convite do prefeito Municipal Cel. José Cardoso Naves<sup>11</sup>, que a cidade ganhou novo impulso por meio da construção da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo. E o mérito foi atribuído ao prefeito:

O perfil do Prefeito justificava assim, a iniciativa de levar adiante uma reivindicação que já vinha se construindo na cidade que se empenhava em modernizar-se. Anotações no livro de protocolo de correspondências do Executivo Municipal, correspondências que não foram possíveis de encontrar na íntegra, registram, já em agosto de 1938, despacho de ofício do Prefeito à Madre Margarida do Coração de Jesus, Superiora da Congregação, manifestando o desejo de fundar um colégio religioso em Monte Carmelo. (NEVES, 2005, p. 134)

Além do prefeito José Cardoso Naves, o mérito da implantação da Escola recaiu, também sobre o Antonio Pedro Naves (que morava em Uberaba), cujo sobrenome nos faz inferir ter sido parente do chefe do Executivo. De acordo com a historiadora Neves (2005), coube a Antonio Pedro Naves a ideia da construção da Escola, pois foi ele que procurou o prefeito e lhe expôs a necessidade do educandário na cidade. Nenhum apontamento histórico fala como os dois conheciam a Congregação Nossa Senhora do Amparo, mas é possível que isso tenha acontecido,

[...] considerando o número de viagens de carmelitanos à capital federal – Rio de Janeiro, divulgadas nos jornais locais na seção social, bem como o número de visitas aqui recebidas dali oriundas, é possível deduzir que esse conhecimento se deve a esse intercâmbio constante entre carmelitanos e a capital federal. Sabe-se, por depoimentos de pessoas mais antigas da cidade, que as famílias mais abastadas tinham parentes residindo naquela, como também era cidade para onde frequentemente se faziam viagens para compras de mercadorias só acessíveis nos grandes centros (NEVES, 2005, p. 136-137).

---

<sup>11</sup> De acordo com o artigo publicado no jornal Correio Carmelitano de 1º de março de 1939, o prefeito José Cardoso Naves “é um administrador de elite, pertencente a uma das mais importantes e tradicionais famílias montanhezas, com membros espalhados em diversos municípios do Estado. Fazendeiro adiantado, com larga visão das cousas dos nossos tempos, José Cardoso Naves revelou-se um espírito moderno, substituindo, em suas terras, o braço do homem, pelo arado arrastado por bovinos, afastando-se desse modo dos processos antigos para utilizar-se das máquinas que a civilização contemporânea oferece para a comodidade do agricultor e economia de sua bolsa. Foi com esse espírito reconstructor e evoluído que, eleito, ainda na República Velha, Presidente da Câmara de Monte Carmelo, demonstrou de maneira patente a sua alta competência aos sectores da administração pública. Tantos foram os serviços prestados por elle ao seu município que o eminente Governador Benedicto Valadares não quis prescindir desse colaborador magnífico de Governo, indo assim também de encontro a vontade que existia no coração do povo de Monte Carmelo”. (NEVES, 2005, p. 133).

A implantação da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo em Monte Carmelo se deve a vários fatores, partindo inclusive do que estava acontecendo no Brasil e em Minas Gerais, devido à ação restauradora da Igreja, que via nas instituições educacionais importantes meios de evangelização e luta contra a ação protestante. Ademais, a Educação católica proporcionada por essas escolas era aplaudida como referência para caracterizar o “[...] garbo dessas cidades vizinhas<sup>12</sup> e, ao mesmo tempo, como exemplo a ser seguido por Monte Carmelo, que se considerava devidamente qualificada para usufruir desse pré-requisito reafirmador do progresso que já lhe era devido” (NEVES, 2005, p. 135).

Desse modo, a Educação carmelitana deveria ser coerente ao discurso que circulava em todo Brasil, ou seja:

A escola devia, pois, corresponder aos valores tradicionais da família associando-se a esta no esforço de corrigir possíveis desvios de conduta que poderiam tornar-se perniciosos à harmonia social, procurando, sobretudo, exercer um papel formativo que suplantasse o instrucional. Tudo isto em busca da “perfeita formação do ser”. Em uma cidade que se queria progressista, a Educação vinha carregada dos preceitos cristãos católicos circulantes no país. Uma década atrás, o jornal Monte Carmelo, do dia 13 de janeiro de 1929, publicou artigo “*A Educação Religiosa*”, assinado por Maria Leite, em que representações da modernidade apresentavam apropriações que se revelavam em reivindicações femininas, que associavam à modernidade o direito à Educação da mulher, mantendo, entretanto, a presença marcante da tradição dos preceitos cristãos católicos (NEVES, 2005, p. 135, grifos da autora).

Evitar o êxodo dos filhos das famílias abastadas ou agraciadas pela sorte, como se refere Neves (2005), era outro problema que seria solucionado com o funcionamento da nova instituição. A questão era que a cidade crescia em todos os setores, mas sentia as consequências da falta de escolas para atender as demandas das famílias. Para explicar tal situação, essa pesquisadora citou parte de um artigo publicado pelo jornal Correio Carmelitano do dia 19 de março de 1939, sob o título “Inicia-se hoje uma nova era para Monte Carmelo”, que diz:

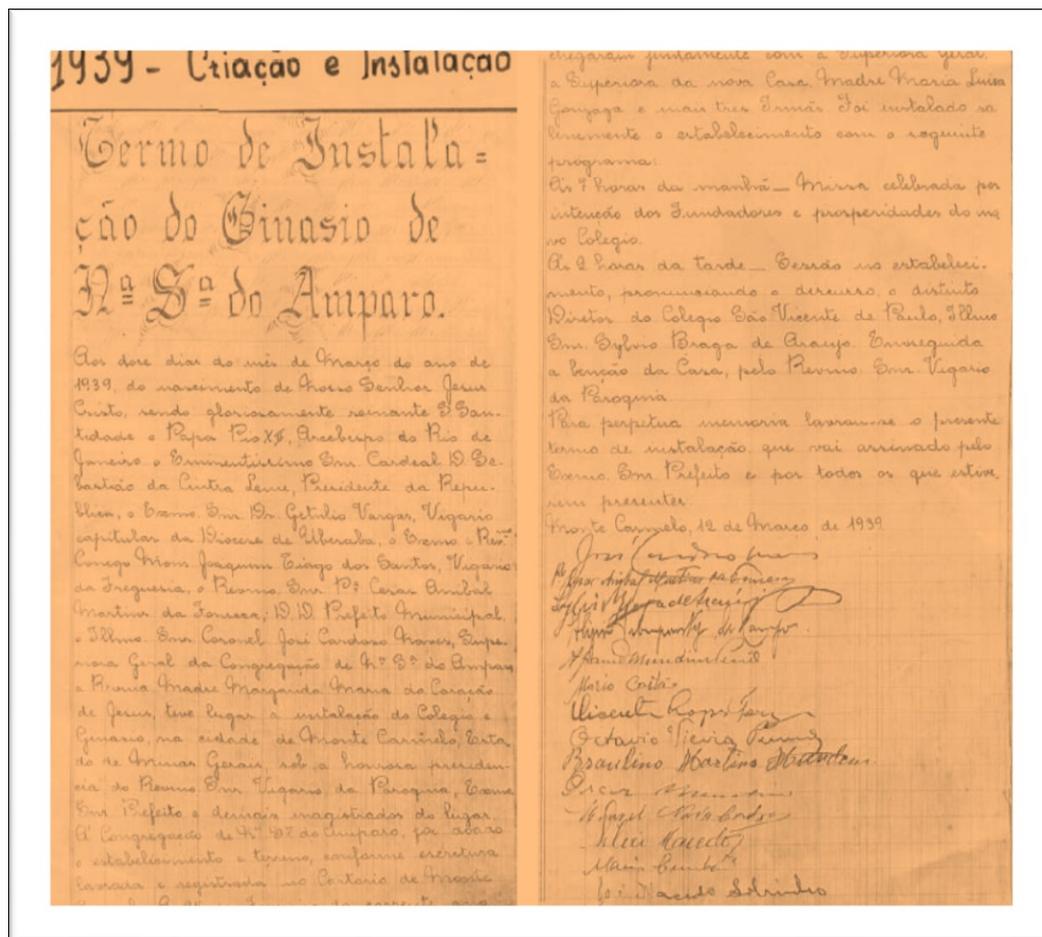
---

<sup>12</sup> **Nota da autora:** As cidades de Araguari e Patrocínio já contavam com seus colégios católicos.

Monte Carmelo ressentia-se de há muito, da falta de um educandário que viesse satisfazer plenamente as exigências da Educação moderna. Assim é que víamos as cidades vizinhas, garbosas por possuírem estabelecimentos de ensino, sabiamente orientados e dirigidos por religiosos, que têm sido, inegavelmente, em nosso paiz [sic] os pioneiros da instrução. Tal situação não poderia ser duradoura, pois o nosso município há muito possui uma população assaz numerosa e toda ela de elementos que sempre olharam pela Educação com (...) devotamento e carinho. O numero de rapazes e moças que daqui parte para outras cidades em busca de cultura, é a prova sincera do que temos dito. Vai para 60 este numero, dos quais, vários em escolas superiores batalhando pela conquista do seu ideal (NEVES, 2005, p. 135).

Desde modo, conforme registra o *Livro Tombo 1*, da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo de Monte Carmelo, em 1º de março de 1939 chegam as quatro Irmãs – Elisa, Cândida, Clemência e Madre Luiza Gonzaga, para a criação do Ginásio Nossa Senhora do Amparo, sendo que a solenidade de inauguração se deu em 12 de março, com a presença de várias pessoas importantes da cidade, conforme podemos observar no Termo de Instalação reproduzido na Figura 9.

Figura 9 - Termo de Instalação do Ginásio Nossa Senhorado Amparo, 1939



Fonte: Acervo da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo em Monte Carmelo

O Termo de Criação e Instalação do Ginásio Nossa Senhora do Amparo (Figura 9) trazia os seguintes dizeres:

Aos dose dias do mês de março do ano de 1939, do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, sendo gloriosamente reinante S. Santidade o Papa Pio XII. Arcebispo do Rio de Janeiro, o Eminentíssimo Snr. Cardeal D. Sebastião da Cintra Leme, Presidente da República, o Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas, Vigário capitular da Diocese de Uberaba, o Exmo. e Revmo. Cônego Mons. Joaquim Soares dos Santos, Vigário da Freguesia, o Revmo. Sr. P<sup>o</sup> Cesar Anibal Martins da Fonseca; D. D. Prefeito Municipal, o Ilmo Snr Coronel José Cardoso Naves, Superiora Geral da Congregação de N. S. do Amparo, a Revma Madre Margarida Maria do Coração de Jesus, teve lugar a instalação do Colégio e Ginásio, na cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, sob a honrosa presidência do Revmo Snr Vigário da Paróquia, Exmo Snr Prefeito e demais magistrados do lugar. À Congregação de N. S. do Amparo, foi doado o estabelecimento e terreno, conforme escritura lavrada e registrada no Cartório de Monte Carmelo. A 25 de fevereiro do corrente ano chegaram juntamente com a Superiora Geral, a Superiora da nova casa Madre Maria Luisa Gonzaga e mais três Irmãs. Foi instalado solenemente o estabelecimento com o seguinte programa:

Às 7 horas da manhã – Missa celebrada por intenção dos Fundadores e prosperidades da nova Escola.

Às 2 horas da tarde: Sessão no estabelecimento, pronunciamento e discurso o distinto Diretor do Colégio São Vicente de Paulo, Ilmo Snr Sylvio Braga de Araujo. Em seguida a bênção da Casa, pelo Revmo Snr Vigário da Paróquia.

Para Perpetua memória lavrou-se o presente termo de instalação, que vai assinado pelo Exmo. Snr Prefeito e por todos que estiveram presentes.

Monte Carmelo, 12 de março de 1939.

Ainda de acordo com o Termo de Instalação, as solenidades foram: às 7 horas a celebração da missa em intenção aos fundadores e prosperidade da nova escola; às 2 horas da tarde a realização de sessão no estabelecimento para o discurso do diretor do Colégio São Vicente de Paulo Sylvio Braga de Araújo; em seguida a realização da bênção da casa pelo vigário da paróquia.

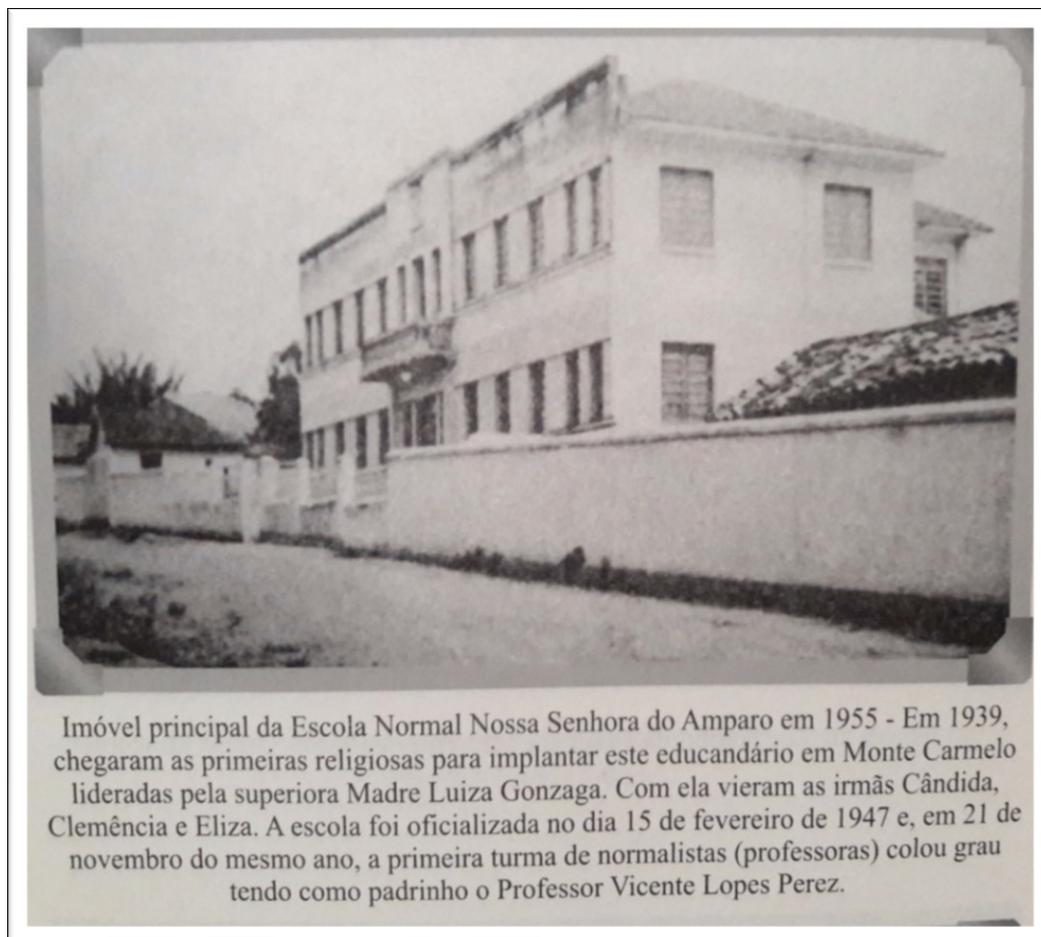
A instalação do Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora do Amparo também relatada no livro “História e Histórias de Monte Carmelo”, de Luiz Gonzaga Ramos Portilho<sup>13</sup>,

---

<sup>13</sup> De autoria de Luiz Gonzaga Ramos Portilho foi escrito o livro *História E Histórias De Monte Carmelo*, que é um conto romanceado da história de nossa cidade e de nossa gente. Fruto de pesquisa, depoimentos em vídeo e dados colhidos pelo autor no dia-a-dia nos últimos 30 anos, foram a base para interligar elos perdidos de nossa história, como a da relação que uma família carmelitana tem com o mais famoso diamante do mundo, o Estrela do Sul ou como o caso de um médico que fez auto-cirurgia em um momento entre a vida e a morte. Datas e registros históricos seguiram fielmente os acontecimentos, resultando em uma obra de excepcional valor cultural e educativo, que certamente muito auxiliará no conhecimento de nossos jovens, valorizando e trazendo à mente, o trabalho daqueles que, no passado contribuíram para a formação e engrandecimento de nossa Monte Carmelo. O livro, que contém mais de 300 páginas e 500 fotos e ainda a transcrição de diversos documentos e as anotações que remontam ao ano de 1543, quando iniciaram os movimentos de conquista do interior do

confirmando que esse foi um momento marcante para a cidade, merecendo destaque pelo memorialista, conforme mostra a Figura 10.

Figura 10 - Registro em livro da chegada das Irmãs em Monte Carmelo

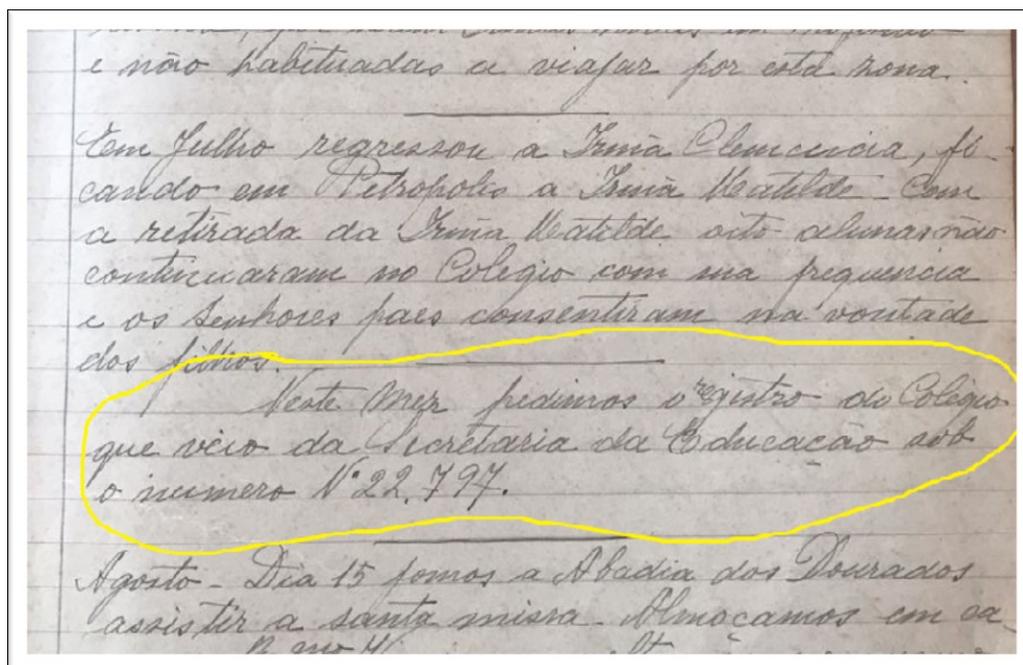


Fonte: Portilho (2003, p. 274).

Transcrição: Imóvel principal da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo em 1955 – Em 1939, chegaram as primeiras religiosas para implantar este educandário em Monte Carmelo lideradas pela superiora Madre Luisa Gonzaga. Com ela vieram as irmãs Candida, Clemência e Eliza. A Escola foi oficializada em 15 de fevereiro de 1947 e, em 21 de novembro do mesmo ano, a primeira turma de normalista (professoras) colou grau tendo como padrinho o professor Vicente Lopes Perez (PORTILHO, 2003, p. 274).

A vontade de ver concretizada mais uma obra filial da Casa Mãe em Petrópolis e a propagação da Educação Sequeirana em terreno novo não deixaram descansar as Irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Amparo que, atentas também às exigências legais da época, solicitaram, de imediato, o registro do Ginásio e Escola à Secretaria de Educação, que foi concretizado em julho do mesmo ano, obtendo o Registro n.º 22.797, conforme mostra a Figura 11.

Figura 11 - Data de registro oficial do Colégio (destaque em amarelo)



Fonte: Acervo da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo de Monte Carmelo. Livro Tombo I.

Segundo Neves (2005), quanto ao prédio, de acordo com matéria publicada no jornal Correio Carmelitano, de 19 de março de 1939, contava com salas espaçosas e confortáveis, com janelas laterais que protegiam a vista dos alunos de receberem a luz direta. As carteiras escolares ofereciam conforto, conforme modelo aprovado pelo Ministério da Educação. Já os pátios destinados ao recreio também “[...] eram bem arejados, muito limpos e ensolarados, serão entregues à garotada para neles realizarem os seus inocentes brinquedos colegiais, tão necessários aos jovens estudantes” (NEVES, 2005, p. 140).

Pelo menos dois pontos dessa matéria do Correio Carmelitano chamam a atenção: a citação de um modelo de carteira escolar pelo Ministério da Educação e o fato de as janelas laterais protegerem os olhos dos alunos. Conforme mostra a Figura 12, percebe-se que o prédio, onde inicialmente funcionou a Escola Normal Nossa Senhora do Amparo, estava longe de equiparar-se às imponentes construções escolares da época. Mas, de acordo com o jornal, pelo menos o prédio atendia à legislação. A edificação localizava-se nas cercanias do atual prédio, sito na Rua Pe. Manoel Luiz, n.º 46, Centro, uma vez que foi apenas ampliado, e sua entrada principal direcionada para um ponto acima do mesmo quarteirão.

Figura 12 - Primeira casa a abrigar o Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora do Amparo - 1939



Fonte: Acervo da Casa da Cultura. Pastas avulsas – sem numeração.

Anotações no *Livro Tombo I* revelam que esse primeiro imóvel doado à Congregação para a instalação do Ginásio e Escola precisou passar por reformas. Outras anotações no mesmo livro relatam que as irmãs precisaram alugar uma casa para dormirem, visto que o prédio não era adaptado para isso, sendo utilizado somente para salas de aula e atividades voltadas à Educação escolar. Outro ponto que merece ser destacado é que o prédio não possuía lugar destinado às orações, conhecido como “capela”, característica marcante das escolas de cunho confessional, porém com o desenvolvimento da pesquisa foi possível constatar a construção de uma capela de forma gradativa por causa dos recursos financeiros e que a mesma permanece ativa até a última visita feita à escola ocorrida em Outubro de 2018.

O imóvel doado pelo município às Irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Amparo celebrou o marco inicial de uma relação que durou por vários anos: o apoio da Administração Pública Municipal não se limitou à concessão do bem, pois havia também ajuda financeira, repassada mensalmente, para auxiliar nas despesas gerais e formar reserva para a construção de um grande prédio. O bem destinado à instalação do ginásio possui suas descrições e restrições detalhadas no Quadro 10.

Quadro 10 - Informações do imóvel onde funcionou inicialmente a Escola

<b>28 de fevereiro de 1939</b>	<b>O imóvel foi doado à Congregação pela Prefeitura Municipal, sob condição de que ele voltaria ao domínio público, no caso do fechamento do colégio antes de 10 anos de funcionamento.</b>
Descrição do imóvel	Uma casa de morada coberta de telhas, assoalhada, envidraçada, garagem, água para servidão e mais benfeitorias, quintal cercado de muro, contendo área de 1.254,00 metros quadrados.
<b>Fiscal escolar</b>	<b>Padre César Aníbal Martins da Fonseca</b>
27 de agosto de 1942	Relatório do Fiscal Escolar ao visitar o ginásio: que este “funciona em prédio próprio, adaptado para este fim e tem em projeto a construção de um grande prédio”.

Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda em 1939, a área do imóvel doado pela Prefeitura Municipal ganhou mais 2.592 metros quadrados, mas, desta vez, com os esforços da população. A construção do prédio escolar foi marcada, entretanto, por uma série de dificuldades, segundo consta nas informações contidas no *Livro Tombo I*, onde se registravam as anotações do dia a dia da Congregação. “Há anotações de inúmeros obstáculos tanto no que diz respeito à construção em si, mas igualmente pelas dificuldades em manter em funcionamento adequado o projeto pedagógico” (NEVES, 2005, p. 141).

A estrutura do imóvel era simples, não possuía estilo glamuroso, sua estrutura foi adaptada para ser um educandário; após algumas reformas, passou a possuir biblioteca, laboratório, galpão para recreio e quadra para práticas esportivas.

A Figura 13 mostra a biblioteca, amários com livros muito bem organizados e mesas para estudos, tudo em um ambiente que transparecia silêncio e disciplina.

Figura 13 – Biblioteca, 1940/1950



Fonte: Neves (2005, p. 143).

A Figura 14 mostra o laboratório da instituição, local também muito organizado, os instrumentos que eram utilizados estavam guardados em ordem nos armários.

Figura 14 – Laboratório, 1940-1950



Fonte: Neves (2005, p. 143).

A Figura 15 mostra o galpão que era utilizado pelos alunos durante no horário do recreio. Na figura destacam-se os bancos para assentos nas laterais, o chão em estilo de paralelepípedo, duas portas iguais ao fundo, dando a entender serem os banheiros feminino e masculino e uma porta central.

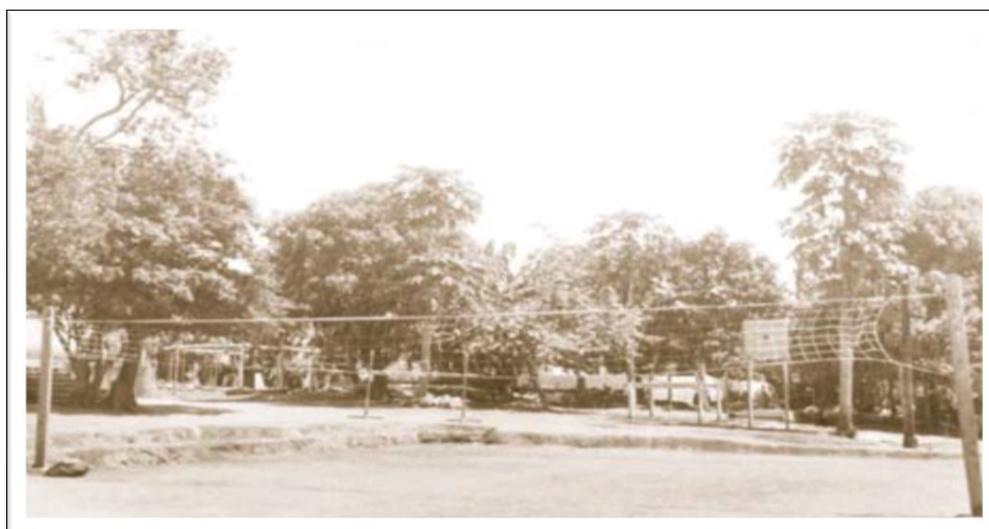
Figura 15 – Galpão, 1950



Fonte: Neves (2005, p. 143).

A Figura 16 mostra os espaços destinados às práticas esportivas, especificamente às aulas de vôlei.

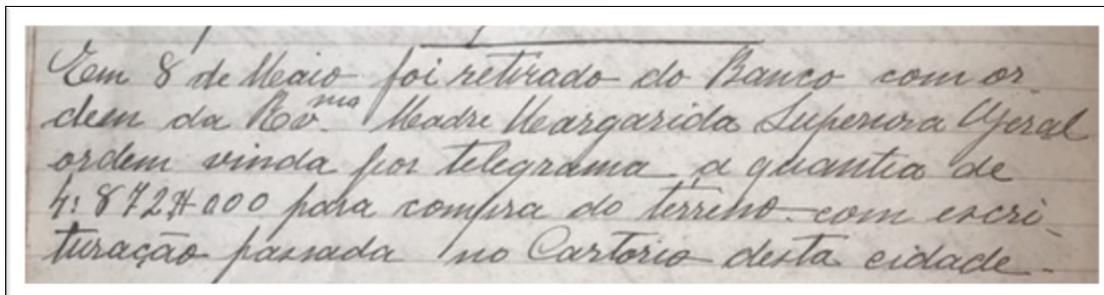
Figura 16 - Quadra de vôlei, 1950



Fonte: Neves (2005, p. 143).

Em 8 de maio de 1940, foi feita a aquisição de mais um terreno, que alimentou a esperança de ver erguido um colossal prédio para atender às necessidades e anseios da Irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Amparo, conforme mostra a Figura 17.

Figura 17 - Anotação da retirada bancária para a compra do terreno, maio 1940



Fonte: Acervo da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo de Monte Carmelo. *Livro Tombo I*.

Não obstante as dificuldades enumeradas, o lançamento da pedra fundamental contou com solenidade e a presença de autoridades e populares, conforme mostra a Figura 18. A nova construção era esperada devido à arquitetura mais arrojada que já imperava em outros colégios confessionais católicos da região, tais como o Colégio Sagrado Coração de Jesus (Araguari/MG) e no Colégio Nossa Senhora do Patrocínio (Patrocínio/MG).

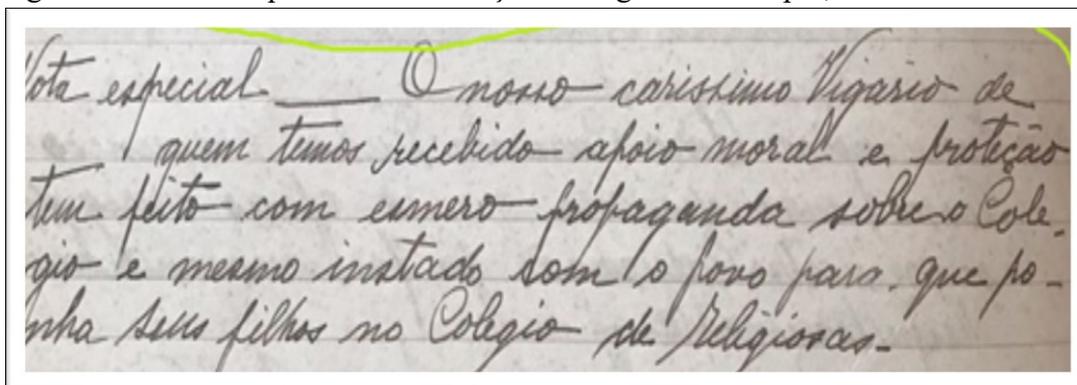
Figura 18 - Lançamento da Pedra Fundamental do prédio da Escola Normal, 1945



Fonte: Acervo da Casa da Cultura. Pastas avulsas – sem numeração.

Vale ressaltar que, por diversas vezes, as obras precisaram ser paralisadas, pois dificuldades financeiras assombravam o caixa da Congregação. Nesse sentido, destaque-se o trabalho do vigário municipal na continuação desse projeto siqueirano. O Padre César Anibal Martins da Fonseca, em suas pregações e visitas, clamava ao povo Carmelitano que matriculasse seus filhos na Escola de Religiosas, conforme mostra documento da Figura 19.

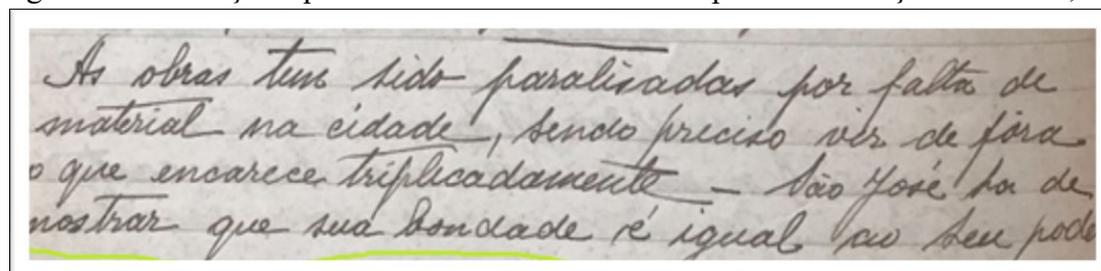
Figura 19 - Recorte que destaca a atuação do Vigário Municipal, fev. 1943



Fonte: Acervo da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo de Monte Carmelo. *Livro Tombo I*.

Eventos na cidade eram realizados por iniciativa popular, a fim de angariar fundos que seriam voltados à construção da Escola, evitando paralisações dos serviços por falta de pecúnia. No entanto, vale registrar um fato interessante que foi encontrado no *Livro Tombo I*, relatando a necessidade de se paralisarem as obras, mas não por incapacidade financeira e, sim, por não haver, na cidade, materiais necessários à manutenção das atividades, conforme mostra o texto da Figura 20.

Figura 20 - Anotações que revelam a falta de materiais para a construção na cidade, 1952



Fonte: Acervo da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo de Monte Carmelo. *Livro Tombo I*.

Entre dificuldades e alegrias, seguiam as Irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Amparo sob a motivação de Padre Siqueira e Mamãezinha até verem finalizada e inaugurada a obra destinada a instalação do Curso Normal em 1952.

## 4 FINALIDADES E PRÁTICAS DA ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA DO AMPARO

### 4.1 Considerações iniciais

Neste capítulo, abordamos aspectos internos da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo como por exemplo, a instalação provisória, construção e instalações definitivas dessa escola, práticas culturais, forma de ingresso e práticas educacionais, além de um pouco sobre as primeiras alunas e professores. Embora tenha sido possível identificar os primeiros passos da Escola Normal, houve dificuldade na obtenção de documentos que trouxessem maiores detalhes sobre o perfil das alunas e professores, práticas escolares e discriminação de cadeiras pelo corpo docente. No entanto, foi possível explicar sobre os caminhos percorridos pelas alunas ingressantes na instituição que se interessaram em uma formação que lhes proporcionasse uma profissão para além das atividades domésticas.

Conhecer a Escola Normal Nossa Senhora do Amparo, é sem dúvida, compreender a trajetória de lutas e conquistas das Irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Amparo que propagaram ações benévolas em todo o mundo. Entender de forma clara a “Educação siqueirana” que buscava criar seres humanos portadores do sentido total da palavra dignidade, cujo significado, extraído do *Dicionário Aurélio*, está escrito a seguir:

Dignidade: substantivo feminino

1. qualidade moral que infunde respeito; consciência do próprio valor; honra, autoridade, nobreza. "sempre se mostrara homem de muita d."
2. qualidade do que é grande, nobre, elevado.
3. modo de alguém proceder ou de se apresentar que inspira respeito; solenidade, gravidade, brio, distinção. "agir com d."
4. respeito aos próprios sentimentos, valores; amor-próprio. "sua d. impediu-o de continuar naquele casamento degradante"
5. prerrogativa, honraria, título, função ou cargo de alta graduação. "foi elevado à d. de ministro"
6. eclesiástico (termo) p.us. benefício vinculado a cargo proeminente ou a alto título em um cabido.
7. por metonímia•eclesiástico (termo) p.us. indivíduo detentor desse benefício

Origem ⊙ ETIM lat. dignitas, ātis 'merecimento, valor, nobreza' (DIGNIDADE, 2010).

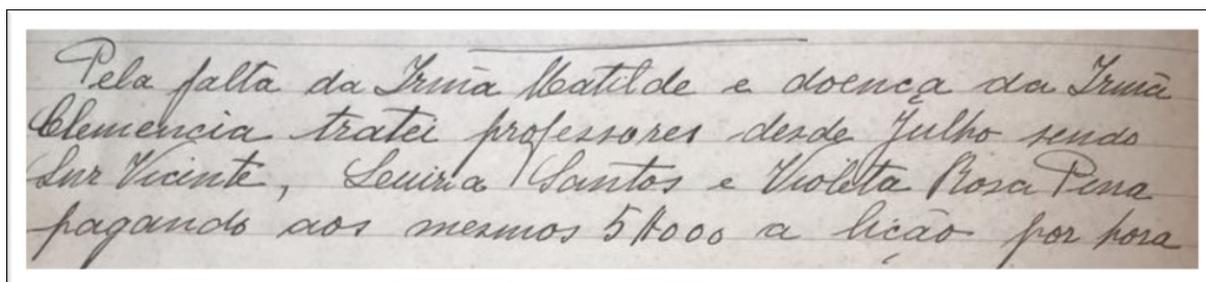
Assim que chegaram à cidade, as irmãs Eliza e Cândida, com o apoio do Vigário da época, padre César Anibal Martins da Fonseca, futuro fiscal da Escola Normal, em março de 1939, começaram as primeiras matrículas dos alunos para o Ensino Primário do Ginásio.

As primeiras mestras da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo, hoje “Colégio Nossa Senhora do Amparo” eram as freiras da própria Congregação, as irmãs com seu comportamento e hábito religioso demonstravam respeito, mostravam que ali a Educação era severa e rígida e que o tratamento escolar exigia disciplina, mostravam às famílias, que os filhos a elas confiados teriam a sua formação em ambiente puro e cristalino, formariam pessoas de caráter. Tudo isso era retratado no relacionamento respeitoso entre professores e alunos. Contudo, observa-se no *Livro Tombo I*, que não havia irmãs suficientes, sendo que cada uma teria que se desdobrar, lecionando duas disciplinas ou mais, por isso foi necessária a admissão de mestres que não pertenciam à Congregação.

Esta atitude de contratação de mestres leigos não era bem vista pela sociedade carmelitana, que queria ver seus filhos sob os cuidados das Irmãs da Congregação, pois elas simbolizavam respeito e Educação de qualidade e, se assim não fosse, não teria motivos para confiar-lhes a Educação de seus descendentes.

Com isso e no intuito de cativar alunos para a escola, algumas Irmãs se desdobravam, ficavam sobrecarregadas com muitas disciplinas, todavia se responsabilizavam pelas aulas. Os pedidos de envio de Irmãs professoras à casa-mãe em Petrópolis eram intensos, na tentativa de organizar as aulas dos alunos, mas, por motivos maiores, a casa-mãe não conseguia atender às súplicas na proporção de suas necessidades. Encontram-se, no *Livro Tombo I*, vários pedidos das Irmãs da Congregação Nossa Senhora do Amparo que residiam em Monte Carmelo, de envio de Irmãs pela casa mãe em Petrópolis para compor o corpo docente que se encontrava deficitário, mas tais pedidos eram infrutíferos. Em uma passagem do *Livro Tombo I* encontramos os seguintes dizeres: “Chegou a Madre Clara em companhia de duas meninas, com decepção nossa, esperávamos Irmãs para lecionarem ao menos no curso Primário”. Com o passar do tempo, conseguiram a compreensão das famílias e a aceitação para a contratação de professores que não fossem representantes da Congregação (Figura 21).

Figura 21 - Anotações no *Livro Tombo I*, 1939



Fonte: Acervo da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo de Monte Carmelo. *Livro Tombo I*.

Embora o recorte de nossa pesquisa se dê entre os anos de 1947, data de ingresso da primeira turma do Curso Normal e o ano de 1952, quando ocorre a mudança para o prédio construído para funcionar o Curso Normal, vale destacar as madres superiores diretoras que estiveram a frente da instituição desde a sua constituição quando chegaram a Monte Carmelo em 1939. São elas, Irmã Luisa Gonzaga, que dirigiu o Ginásio e Escola Normal até o ano de 1944 e, também, Irmã Maria Clara do Sacramento que permaneceu no cargo de 1945 até o ano de 1963 (Figura 22).

Figura 22 – As primeiras Madres superiores diretoras do Ginásio e Escola Normal à época



Fonte: Foto tirada dos quadros fixados nas paredes do Prédio do atual Colégio Nossa Senhora do Amparo, antiga Escola Normal. Acervo do Colégio.

Importante, também, apresentar a estrutura da escola desde da sua instalação até os dias atuais em 2018, como demonstra a Figura 23. A primeira foto, no ano de 1939, faz referência ao primeiro espaço destinado a abrigar as irmãs e a escola funcionou em uma casa cedida pelo Prefeito Municipal. A segunda foto mostra o prédio destinado ao funcionamento

do Curso Normal inaugurado em 1952. E, por fim, a terceira foto, tirada pela pesquisadora em 22 de outubro de 2018, mostra a permanência do prédio construído em 1952 e que está destinado aos aposentos das Irmãs da Congregação, e a outra parte da construção a direita abriga parte das salas de aula dos alunos do Ensino Médio.

Figura 23 - Estrutura dos prédios que abrigam a escola



Fonte: Acervo da Casa da Cultura. Pastas avulsas – sem numeração (sem data) e a última foto (à direita) tirada pela pesquisadora (2018)

Nas próximas seções, procedemos à análise mais aprofundada do nosso objeto de estudo.

#### **4.2 Momentos cívicos e as práticas culturais da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo**

Para entender melhor as práticas culturais, trazemos aqui um pouco sobre cultura escolar a partir de alguns momentos cívicos, vivenciados pela Escola Normal Nossa Senhora do Amparo.

A cultura escolar pode ser entendida sob diversos aspectos, que são constituídos por relações conflituosas ou pacíficas em cada período de sua História, alicerçadas por um conjunto de culturas que lhes são contemporâneas como as culturas religiosa, política ou popular. Apesar da dificuldade imposta pela confusão com práticas escolares, desde tempos remotos até atuais, uma definição breve pode ser dada por Julia (2001, p. 10), como:

Conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, em um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

Percebe-se por meio da citação de Julia, que esses saberes e condutas que são propagados nas instituições escolares, por meio de uma cultura, seja ela material ou imaterial, se fazem de maneiras diversas de acordo com os diferentes contextos históricos. Nesse sentido, o que ocorre no interior das escolas possui relações com uma cultura geral que faz parte de determinada sociedade de que essas escolas fazem parte; isso contraria princípios da Pedagogia normativa nos quais os historiadores tenderam a constituir uma cultura escolar isolada do mundo exterior.

A interpretação da História educacional deve ir além do que é reproduzido na legislação educacional e das ideias pedagógicas e adentrar o cotidiano das instituições escolares, com ênfase na complexidade das relações dos fazeres ordinários dos indivíduos na instituição escolar e os planos dos Governos e das Igrejas (GATTI, 2010, p. 40).

Para um melhor entendimento do termo cultura escolar, Julia (2001, p.19), destaca três eixos. O primeiro diz respeito à análise das normas e das finalidades da escola, dentro de determinado contexto, que vão além dos estudos gerais, da formação de seus professores, dos conflitos, dos confrontos e dos debates acerca de valores e finalidades antecedentes. O segundo, o papel desempenhado pela profissionalização do trabalho de educador, ou seja a formação do professor. O terceiro, a análise dos conteúdos ensinados e das práticas escolares, que vão além do ensino clássico e proporcionam uma formação moral contínua.

Apesar dos padrões impostos à escola pela sociedade, o professor possui liberdade e é detentor de sua própria forma de ensinar, princípio pelo qual “[...] a escola não é lugar de rotina e da coação e o professor não é agente de uma didática que lhe seria imposta de fora.” O único fator limitante ao professor é o aluno, a mudança do público que determina alteração em conteúdos ensinados (JULIA, 2001, p. 33-34).

Para Gatti (2010, p. 43), a escola por meio da prática educativa dissemina a cultura por meio de seu corpo discente e é capaz de transformar o contexto à sua volta e, em um contexto ampliado, transformar uma sociedade por intermédio do tempo, do espaço e dos sujeitos.

O conceito de cultura escolar é influenciado pelos modos de pensar e de atuar que possibilitam a seus componentes estratégias para desenvolvimento nas aulas e fora delas, no ambiente da escola e no mundo acadêmico, além de integrar o cotidiano dessas aulas. Traduz-se em um conjunto de práticas, de normas, de ideias e de procedimentos que se expressam em modos de fazer e de pensar o cotidiano da escola, amplamente compartilhados e interiorizados (VIÑAO FRAGO, 2000, p. 100). Dessa forma, a cultura escolar espelha a identidade de seus componentes e reflete sua formação e seus papéis. Gatti (2000, p. 45) conclui que

Toda instituição de ensino é portadora de uma cultura escolar e, nessa perspectiva, pode-se afirmar que essa cultura escolar é determinante para dar identidade à mesma, porque a escola está alicerçada em um conjunto de normas, valores, ritos e procedimentos pedagógicos que vão lhe dar uma característica única e portadora de cultura própria.

Contudo, a cultura perpassa todo o cotidiano escolar, como ressalta Gatti (2010, p. 46), os acontecimentos ocorridos dentro e fora das sala de aulas, como nos intervalos, os comportamentos disseminados vão determinar a cultura dessa escola.

A escola é uma instituição da sociedade que harmoniza ações externas com seus costumes, rituais, tradições e que refletem sua organização, gestão, suas práticas na sala de aula e fora dela, por meio do convívio de seus atores nos pátios e nos corredores, assim como em salas de professores e de reuniões.

As relações entre a Igreja e o Estado no campo da Educação sofreram alterações ao longo da História. Inicialmente, a Igreja conduziu o setor da Educação e, posteriormente, o Estado retomou o seu papel de prover Educação à sociedade. Contudo, como parte da coesão entre essas instituições, permanecem influências de ambas as partes, como o ensino religioso nas escolas, os desfiles e as comemorações cívicas.

Os desfiles patrióticos são a representação da cultura cívica na comunidade escolar. Tais desfiles são acontecimentos que requerem organização, empenho e sentimentos da comunidade escolar, em especial de alunos e de professores. Os desfiles cívicos fazem parte do calendário escolar e são resultantes de uma construção social que manifesta, em seu espaço, simbologia e representações, cuja identidade é dada pelo anseio coletivo de seus atores. Essa cultura foi responsável por leis e decretos a serem cumpridos pela comunidade escolar, daí, comemorações de cunho obrigatório e/ou voluntário festejados pelos grupos escolares, agregando aos alunos formação de uma identidade pessoal.

Algum tempo após a Proclamação da República, foi emitido um decreto com o calendário das festas e feriados cívicos, no qual constavam datas como o Dia da Bandeira, do Hino Nacional e do descobrimento do Brasil.

As festas cívicas, no início do regime republicano, eram bastante ligadas ao ideário político e tinham como principal função difundir os valores deste novo regime que se instaurava, nesta época, foram incorporados pomposidade ao Dia da Bandeira e da Proclamação da República, fazendo com que estes dias abraçasse a participação da comunidade com um todo (CÂNDIDO; GALLEGOS, 2006, p. 4).

Leal (2006, p. 69) afirma que as festas nacionais foram decretadas em 14 de janeiro de 1890, compunham o decreto as seguintes datas:

- 1º de janeiro, comemoração da fraternidade universal;
- 21 de abril, comemoração dos precursores da Independência brasileira, resumidos em Tiradentes;
- 3 de maio, comemoração da descoberta do Brasil;
- 13 de maio, comemoração da fraternidade dos brasileiros;
- 14 de julho, comemoração da República, da liberdade e da independência dos povos americanos;
- 7 de setembro, comemoração da Independência do Brasil;
- 12 de outubro, comemoração da descoberta da América;
- 2 de novembro, comemoração geral dos mortos;
- 15 de novembro, comemoração da Pátria brasileira.

Observa-se que não há, no calendário oficial, nenhuma data religiosa, o que mostra a separação entre a Igreja e o Estado.

No ano de 1891, uma data nova foi inserida no calendário oficial, o dia 24 de fevereiro, decretado como o dia da comemoração da promulgação da Constituição da República. Em 1892, houve a reforma do calendário, excluindo as datas que ligavam o Brasil à História ocidental, mantendo somente o feriado da promulgação da Constituição Federal, da abolição da escravidão, da independência e da proclamação da República. A redução das datas comemorativas justificou-se por argumentos econômicos. Esse calendário manteve-se inalterado até o ano de 1922, quando foi declarado pelo Governo feriado nacional o dia 25 de dezembro, feriado religioso. Em 1924, foi acrescido ao calendário oficial a data de 1º de maio. Mais tarde, em 1930, foi decretado pelo Presidente Getúlio Vargas, ampla reforma ao calendário oficial (LEAL, 2006, p. 71).

Os anos de 1937 a 1945, governado por Getúlio Vargas, deixou uma herança cívica, pois foi um período de acentuadas ações festivas patrióticas que aconteciam, com o populismo de Vargas, em todo o território nacional. Esse fato foi evidente também em Monte Carmelo, pois os desfiles cívicos mobilizavam a sociedade e a população ia às ruas, tendo a bandeira do Brasil como protagonista destes eventos, perpetuando ideias e valores importantes em relação à pátria.

Com os calendários cívicos o Colégio, na visão de Julia, 2001, sofrem alterações de suas finalidades.

O colégio não é somente um lugar de aprendizagem de saberes, mas é, ao mesmo tempo, um lugar de inculcação de comportamentos e de *habitus* que exige uma ciência de Governo transcendendo e dirigindo, segundo sua própria finalidade, tanto a formação cristã como as aprendizagens disciplinares... A cultura escolar desemboca aqui no remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências (JULIA, 2001, p. 10).

Com essa interpretação de Julia, a função dos colégios não se limita a alfabetizar, mas também moldar a conduta por meio da cultura nacional ligada à noção de progresso. Observa-se que a estrutura escolar é ajustada e controlada pelos ordenamentos legais, e quem conduz as atividades no interior dos prédios escolares devem-se adaptar a essas regras.

No tempo de Getúlio Vargas, algumas ações como manifestações públicas, solenidades oficiais, desfiles cívicos, jogos e demonstrações de atletismo tiveram papel muito importante. Schemes (2013, p. 337) busca mostrar até que ponto estas práticas foram eficazes na manipulação e cooptação social, considera importante a análise das festas cívicas como uma das formas de propaganda política. Para a autora, a coerção física e ideológica exercida sobre a sociedade representava a outra face da moeda na qual se estampava a imagem do “povo feliz”, manifestando sua alegria nas festas, nas praças públicas e os estádios por ocasião das festas cívicas promovidas pelo Governo.

A família, que era considerada o esteio da sociedade, ganhou ainda mais força com o Decreto-Lei assinado por Vargas em 1941, que versava sobre a organização e proteção da família, levando a entender que os momentos cívicos seriam datas em que a família deveria participar e orgulhar-se de fazer parte das solenidades.

Na era Vargas, o grande número de festas cívicas leva a entender, para Schemes (2013, p. 344), que elas possuíam o objetivo de fazer crer que as mudanças instituídas pelos governantes eram revolucionárias, instauradoras do novo, entendido como continuidade renovada e não como mudança radical.

Schemes (2013, p. 344) afirma, ainda, que o caráter pedagógico da festa é que possibilita a transmissão dos valores dos novos regimes, ou seja, as festas eram as responsáveis pela manutenção da lembrança e, como tais, representavam instrumentos adequados para inculcar, na sociedade, os ideais que o regime queria perpetuar.

Importante ressaltar aqui o Decreto-Lei n.º 2.072, de 8 de março de 1940, emitido pelo Presidente Getúlio Vargas, descrevendo a Educação cívica em seu artigo segundo.

Art. 2º A educação cívica visará a formação da consciência patriótica. Deverá ser criado, nos espíritos das crianças e dos jovens, o sentimento de que a cada cidadão cabe uma parcela de responsabilidade pela segurança e pelo engrandecimento da pátria, e de que é dever de cada um, consagrar se ao seu serviço, com maior esforço e dedicação.

Parágrafo único: É também papel da Educação cívica, formar nas crianças e nos jovens do sexo masculino, o amor ao dever militar, a consciência das responsabilidades do soldado e o conhecimento elementar dos assuntos militares, e bem assim dar as mulheres, o aprendizado das matérias que, como a enfermagem, as habilitem, a cooperar, quando necessário na defesa nacional (BRASIL, 1940).

Nessa época, as comemorações que aconteciam em todo o território nacional também eram celebradas na cidade que abriga a escola, objeto de estudo, pois eram organizados desfiles cívicos, onde a população se organizava para prestigiar as solenidades de cunho nacionalista, como é possível perceber por meio da Figura 24.

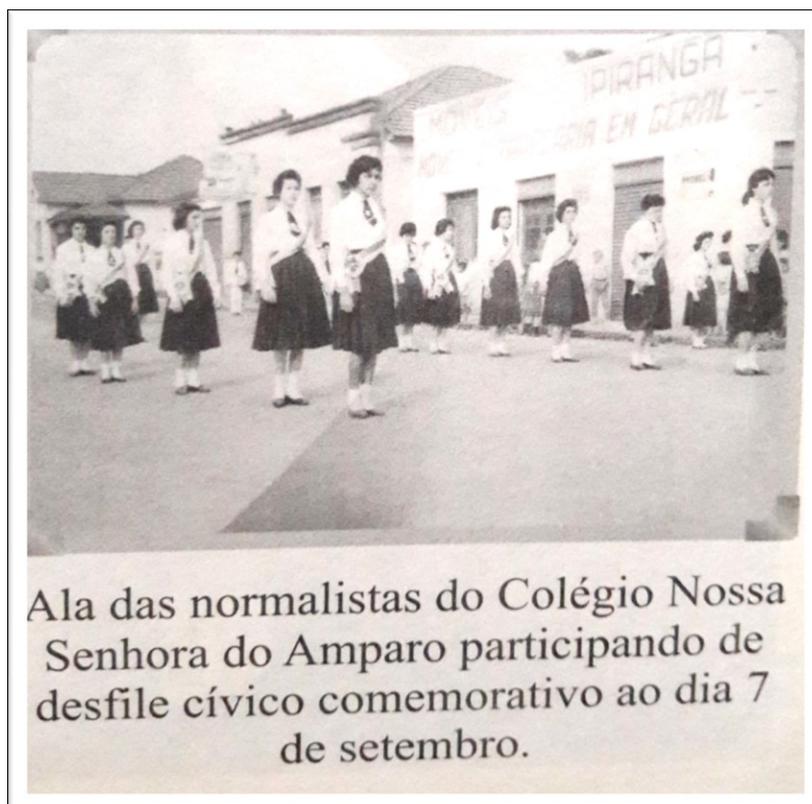
Figura 24 - Desfile cívico, 1950-1960



Fonte: Acervo da Casa da Cultura. Pastas avulsas – sem numeração

Na organização dos desfiles cívicos era destinado uma ala para as normalistas da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo, como podemos observar na Figura 25.

Figura 25 - Ala das Normalistas, 1950



Fonte: Portilho (2003, p. 105).

Nos desfiles cívicos era possível perceber o rigor e também o orgulho com que o corpo discente representava a Instituição, fato que pode ser observado na Figura 25, onde vislumbramos a postura elegante no caminhar, o uniforme impecável e é interessante a impressão de disciplina e de organização, demonstrada pelo alinhamento das alunas durante o desfile.

Conforme Silva (2015, p. 9), os momentos festivos de uma escola são considerados momentos extraordinários, pois mudam toda a estrutura da escola. Assim, as rotinas devem ser remoldadas para que as celebrações se encaixem e as comemorações aconteçam para serem vistas e admiradas pela sociedade, seja nas escolas, praças ou ruas da cidade.

As festas escolares dos anos de 1930, 1940 e 1950 são apresentadas por Silva (2015, p. 47) como “espetáculos do poder: celebrações do trabalho e do amor à Pátria, junto às massas.” Enfatiza que os desfiles patrióticos se manifestavam como uma construção social festiva recoberta de significações e de representações que favorecem a composição de uma cultura cívica autoritária, na qual o Estado assume ao mesmo tempo, o papel de ator histórico, pois era elemento representado nas comemorações cívicas e quem definia quais acontecimentos deveriam compor a construção de memória social.

Segundo Souza (1999, p. 134),

[...] as comemorações cívicas também demonstram a inserção do tempo escolar no tempo social. Ao tornar as datas cívicas uma atividade escolar, o estado faz da escola primária um instrumento de perpetuação da memória nacional. As festas escolares, diferentemente das festas do calendário social, não contrapõem o tempo livre ao tempo de trabalho, pois elas constituem tempo de atividade educativa, um tempo de aprender.

Na interpretação de Souza (1999), a escola torna-se um veículo da eternização da memória nacional, a partir do momento em que as datas cívicas se tornam atividades escolares. Portanto, esses momentos, ao contrário do que se pensa, não são passageiros, que devem ser esquecidos, mas sim, absorvidos, complementando os conhecimentos educacionais. Uma comemoração cívica deve entrar para memória da comunidade escolar que a executou e para a sociedade que a prestigiou. Isso pode ser observado na citação do *Livro Tombo I* sobre o dia da Pátria, ações cívicas que ficaram eternizadas na Instituição e na memória dos alunos.

No *Livro Tombo I*, o registro feito, contando como aconteceu a solenidade do Dia da Pátria. Ele descreve que todos os alunos, de todos os cursos, desfilaram pelas principais ruas da cidade e que, na Praça da Prefeitura Municipal, perante as autoridades locais, centenas de pessoas cantavam o hino nacional, enquanto outros alunos apresentavam em homenagem à grande festividade.

Tendo em vista o que já foi elencado até aqui, podemos relacionar, à luz dos acontecimentos da época, em um contexto político social, econômico e cultural a interferência do Estado como órgão político que determinava as comemorações cívicas a serem seguidas e festejadas por todas as Instituições Escolares.

Leal (2006, p. 65) também afirma que: “planejar uma festa cívica e definir que imagens seriam mostradas ou não, e possuir uma coleção de imagens para isso, fazia parte do jogo e da disputa de políticos e de poder que atravessavam a cidade”.

Além das comemorações cívicas, que eram eventos com maior repercussão pública da Escola Normal, podemos destacar outros que não menos importantes, fizeram parte dessa história.

Nessa perspectiva, outro fato importante, escrito do *Livro Tombo I*, que demonstra festividades, foi a inauguração do Ginásio Nossa Senhora do Amparo, futura Escola Normal. registra-se a seguinte passagem “O dia foi repleto de festividades, sendo iniciadas por uma

missa, seguida de apresentações com a presença de autoridades da cidade”<sup>14</sup>, como podemos observar na Figura 26.

Figura 26 - Solenidade de inauguração do Ginásio Nossa Senhora do Amparo



Fonte: Portilho (2003, p. 239).

Observa-se, na Figura 26, à esquerda, a presença de autoridades do município e, à direita, a população, no centro alunas e professores com uma bandeira, que não conseguimos saber se era do Brasil ou da Escola. Outra passagem encontrada no livro tombo da Instituição descreve o dia 21 de abril de 1952, quando os alunos saíram em passeata pelas principais ruas da cidade e depois houve discurso sobre a festividade da grande data.

As solenidades também aconteciam em épocas de formatura, podemos citar como exemplo a festa constante na ata de encerramento do ano letivo de 1947, ocorrido no dia 7 de dezembro de 1947, no salão solene da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo, onde as concluintes do Curso Normal daquele ano receberam seus diplomas. A sessão foi presidida pelo Reverendíssimo Senhor Padre Cesar Anibal Martins da Fonseca, vigário da paróquia e fiscal da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo. Ao seu lado, o representante do Prefeito Municipal, senhor Joaquim Primo, o Senhor Juiz de Direito, a Superiora Madre Maria Luiza Gonzaga, a diretora Madre Maria Clara, estavam presentes também toda a Congregação, o corpo docente da escola e o paraninfo escolhido que foi o professor Vicente Lopes Perez. Após declarada aberta a sessão pelo senhor fiscal, houve alguns números de danças e a entrega dos diplomas às normalistas. A oradora da sessão foi a senhorita Maria José dos Santos Pinto, escolhida pelas colegas. Na presença de todos, fizeram o seguinte juramento. “Prometo, sob palavra de honra, exercer o magistério primário com perseverança e exatidão,

<sup>14</sup> Dados extraídos do *Livro Tombo I*, registrados em 1939.

visando aos altos interesses de Deus e da Pátria”. E para encerrar, esse grandioso dia, que ficou na memória, e que retrata a formatura das primeiras normalistas da Escola Normal de Nossa Senhora do Amparo, foi cantado pelas normalistas o hino religioso “O Caritate”.

Como se percebe pelos documentos consultados, os momentos solenes eram festividades que mantinham prestígio da Instituição perante a sociedade, aconteciam com grande organização e disciplina, para demonstrar aos presentes, que sempre eram pessoas ilustres, autoridades da cidade além das famílias das alunas e comunidade em geral, a forma de educar e os potenciais desenvolvidos pela escola.

### 4.3 Forma de ingresso e práticas disciplinares

Com a aprovação do Curso Normal pela Secretaria de Educação e Saúde, a Escola começou a realizar os exames admissionais. Nos dias 22 e 23 de novembro de 1946, foram realizadas as provas escritas e orais dos Exames de Admissão à primeira série do Curso Normal, as provas eram realizadas na presença da Comissão Examinadora, composta pelos seguintes membros: Madre Bernadete de Lourdes (secretária), Maria Virginita Barbosa, Jair Mundim, Maria do Carmo Paranhos, Geni Rocha, Madre Maria Clara, diretora da Instituição e do fiscal o Reverendíssimo Senhor Padre César Anibal Martins da Fonseca (Figura 27), ambos à época.

Figura 27 - Padre César, vigário de Monte Carmelo



Fonte: Foto tirada dos quadros fixados nas paredes do Prédio do atual Colégio Nossa Senhora do Amparo, antiga Escola Normal.

Nos arquivos da Instituição, não foi possível localizar todas as inscrições, mas encontramos algumas cujos nomes não constam na ata de aprovação, todavia entende-se que havia uma nota mínima a ser alcançada e que nem todas foram aprovadas.

As interessadas em fazer a sua inscrição nos exames de admissão deveriam preencher um documento onde constavam, nome, filiação, endereço, e os dizeres: “[...] requerer-vos sua inscrição na lista das candidatas ao exame de admissão à (série pretendida) do curso (curso pretendido) para que apresenta os documentos que o regulamento exige” (Figura 28).

Figura 28 - Requerimento assinado para o Exame de Admissão, 1946

**Exma. Srta. Revma. Irmã Diretora da**  
**Escola Normal Nossa Senhora do Amparo**  
MONTE CARMELO

....., filha  
do Sr. Juceline .....  
natural de Rio de Janeiro, Estado .....  
nascida a 9 de fevereiro  
de 1925, residente em  
rua 12 de Dezembro, n. 21 tel. 489249, muito respeito-  
samente vem requerer-vos sua inscrição na lista das candidatas ao exa-  
me de admissão à 1ª série do curso Normal, para o que  
apresenta os documentos que o regulamento exige.

P. Deferimento.

Monte Carmelo, 25 de Novembro de 1946

Helma Santos Pestana .....  
*Excmã. Srta. Revma. Irmã Diretora*  
*Como prest.*  
*Asses. P. Claratubaj.*

Fonte: Pasta de documentos de alunas, sem numeração – Acervo da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo

Observe-se que os dizeres no documento vêm sempre no feminino, mostrando que o curso era destinado para pessoas desse gênero (Figura 28).

Se, ao realizar os exames, a interessada fosse aprovada, ela deveria preencher outro documento, solicitando a autorização de sua matrícula no curso desejado. Observa-se no novo documento da Figura 29, que novamente os dados fixos do documento sempre vêm no feminino e que os pedidos, tanto de inscrição como de autorização da matrícula, deveriam ser deferidos pela Madre Superiora, Diretora da Instituição e do Fiscal do curso.

Figura 29 - Requerimento de matrícula, 1947

Requerimento de matrícula

Revm. Sua Diretora da Escola Normal N. S. do Amparo

A abaixo assinada, filha de Idete Pestana  
 e de Jotelino Pestana da Silva  
 nascida a 9 de fevereiro de 1935 natural de Rio de Janeiro  
 Estado de Rio de Janeiro  
 residente em Monte Carmelo rua Rio de Janeiro  
 n. 1 tel.            Estado de Minas Gerais  
 tendo satisfeito todas as exigencias regulamentares, pede a V. Revma.  
 se digne ordenar a sua matrícula na 1ª série do curso Normal

P. Definitivo.

Monte Carmelo, 29 de Fevereiro de 1947  
 Assinada de             
Deposito Madre Maria Clara

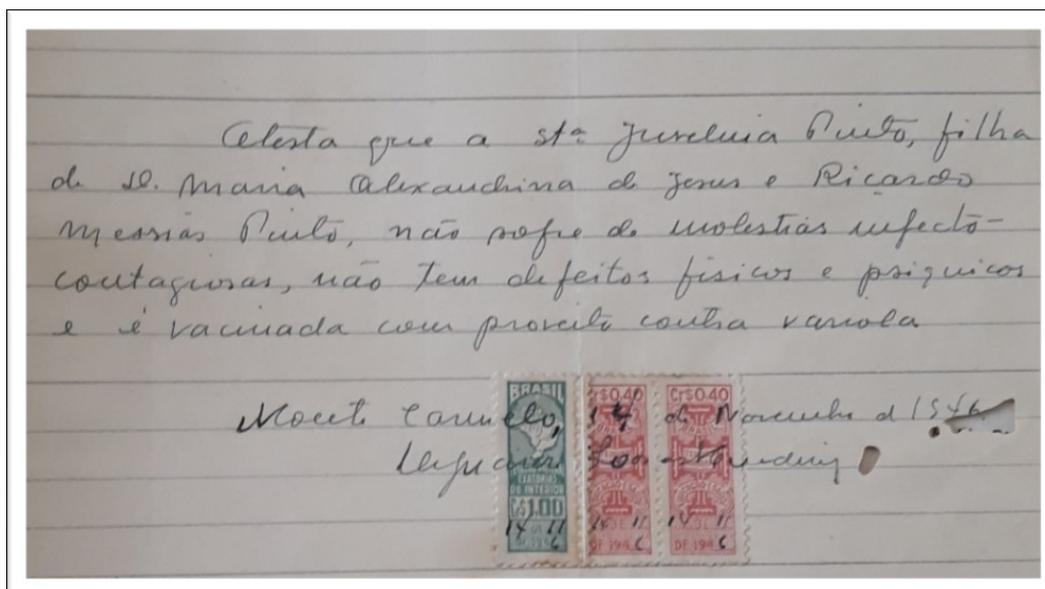
Nome Hilma Santos Pestana

Hilma Santos Pestana  
Dir. da Escola Normal N. S. do Amparo

Fonte: Pasta de documentos de alunas, sem numeração. Acervo da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo

Para ser matriculada na Instituição, era necessário, além da documentação exigida, a apresentação de atestado médico, de que a interessada não sofria de moléstia infecto-contagiosa, não tenha defeitos físicos e psíquicos, e era vacinada contra varíola (Figura 30).

Figura 30 - Atestado médico, 1946



Fonte: Pasta de documentos de alunas, sem numeração – Acervo da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo

A partir das atas dos exames admissionais, inseridas nos livros de atas da Instituição, foi possível produzir os quadros detalhando quais as matérias cobradas e quais as notas obtidas, além de verificar quais interessadas conseguiram pontuação necessária para o ingresso à Primeira Série do Curso Normal. No acervo da Escola Normal, não foi possível identificar a pontuação mínima ou critérios de pontuação exigida ao ingresso tampouco a carga horária destinada a cada disciplina do Curso Normal.

A seguir apresentamos as provas às quais elas foram submetidas para ingresso e suas respectivas notas. Os Quadros de 11 a 16 trazem as matérias cobradas nas provas de admissão na Escola Normal Nossa Senhora do Amparo de Monte Carmelo, assim como as notas obtidas pelas alunas, sendo as primeiras para o Curso Normal com nove alunas e em seguida para o Curso Normal regional, com dez alunas.

Quadro 11 - Prova de Português

<b>Aluna</b>	<b>Prova escrita</b>	<b>Prova oral</b>	<b>Média</b>
Déa Alves Ramos	60	35	50
Donatila Ramos	95	30	60
Doralice Mendes	60	70	70
Hilma Santos Pestana	75	30	50
Maria Andrade Bosi	75	65	75
Ieda Odete Dias	100	75	90
Renildes Maria Mundim	75	30	50
Sonia Cardoso	80	40	60
Sonia Nunes	60	30	45

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 12 - Prova de Matemática

<b>Aluna</b>	<b>Prova escrita</b>	<b>Prova oral</b>	<b>Média</b>
Déa Alves Ramos	70	35	50
Donatila Ramos	75	35	55
Doralice Mendes	75	30	50
Hilma Santos Pestana	75	30	55
Maria Andrade Bosi	80	75	80
Ieda Odete Dias	95	85	80
Renildes Maria Mundim	75	45	60
Sonia Cardoso	75	40	60
Sonia Nunes	60	30	45

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 13 - Prova de Francês

<b>Aluna</b>	<b>Prova escrita</b>	<b>Prova oral</b>	<b>Média</b>
Déa Alves Ramos	40	40	40
Donatila Ramos	90	90	90
Doralice Mendes	90	90	90
Hilma Santos Pestana	80	80	80
Maria Andrade Bosi	30	30	30
Ieda Odete Dias	30	30	30
Renildes Maria Mundim	90	30	60
Sonia Cardoso	90	100	95
Sonia Nunes	30	30	30

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 14 - Prova de Ciências Naturais

<b>Aluna</b>	<b>Prova escrita</b>	<b>Prova oral</b>	<b>Média</b>
Déa Alves Ramos	70	80	75
Donatila Ramos	75	50	60
Doralice Mendes	95	30	60
Hilma Santos Pestana	85	30	60
Maria Andrade Bosi	95	90	90
Ieda Odete Dias	100	100	100
Renildes Maria Mundim	90	30	60
Sonia Cardoso	100	50	75
Sonia Nunes	60	30	45

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 15 - Prova de Geografia, História e Educação Cívica

<b>Aluna</b>	<b>Prova escrita</b>	<b>Prova oral</b>	<b>Média</b>
Déa Alves Ramos	50	50	50
Donatila Ramos	75	80	80
Doralice Mendes	95	30	60
Hilma Santos Pestana	85	90	90
Maria Andrade Bosi	95	65	70
Ieda Odete Dias	100	80	90
Renildes Maria Mundim	90	40	65
Sonia Cardoso	100	100	100
Sonia Nunes	60	30	45

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 16 - Provas práticas

<b>Aluna</b>	<b>Matéria</b>	<b>Nota</b>	<b>Matéria</b>	<b>Nota</b>	<b>Matéria</b>	<b>Nota</b>	<b>Matéria</b>	<b>Nota</b>	<b>Matéria</b>	<b>Nota</b>
Déa Alves Ramos	Desenho	60	Trabalhos manuais	40	Música	30	Canto Coral	80	Educação Física	60
Donatila Ramos		100		40		30		80		60
Doralice Mendes		90		70		55		95		70
Hilma Santos Pestana		100		70		90		95		70
Maria Andrade Bosi		60		30		40		50		60
Ieda Odete Dias		60		30		40		50		60
Renildes Maria Mundim		50		60		60		80		90
Sonia Cardoso		50		40		95		100		80
Sonia Nunes		30		30		30		30		60

Fonte: Dados da pesquisa.

Procedimento idêntico foi realizado também para a admissão da primeira turma do Curso Normal Regional, nos dias 24 e 27 do mês de fevereiro do ano de 1947, na Escola Normal Regional Nossa Senhora do Amparo, na presença da comissão examinadora e do fiscal, tudo de acordo com as instruções regulamentares, foram realizadas as provas escritas e orais obtendo os seguintes resultados (Quadro 17).

Quadro 17 - Notas obtidas pelas alunas ingressantes na Escola Normal Regional Nossa Senhora do Amparo, 1947

Aluna	Matéria	Nota	Matéria	Nota	Matéria	Nota	Matéria	Nota
Abadia Almeida	Linguagem	75	Matemática	80	Geografia e História do Brasil	90	Geografia Geral, História da América e Conhecimento Econômico da Região	60
Alila Nogueira		70		70		90		70
Dulce Terezinha Rocha		75		60		60		65
Enilva Nery		60		80		80		65
Eny Dutra Rabelo		70		70		80		75
Gersi Bosi		90		90		90		85
Maria Eunice Rocha		75		60		80		70
Oraide Terezinha Almeida Novaes		50		50		80		65
Lidia Amaral		75		90		75		75
Filomena Justino		50		60		50		60

Fonte: Dados da pesquisa.

Vale lembrar os dizeres do Capítulo I, que, conforme a Lei Orgânica do Ensino Normal (BRASIL, 1946), houve a divisão do Curso Normal em dois níveis: um para formação de regentes do Ensino Primário, cujos diplomados seriam destinados às atividades da regência escolar, e outro, para formação de professores do Ensino Primário; esses seriam os futuros mestres e mestras. A formação dos regentes foi promovida pelas chamadas Escolas Normais Regionais, cujos cursos ofertados tiveram a duração de quatro anos e foram denominados Curso de 1º Ciclo. Já a formação de professores foi ofertada pelas Escolas Normais, teve a duração de três anos e foi chamada de Curso de 2º Ciclo. Essa legislação também trouxe alteração nos conteúdos que eram trabalhados na formação dos professores, criando e separando disciplinas para a formação de regentes e docentes.

O Decreto-Lei n.º 1873 de 28 de outubro de 1946, do interventor mineiro, adaptou o Ensino Normal do Estado de Minas Gerais às normas da Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei n.º 8.530 de 2 de janeiro de 1946), discriminando nos artigos 13 e 14 respectivamente, as disciplinas compreendidas no curso de formação de professores (Curso Normal), com duração de três anos (Quadro 18) e no curso de regentes (Curso Normal Regional) com duração de quatro anos, conforme apresentado no Quadro 19.

Quadro 18 - Disciplinas ensinadas no Curso Normal – Decreto 1873/1946

<b>Curso Normal – formação de professores</b>		
<b>1ª série</b>	<b>2ª série</b>	<b>3ª série</b>
Português	Biologia educacional	Biologia educacional
Matemática	Psicologia educacional	Psicologia educacional
Física e Química	Higiene e Educação sanitária	História e filosofia da Educação
Anatomia e Fisiologia Humana	Metodologia do Ensino Primário	Higiene e puericultura
Música e canto	Desenho e artes aplicadas	Metodologia do Ensino Primário
Desenho e artes aplicadas	Música e canto	Desenho e artes aplicadas
Educação física, recreação e jogos	Educação física, recreação e jogos	Música e canto
		Prática do ensino
		Educação física, recreação e jogos

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 19 - Disciplinas do Curso Normal Regional: formação de regentes – Decreto nº. 1873/1946

<b>Curso Normal Regional– formação de regentes</b>			
<b>1ª série</b>	<b>2ª série</b>	<b>3ª série</b>	<b>4ª série</b>
Português	Português	Português	Português
Matemática	Matemática	Matemática	História Geral
Geografia geral	Geografia do Brasil	História geral	Noções de higiene
Ciências naturais	Ciências naturais	Noções de anatomia e fisiologia humana	Psicologia e Pedagogia
Desenho e Caligrafia	Desenho e Caligrafia	Desenho	Didática e prática do ensino
Canto orfeônico	Canto orfeônico	Canto orfeônico	Desenho
Trabalhos manuais e economia domestica	Trabalhos manuais e economia domestica	Trabalhos manuais e economia domestica	Canto orfeônico
Educação física	Educação física	Educação física, recreação e jogos	Educação física, recreação e jogos

Fonte: Dados da pesquisa.

Se compararmos as disciplinas estabelecidas pelo Decreto nº 1873/1946 do interventor mineiro referentes à primeira série do curso de formação com as disciplinas lecionadas na Escola Normal Nossa Senhora do Amparo, como desmostrada por meio da Figura 31, observaremos que as matérias são idênticas, todavia na Escola Normal instalada no município de Monte Carmelo é possível verificar a presença da disciplina de religião, até então não contemplada no Decreto do Interventor (MINAS GERAIS, 1946).

Figura 31 - Disciplinas lecionadas na Escola Normal Nossa Senhora do Amparo, 1952

NOME DO ALUNO	DISCIPLINAS										XX	XX	XX
	Religião	Portug.	Matemat.	Física Química	Anatom.	Desenho A.aplic.	Música	Educação Física	XX	XX			
Alila Nogueira	90	80	90	80	70	100	90	65	x	x	x		
Doralice Mendes	90	75	80	70	59	90	85	70	x	x	x		
Elenice Mundim Pena	85	72	85	90	95	80	100	70	x	x	x		
Etonia Edson Paranhos	90	80	90	90	83	90	100	80	x	x	x		
Hilma Santos Pestana	90	70	90	70	56	85	100	65	x	x	x		
Lêda Cardoso	85	77	90	85	85	95	100	75	x	x	x		
Maria Andrade Bosi	85	74	90	85	83	80	98	75	x	x	x		
Maria Gloria da Costa	85	82	80	85	55,5	95	100	65	x	x	x		
Maria Helena E. Cardoso	90	77	80	75	69	100	95	50	x	x	x		
Maria Teresinha Marra.	90	55	80	70	58	85	85	75	x	x	x		
Oraide Teresinha Novaes	90	78	80	85	95	100	100	95	x	x	x		
Rivail França	50	100	85	95	98	100	90	70	x	x	x		
Teresinha Rodrigues Mundim	90	75	85	90	99	80	99	70	x	x	x		
Vanda Mundim Queiroz	90	77	80	85	83	95	99	90	x	x	x		

Fonte: Livro de atas. Acervo da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo

Podemos, de início, pensar que essa disciplina se deu em virtude de ser um colégio confessional, análise correta, todavia o mesmo Decreto 1873/1946, no artigo 15 traz o seguinte,

O ensino religioso é de matrícula facultativa, e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável, e ainda no mesmo ano à a emissão de outro decreto incluindo a disciplina de religião aos cursos pré-primário, primário, normal, e especial subordinados à Secretaria de Educação. Decreto 1873/1946. (MINAS GERAIS, 1946).

Embora o Decreto 1873/1946 traga o ensino religioso como disciplina facultativa, houve a emissão de outro Decreto do Interventor no mesmo ano, como podemos observar na Figura 32, a qual traz uma reportagem de jornal da época, tornando a disciplina de religião obrigatória, inclusive contando notas.

Figura 32 - Reportagem de jornal acerca do ensino religioso, 13.08.1946



Fonte: Acervo da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo de Monte Carmelo. *Livro Tombo I*.

Como não foi possível verificar o nome do interventor autor da emissão deste Decreto, importante ressaltar os nomes dos interventores mineiros, no período recortado por esta pesquisa: Benedito Valadares de 15 de dezembro de 1933 a 4 de novembro de 1945, Nísio Batista de 4 de novembro de 1945 a 3 de fevereiro de 1946, João Beraldo de 3 de fevereiro de 1946 a 14 de agosto de 1946, Júlio Ferreira de Carvalho de 14 de agosto de 1946 a 16 de novembro de 1946, Noraldino Lima de 17 de novembro de 1946 a 20 de dezembro de 1946, Alcides Lins de 21 de dezembro de 1946 a 19 de março de 1947, Milton Campos de 19 de março de 1947 a 31 de janeiro de 1951 e Juscelino Kubitschek de 31 de janeiro de 1951 a 31 de janeiro de 1956.

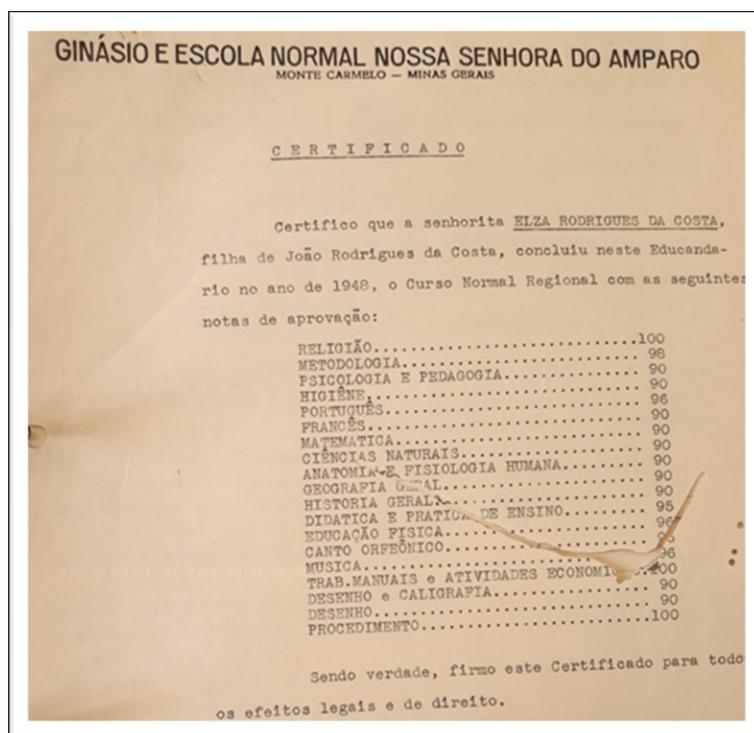
Esta imposição fica evidente na reportagem de Jornal encontrado no *Livro Tombo I* da Instituição, quando no anúncio que apresenta o Decreto destaca que: “Serão contadas como nas demais disciplinas as notas de religião.” Este fato denota vinculação do Estado e a Igreja. O Curso Normal Regional, conforme normas estabelecidas pelo Decreto 1873/1946, teria a duração de quatro anos e suas disciplinas estão descritas no Quadro 19, conforme apresentado.

Em comparação com as disciplinas descritas no Decreto nº.1873/19 e as ofertadas no Curso Normal Regional da Instituição, Figura 33, não foram encontradas divergências, além da disciplina de religião, já explicitada anteriormente. Diante disto, observa-se que a instituição zelava por respeitar as normas legais vigentes à época.

Isso pode ser comprovado no certificado da aluna Elza Rodrigues da Costa, concluinte do Curso Normal Regional no ano de 1948, que traz a disciplina de religião, contando notas como nas demais disciplinas elencadas no decreto do interventor de Minas Gerais, fato que deixa a entender que o Ensino Religioso ocupa lugar de destaque na formação de moças que são destinadas a perpetuarem esses ensinamentos por meio do ofício de professoras. Não foi possível identificar quais eram os professores do ensino religioso, assim como, o conteúdo ministrado nesta disciplina.

Através da Figura 33, é possível também, detalhar os conteúdos ministrados no ano de conclusão do Curso Normal Regional, além da Religião, aparecem as seguintes disciplinas: Metodologia, Psicologia e Pedagogia, Higiene, Português, Francês, Matemática, Ciências Naturais, Anatomia e Fisiologia Humana, Geografia Geral, Didática e Prática de Ensino, Educação Física, Canto Orfeônico, Música, Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas, Desenho e Caligrafia, Desenho e Procedimento.

Figura 33 - Certificado de conclusão de curso, 1948



Fonte: Pasta de documentos de alunas, sem numeração. Acervo da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo

Além da disciplina de Religião presente nos conteúdos curriculares e que ocupava a primeira posição, as práticas religiosas eram constantes, conforme podemos observar os horários estabelecidos para orações, terços e participações em missas:

5 e meia: despertar e oração da manhã;  
6 e meia: santa missa, 4ª e sábados;  
7 e meia: aulas;  
9 e meia: banho;  
11 e meia: almoço e recreio geral;  
13: estudos e aulas;  
14 e meia: merenda geral;  
15: trabalhos de agulha;  
17: jantar e recreio;  
19: terço, ceia, oração a noite e repouso<sup>15</sup>

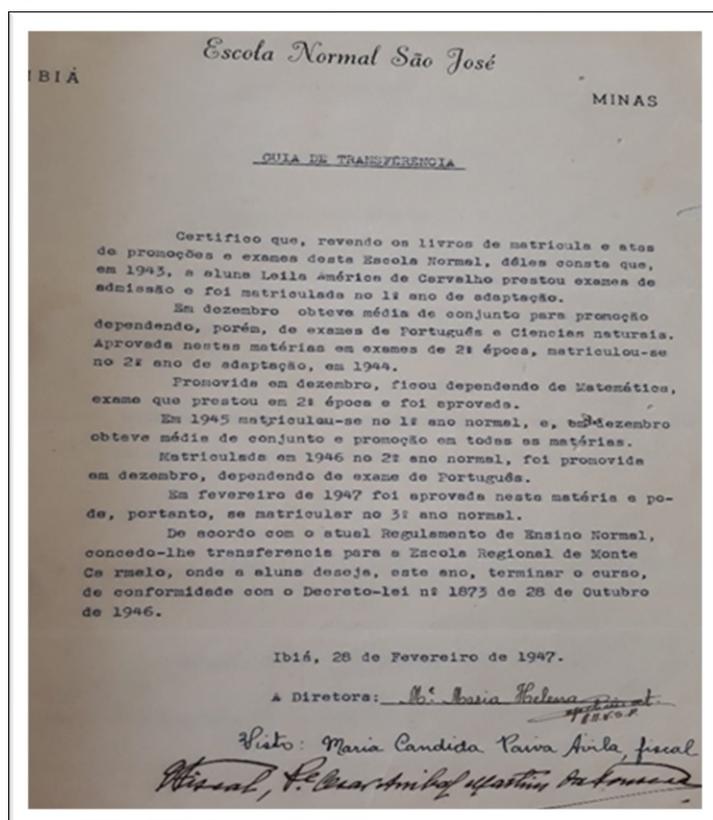
As práticas disciplinares da Instituição estavam intimamente marcados por rituais religiosos, que conjuntamente a uma rígida disciplina e uma singular educação, formavam alunas com boa conduta moral e social capazes de dar bons exemplos de civilidade e boa educação, este era o ambiente procurado pelas normalistas.

A primeira turma de Normalistas começou seus estudos em março de 1947, sendo nove alunas para o Curso Normal e dez alunas para o Curso Normal Regional, que ingressaram por meio dos exames de admissão, porém outra forma de ingresso na Instituição foi feita por meio de transferência de outras Instituições. As transferências eram feitas por meio de um documento chamado Guia de Transferência, no qual a Instituição de origem, que fazia a transferência, elaborava um relatório intitulado *Guia de Transferência* sobre a aluna que seria transferida, apresentando dados a respeito de suas atividades escolares, como o ano de admissão, a média de aprovação, o desempenho, dependências disciplinares, aptidão e conformidade com a legislação vigente à época. Entre as guias de transferências dos arquivos da Instituição, encontramos uma, que na análise desta pesquisadora, possui informações mais completas sobre a aluna que seria ingressante (Figura 34).

---

<sup>15</sup> Dados extraídos do *Livro Tombo I*, pertencente ao acervo da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo de Monte Carmelo.

Figura 34 - Guia de transferência: exemplo, 1947



Fonte: Pasta de documentos de alunas, sem numeração. Acervo da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo

Essa é a Guia de Transferência de Leila América de Carvalho, vinda da Escola Normal São José, da cidade Ibiá em Minas Gerais, cidade próxima a cidade de Monte Carmelo, Triângulo Mineiro, também no Estado de Minas Gerais. Nesta guia consta um histórico, desde a admissão da aluna no Curso Normal, os anos cursados e qual ano a aluna estaria apta e frequentar.

A inserção de alunas por meio de transferências além de denotar uma padronização nas formas de ingresso, conteúdos disciplinares, nessas instituições, mostra a facilidade de acesso de estudantes das cidades vizinhas, o que pode ser atribuído a estarem mais próximas de suas famílias, reforçando a importância dessa Instituição que se instalou em Monte Carmelo, igualando esta cidade com as cidades vizinhas como Patrocínio, Araguari e outras da região.

Como a população Carmelitana procurava uma Educação de qualidade vinculada a princípios religiosos para suas filhas, encontrou no curso oferecido capacidade para formá-las e prepará-las para atuarem como professoras ou futuras mães de família que pudessem educar seus filhos perpetuando o respeito e temor ao Estado e a religião, além de formar moças pretendidas para atuarem em serviços residenciais, atividades oferecidas às alunas.

Trazemos aqui, mesmo que não consiga verificar exatamente o ano da Figura 35 os trabalhos de agulha, atividade desenvolvida às 15 horas do dia a dia das alunas e que pertencia à disciplina de Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas.

Podemos perceber pelo registro fotográfico, que as alunas juntamente com a professora (madre) desenvolviam trabalhos como bordados e costura, habilidades amplamente desenvolvidas por mulheres prendadas da época.

Figura 35 - Aula de trabalhos manuais, sem data



Fonte: Acervo da Casa da Cultura. Pastas avulsas – sem numeração.

Na Figura 35, podemos observar ainda, a disciplina das alunas e a seriedade com que conduziam as atividades que lhes eram repassadas, seriedade também observada na irmã que coordenava os trabalhos.

Como esta atividade era direcionada ao Curso Normal Regional, percebe-se que há uma forte tendência às práticas manuais que preparavam a mulher para as atividades domésticas, enquanto o Curso Normal tinha visão mais técnica, objetivando formar uma profissional que executasse atividades em sala de aula em detrimento das atividades servis.

#### **4.4 Perfil docente e discente: alguns apontamentos**

A demanda das famílias que colocavam suas filhas nas escolas era que elas fossem educadas por professoras freiras, todavia, conforme dito anteriormente, devido à escassez e à

dificuldade da Casa-mãe em Petrópolis enviar colaboradoras para compor o corpo docente, houve a necessidade de ingresso de professores que não pertenciam à Congregação.

Os professores que compunham as cadeiras da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo eram os seguintes: Valdemar Lorens, Vicente Lopes Perez, Maria Virginita Barbosa, Maria do Carmo Paranhos, Geny Rocha de Ávila, Eunice Paranhos, Ilídia de Melo e Madre Maria Clara, que além de professora era a Diretora da Escola. Não há registros acerca de quais ou quantas disciplinas eles lecionavam, assim como para quais períodos do curso. Porém as salas de aulas eram numeradas e recebiam nomes dos docentes pertencentes à Instituição, como podemos ver na Figura 36, que mostra a sala de número 2, denominada Madre Maria Clara.

Figura 36 - Sala de aula 1950



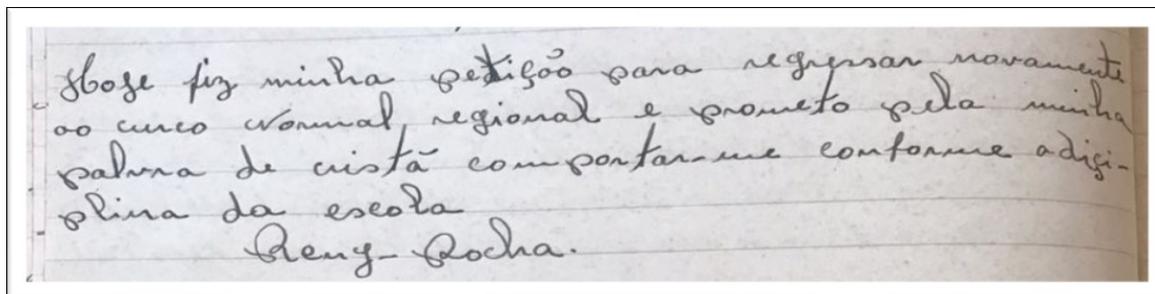
Fonte: Neves (2005, p. 143).

Em 1951, o conforme registro do livro de atas da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo, o corpo docente foi acrescido dos seguintes mestres: Amália Fernandes da Silva para as matérias de Matemática e História Geral, Manoel Valverde Moraes para as matérias de Português e Geografia, Alcides Borges Marra para Latim, Inglês e Francês e Oracy Cardoso Pereira para canto orfeônico.

As regras a serem seguidas pelos docentes da escola eram severas, a disciplina exigida pela própria Congregação tornava o tratamento na escola rígido e não permitia deslize, sob pena de não continuar a fazer parte da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo, conforme podemos

observar na declaração feita por uma professora, ao solicitar seu retorno ao corpo docente da escola (Figura 37).

Figura 37 - Exemplo de petição de reentrada de professora, 1947



Fonte: Acervo da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo de Monte Carmelo. *Livro Tombo I*.

O resultado do trabalho de Neves (2005, p. 173) revela que havia entre as alunas normalistas, preferências por alguns professores. Grande encantamento era manifestado ao professor Armando do Prado Cortes por sua simpatia e relacionamento amigo, qualidade que posteriormente contribuiu para que ele alcançasse o cargo de prefeito de Monte Carmelo durante o período de 1977 a 1982. Outros professores também foram lembrados pelas mesmas qualidades, como por exemplo a professora Geny Rocha de Ávila, autora da petição da Figura 36, mostrando que o relacionamento das alunas com seus professores era de respeito mas também de admiração. Maior destaque foi dado ao professor Vicente Lopes Peres, de acordo com o trabalho de Neves,

Esse professor tinha um peculiar comportamento no trato com as alunas. Extrai-se das falas das entrevistadas alguns exemplos: jogava o giz lá da frente da sala na aluna para chamar sua atenção para a aula, corrigia com severidade, de público, as falhas identificadas em exercícios e provas, demonstrando impaciência com essas. Entretanto justificam todo comportamento “inadequado” argumentando que ele agia com carinho, “por querer ajudar o aluno”, e ainda que “assim é que dava certo”, que “ele era inteligente demais”. A admiração pela capacidade deste professor se traduz num verdadeiro fascínio e particular carinho e ele dedicado (NEVES, 2005, p. 173).

Segundo Matos (2013, p. 181), o professor Armando do Prado Cortes exerceu por vários anos o magistério na cidade ocupando a cadeira de Geografia, foi instrutor da fanfara do Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora do Amparo, ocupou o legislativo carmelitano durante 15 anos e foi contador das prefeituras das cidades vizinhas de Romaria e Iraí de Minas. (MATOS, 2013, p. 181).

A professora Geny Rocha de Ávila, nasceu em Monte Carmelo em 1925, fez o curso normal completo, lecionou educação física no Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora do Amparo no período de 1945 a 1974, era dedicada e carinhosa com seus alunos (MATOS, 2013, p. 336).

As professoras Maria do Carmo Paranhos, (conhecida como Dona Maroca) e Eunice Paranhos são irmãs, filhas de Armínio Paranhos, nomeado agente postal dos Correios e Telégrafos em 1932. Ambas residiam e residem até o presente momento de 2018 no Centro da cidade de Monte Carmelo. Segundo Portilho (2003, p. 59), Maria do Carmo Paranhos fazia parte de uma reduzida galeria de personalidades verdadeiramente inteligentes e cultas da história de Monte Carmelo, como o saudoso professor Vicente. Pessoa extremamente reconhecida na cidade.

Matos, memorialista da cidade de Monte Carmelo, registra que Maria do Carmo Paranhos foi Secretária Municipal de Educação em 1968, permanecendo no cargo nos mandatos dos prefeitos Dr. Eduardo Alberto Moraes de Oliveira, Dr. Camilo Machado de Miranda, Prof. Armando do Prado Cortes, Dr. Ajalmar José da Silva (primeiro mandato) (MATOS, 2013, p. 340).

A professora Maria Virginita Barbosa, era de família tradicional da cidade, filha do Sr. Argemiro Barbosa, comerciante e empresário e da Sra Virginia Rosa, nascida em Monte Carmelo exerceu a profissão de professora por 53 anos. Em virtude de sua trajetória educacional na cidade, no ano de 2016 foi homenageada, e uma Instituição Escolar Municipal recebeu o seu nome. Tinha os seguintes irmãos: Dr. Vivaldo Barbosa (médico e ex prefeito de Monte Carmelo), Ruy Barbosa (comerciante), Nelsina Barbosa Pinheiro (professora), Dr. Murilo Barbosa (engenheiro) e Ninita Barbosa que também atuava na área educacional como professora e diretora de escola. Ainda hoje a família Barbosa é muito conhecida na cidade.

Como não foi possível encontrar registros de todos os professores que lecionavam na Escola Normal, e considerando que houve dentre eles um que se destacou no período abrangido por esta investigação, a pesquisadora traz um pouco mais sobre o renomado professor Vicente Lopes Perez (Figura 38). Nascido em Monte Carmelo no dia 17 de setembro de 1919, filho do Sr. Alberto Shmutzler, de origem alemã, e de dona Angela Lopes Perez.

Figura 38 - Prof. Vicente Lopes Perez, sem data



Fonte: Portilho (2003, p. 242).

O Professor Vicente fazia parte de um pequeno grupo de carmelitanos considerados inteligentes e cultos. Iniciou sua formação no internato do Colégio Regina Pácis em Araguari e depois formou-se em Economia. Todavia, a sua formação não limitou a sua atuação. Gostava muito de literatura, ampliou seu conhecimento em Português, passando a lecionar também essa matéria. Faleceu na cidade de Monte Carmelo em primeiro de setembro de 1978 com 59 anos de idade, deixando sua irmã Ida Lopes Perez e seu irmão Waldemar Lopes Shmultzer (PORTILHO, 2003, p. 298). Pessoa intelectual, colaborava em vários jornais, escrevia lindas crônicas como se pode observar na crônica de Finados de sua autoria:

Queria no dia de hoje, fazer uma crônica sobre Finados, mas, infelizmente, já não possui a inspiração necessária. não tenho saudades e o coração é morto. Como é triste sentir no corpo o peso dos anos, sem cultivar na alma as reminiscências do passado! Estar só, ter como companhia apenas a solidão miseravelmente repartida com fantasmas! Não olho para trás, não tenho retornos, não há retaguardas no meu ocaso, e as cruces que ficaram lá, ficaram, inúteis, abandonadas, iguais na sua imobilidade e no seu abandono. E mesmo que eu quisesse voltar, seria inútil. A estrada é outra, as árvores que bordejavam o caminho mudaram envelheceram e morreram e ainda mais, no final há uma ponte caída, intransponível, separando a verde esperança do charco enfadonho do tédio. É por isso que não escrevo a crônica que me pediram. No imponderável espaço de uma solidão há apenas breves instantes de recordação, e eu poderia somente dizer como o poeta: - “guarda contigo esta saudade que hoje é minha e que amanhã poderá ser tua”. Sentada a meu lado, de um olhar languido, corpo bem feito, com gesto de abandono e quase sem sensuais, a moça bonita dedilha um violão trauteando uma canção de Dorival Caymmi. As notas se perdem dentro da noite que já vai alta. Eu continuo sozinho, de alma vazia, coração fragmentado. O violão se cala e o resto é silencio. Seja esse silencio a homenagem aos meus mortos. (PORTILHO, 2003, p. 292).

A admiração por este professor está relatada também no livro de Matos (2013, p. 299):

Escrever sobre a vida deste grande professor é uma oportunidade ímpar, principalmente para nós que com ele convivemos em dois momentos distintos. Primeiro como aluno, quando fizemos ginásio nos anos cinquenta no Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora do Amparo, posteriormente no começo dos anos sessenta viemos nos juntar, quando iniciávamos a carreira de educador. Chamava nossa atenção a sua inteligência aguçada e a aversão às questões pecuniárias: para ele o dinheiro servia tão somente para cobrir o seus “hobbies” como livros, selos, fotografias, relógios e pescarias. Era partidário da Educação do Amor com Rigor.

O professor Vicente, durante sua profissão docente, lecionou em outras instituições escolares e foi um profissional reconhecido por toda a população carmelitana, tanto que existe hoje, na cidade de Monte Carmelo, uma escola pública estadual denominada: Escola Estadual Professor Vicente Lopes Peres.

A partir dos dados explanados até aqui, percebe-se que o perfil docente era composto por membros de família com grande prestígio social e tradição familiar; mesmo não pertencentes à Congregação, possuíam qualidades que respondiam aos requisitos e anseios da população à época, motivo que levou à superação da resistência inicial advinda da sociedade carmelitana à incorporação de professores leigos ao corpo docente de uma instituição confessional.

A Instituição em que estes docentes trabalharam veio instalar-se na cidade de Monte Carmelo, para atender as famílias mais abastadas da cidade, cujo status social definia o perfil à época.

No entanto, a Figura 39 demonstra a quantidade de alunas que estudavam no curso de formação (Curso Normal), em 1952, sem pagar mensalidade; inferimos que a renda familiar dessas alunas não fosse suficiente para o acesso e permanência em uma instituição privada de ensino. Entende-se aqui que, em virtude do padrão social, que possivelmente tinham um perfil diferente das elites. Inclusive o documento discrimina a quantidade de internos e de externos.

Figura 39 - Relação de alunos gratuitos, 1952

RELACÃO DOS ALUNOS GRATUITOS		
1952		
NO CURSO DE FORMAÇÃO		
Mary Helena Rocha.....	2 <sup>a</sup> Ano	..Externa
Rosalina Svaristo Lima.....	2 <sup>a</sup> " "	..Interna
Doralice Mendes.....	1 <sup>a</sup> " "	.. " "
Hilma Santos Pestana.....	1 <sup>a</sup> " "	.. " "
NO CURSO GINASTIA		
Taila Elba Pedrosa.....	4 <sup>a</sup> Série	..Interna
Maria Teresinha Rosa.....	" "	..Externa
Marcelo Faramhos.....	3 <sup>a</sup> " "	..Externo
Maria Demarina Oliveira.....	" "	..Interna
Marlene Garcia da Cruz.....	" "	.. " "
Alta Ferreira da Cruz.....	2 <sup>a</sup> " "	.. " "
Aparecida Oliveira.....	" "	.. " "
Claudecy Soares Brito.....	" "	.. " "
Francisca Magalhães Santos.....	" "	.. " "
Ignor dos Santos.....	" "	.. " "
Ivanilda Coutinho.....	" "	.. " "
Isa dos Santos.....	" "	.. " "
Lourdes de Silva Pires.....	" "	.. " "
Neves Nello Vilas Boas.....	" "	.. " "
Norma Rodrigues.....	" "	.. " "
Rosa Corrêa Lima.....	" "	.. " "
Ngoyra Campilho da Costa.....	" "	.. " "
Yara Coutinho.....	" "	.. " "
Yolanda de Souza.....	" "	.. " "
Delta Rodrigues da Silva.....	1 <sup>a</sup> " "	.. " "
Delmir do Prado Cortes.....	" "	.. " "
Helena Penseca Angelim.....	" "	.. " "
Heraldo Faramhos.....	" "	..Externo
Wilda Rodrigues Pereira.....	" "	..Externa
Maria Angela Lopes do Amaral.....	" "	..Interna
Ofélia Maria Arantes.....	" "	..Externa
Petronilha dos Santos.....	" "	..Interna
Siloe Ramos.....	" "	.. " "
DO ESTADO		
<i>Lucy Moqueira</i> .....	2 <sup>a</sup> Série	..Interna
Teresinha Amália Osorio.....	1 <sup>a</sup> " "	.. " "
DA MUNICIPALIDADE		
Carmilina Engracia de Freitas.....	4 <sup>a</sup> Série	..Interna
Maria Gloria Duarte.....	" "	..Externa
Maria Teresinha Batista.....	" "	.. " "
Neide Teresinha Mundim.....	" "	.. " "
Teoclecio Fernandes.....	3 <sup>a</sup> " "	..Externo
Elias Barbosa.....	" "	.. " "
Geraldo Dornelas de Oliveira.....	" "	.. " "
Guilhermina Garcia Rosa.....	" "	..Externa

Fonte: Pasta de documentos de alunas, sem numeração. Acervo da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo

O regime de internato iniciou em 1949, sendo que neste ano havia a presença de vinte moças carentes, ação que permitiu a Instituição recursos do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), conforme Neves (2005, p. 182):

Do que foi possível verificar nos livros de registros do colégio, o regime de internato teve início no ano de 1949, com a presença de vinte moças, carentes vindas da cidade do Rio de Janeiro, e cuja, manutenção nesse regime permitiu ao colégio o acesso a recursos do SAM - Sistema de Assistência ao Menor.

Nesse viés, não é possível dizer que o perfil das discentes era homogêneo, pois pertenciam a classes sociais distintas e conviviam e tinham acesso a uma formação única, possibilitando oportunidades iguais de formação, apesar das diferenças sociais, culturais e econômicas.

Os documentos de matrículas das alunas pagantes do curso normal, traziam filiação, naturalidade e endereço residencial. Com essas informações, foi possível verificar que a maioria das alunas residia na região central da cidade, nas proximidades da instituição escolar.

Estudar em uma Escola de cunho confessional, dirigida por religiosas, significaria boa formação, bons princípios, temor a Deus, vastos conhecimentos em todas as áreas, enfim, todas as qualidades que uma “moça de família” poderia ter, fazendo trabalhos caseiros como costuras, bordados, limpeza o que poderiam possibilitar um bom casamento e também um bom emprego.

A forma de controle severa, a exigência a pontualidade sobre o horário e o silêncio tornaram-se mecanismos eficientes que colaboravam com o relacionamento respeitoso entre professor e alunos, além do fato de que ambos seguiam as mesmas regras. Fato este que pode ser observado nas solenidades, quando da realização da missa em ação de graças pela formatura de uma turma de normalistas (Figura 40).

Figura 40 - Missa pela formatura das Normalistas, 1950



Fonte: Portilho (2003, p. 105).

Algumas alunas desenvolveram aptidão para as práticas esportivas, em 1950 chegaram a formar um time de vôlei, conforme podemos verificar na Figura 41.

Figura 41 - Time de Volei, 1950

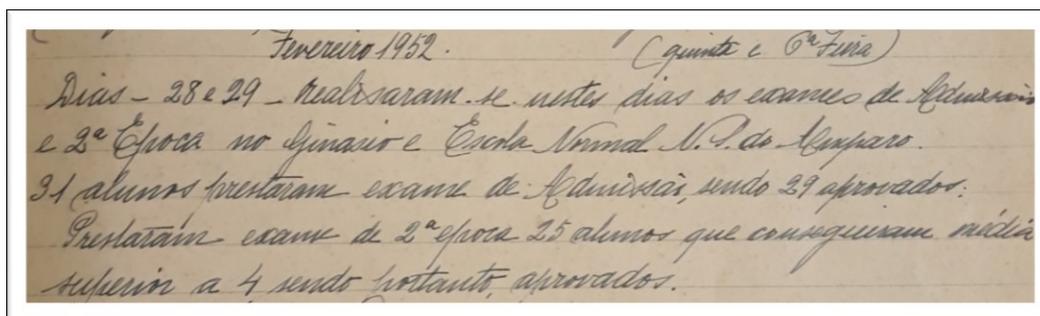


Fonte: Neves (2005, p. 143).

Por meio de registros fotográficos até aqui apresentados, podemos perceber que as alunas da Escola Normal eram moças bem vestidas, trajavam sempre uniformes muito bem passados, e impecavelmente arrumados, mostravam sempre os cabelos bem penteados postura elegante e serena que poderia ser incorporado por serem normas das escola. Quanto ao comportamento, podemos inferir que, pelo rigor disciplinar da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo, possuíam ou estavam adquirindo um padrão conforme as exigências da época, o padrão de “boa moça”, muito educada, religiosa, talentosa com habilidades para desenvolver trabalhos manuais, uma exímia dona de casa e esposa, dotada ainda de saberes diversos adquiridos por meio do conteúdo disciplinar oferecido, além de apta para a missão de mestra.

A consolidação dos projetos da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo mostra resultados positivos, a sociedade reconhece o prestígio da Instituição, ao passo que há um aumento gradativo de inscrições para admissão no cursos, chegando em 1952 com 54 alunas aprovadas, como mostra a Figura 42.

Figura 42 - Anotações *Livro Tombo I*, 1952



Fonte: Acervo da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo de Monte Carmelo. *Livro Tombo I*.

Importante ressaltar aqui que, no ano de 1952, último ano do recorte desta investigação, houve um acontecimento muito característico: somente nesse ano, houve entre as normalistas a inscrição de um aluno, conforme podemos verificar na Figura 43, que traz os alunos do curso normal.

Figura 43 - Turma de Normalistas de 1952 com alguns professores



Fonte: Acervo da Casa da Cultura. Pastas avulsas – sem numeração.

Na legenda da Casa da Cultura, de onde foi extraída a Figura 43, constam os nomes dos professores Vicente e Eunice, a Madre Superiora e o professor Armando, da esquerda para a direita. As demais pessoas não foram identificadas na legenda, portanto, por se referir à turma de normalistas do ano de 1952, onde há a presença de um homem, conclui-se que se trata do aluno Ravail França, e as alunas poderiam ser denominadas por meio da Figura 30, Alila Nogueira, Doralice Mendes, Elenice Mundim Pena, Etônia Edson Paranhos, Helenice Santos

Pestana, Leda Cardoso, Maria Andrade Bosi, Maria Glória da Costa, Maria Helena F. Cardoso, Maria Teresinha Marra, Oraide Teresinha Novaes e Vanda Mundim Queiroz, porém não seria possível a posição de cada uma na Figura 43.

Percebe-se, por meio da investigação, que o corpo discente pagante dessa escola compunha-se, principalmente, de moças de famílias bem colocadas na sociedade, como, por exemplo, a família Nogueira, do ex-prefeito Fausto Reis Nogueira, período 2013-2016; família Cardoso, descendente do Cel. José Cardoso Naves, que fez o convite às irmãs para se instalarem em Monte Carmelo; cujo prefeito atual é da mesma família, Dr. Saulo Faleiros Cardoso, pelo quarto mandato; também as famílias Mundim Pena, Bosi e Paranhos.

Outra conclusão que podemos retirar da pesquisa refere-se as alunas gratuitas, nas anotações do *Livro Tombo I* é possível verificar a vinda de alunas carentes da cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, da casa mãe Nossa Senhora do Amparo, que vierem para o educandário em Monte Carmelo na condição de alunas internas, possivelmente para cumprir a função social desejada por Padre Siqueira.

Para concluir, foi possível, por meio da pesquisa, fazer um levantamento das profissões exercidas por algumas ex-alunas da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo, no Quadro 20, cujos nomes aparecem no presente trabalho.

Quadro 20 - Profissão exercida por algumas ex-alunas

<b>Nome ex-alunas</b>	<b>Profissão exercida na cidade de Monte Carmelo</b>
Alila Nogueira	Professora/ Diretora Escola Estadual Gregoriano Canedo
Déa Alves Ramos	Sem informação
Donatila Ramos	Sem informação
Doralice Mendes	Interna – voltou para Rio de Janeiro
Elenice Mundim Pena	Sem informação
Etônia Edson Paranhos	Professora Escola Estadual Melo Viana
Hilma Santos Pestana	Interna – voltou para Rio de Janeiro
Ieda Odete Dias	Sem informação
Leda Cardoso	Professora/ Diretora Escola Estadual Letícia Chaves
Maria Andrade Bosi	Professora Escola Estadual Letícia Chaves
Maria Glória da Costa	Professora Escola Estadual Letícia Chaves
Maria Helena F. Cardoso	Professora Escola Estadual Dona Sindá
Maria Teresinha Marra	Sem informação
Oraide Teresinha Novaes	Sem informação
Renildes Marra Mundim	Sem informação
Rivail França	Funcionário do Banco do Brasil
Sonia Cardoso	Professora Escola Estadual Letícia Chaves e funcionária do Banco do Brasil
Sonia Nunes	Sem informação
Vanda Mundim Queiroz	Sem informação

Fonte: Dados da pesquisa.

É possível verificar (entre as informações colhidas) que a profissão docente foi exercida por todas as ex-alunas. Essas discentes vislumbravam, apesar de suas posições, o prestígio de serem professoras bem-formadas e, com isso, a emancipação social em um contexto em que a mulher não tinha muitas alternativas, elas se submetiam a uma formação com regras disciplinares severas, característica de uma escola confessional, pautadas em princípios religiosos católicos, além de atividades manuais, desenho e música, requisitos que aprimoram os conceitos de boa moça da época, elevando ainda mais seu prestígio e sua posição social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Igreja, desde o princípio da História de Educação no Brasil, influenciou fortemente o processo de formação de profissionais para o ofício de ensinar, nesse sentido a boa mãe seria também uma boa professora.

As escolas confessionais, dirigidas por congregações femininas, viram nas mulheres uma forma de propagação da fé, em um momento em que a Igreja se encontrava fragilizada frente à separação do Estado. No período denominado restauração católica, surgem estas Congregações e, por conseguinte, as instituições vinculadas a elas, das quais fazem partes as Escolas Normais. Nessas escolas, a ênfase estava em formar mestras com credo católico.

Sem dúvida, a profissão de normalista foi a primeira que vinculou a mulher à Educação formal e ao mercado de trabalho, pois até essa época não havia outras possibilidades a não ser o casamento e os cuidados com o lar.

No decorrer da pesquisa, buscou-se compreender as motivações que levaram a implantação da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo na cidade de Monte Carmelo, Triângulo Mineiro, Minas Gerais e relacionar em um contexto político social econômico e cultural da época com a Educação confessional feminina e *emancipação da mulher*. Se, antes a mulher só se dedicava às atividades domésticas e ao casamento, naquela época, em decorrência da instalação da instituição na cidade, poderiam vislumbrar novas perspectivas junto à sociedade, sem deixar, contudo, de observar o caráter religioso, político social que demandava a formação da boa moça.

Os caminhos percorridos até a instalação da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo na cidade de Monte Carmelo, foram repletos de obstáculos, contudo, por meio do esforço e da perseverança das Irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Amparo e figuras da sociedade carmelitana, essas dificuldades foram superadas, tornando possível a consolidação de um projeto originado nos ideais do Padre Siqueira que, emancipadamente, ousou um futuro melhor às mulheres que eram desconsideradas pela sociedade.

Conclui-se que as dificuldades encontradas para a implantação da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo em Monte Carmelo são reflexos dos desafios encontrados pelas primeiras Escolas Normais, porém na época da instalação, na década de 1940, já haviam consolidadas leis com parâmetros a serem seguidos, com isso a Instituição perdurou e formou mestras, adaptando-se as transformações e às exigências; atingiram um nível de excelência que possibilitou a manutenção de seu prestígio. A sociedade da cidade de Monte Carmelo, com a

instalação da Escola Normal, mudou os ares e passou a fazer parte do rol de cidades progressistas que permitiram a formação de normalistas para atuarem na Educação de seus cidadãos. Assim, pode-se afirmar que a Escola Normal de Monte Carmelo contribuiu para a formação feminina na cidade, valorizando a moral, os bons costumes e o patriotismo, elementos importantes para a formação de mulheres íntegras, além de abrir uma possibilidade de inserção para mercado de trabalho, atuando especificamente no espaço escolar. Cabe ressaltar ainda que, a Instituição permanece com suas atividades até os dias de hoje, e que atualmente em 2018 se prepara para comemorar os seus 80 anos em Março de 2019, o que comprova sua excelência no que diz respeito à qualidade de ensino.

A pesquisadora acredita ainda que esta investigação não se esgota aqui, pelo contrário, ela abre novas possibilidades para compreender o papel das Escola Normal de Monte Carmelo por meio de outros olhares.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **As Escolas Normais no Brasil: do império à república**. Campinas: Alínea, 2018.

ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (org.). **As Escolas Normais no Brasil: do império à república**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação**. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MONTE CARMELO. **Livro: História e histórias de Monte Carmelo**. Monte Carmelo, nov. 2015. Disponível em: <http://www.acemontecarmelo.com.br/?p=338>. Acesso em: 25 set. 2018.

BRASÃO, Heber Junio Pereira. **Migração, diversidade cultural e educação: desafios cotidianos dos professores no povoado de Celso Bueno, em Monte Carmelo, MG**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Uberaba, Uberaba, 2013. Disponível em: <http://www.uniube.br/biblioteca/novo/base/teses/BU000291045.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. *In*: COLEÇÃO de Leis do Império do Brazil: 1827. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 29 out. 1827. v. 1, pt. 1, p. 71-72. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html). Acesso em: 21 maio 2018.

BRASIL. **Decreto de criação da Escola Normal**: 1835: nº. 10. Rio de Janeiro: Secretaria de Governo da Província do Rio de Janeiro, 10 abr. 1835. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/99970/1835\\_10\\_abril\\_Ato\\_n.º\\_10\\_Cria\\_Escola\\_Normal.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/99970/1835_10_abril_Ato_n.º_10_Cria_Escola_Normal.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 21 maio 2018.

BRASIL. Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931. Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, p. 7191, 6 maio 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879: reforma o ensino primário e secundário no município da Côrte e o superior em todo o Imperio. *In*: COLEÇÃO de Leis do Império do Brazil: 1879. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 19 abr. 1879. v. 1, pt. 2. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 21 maio 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de março de 1940. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, p. 4239, 11 mar. 1940. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2072-8-marco-1940-412103-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, v. 1, p. 116, 4 jan. 1946. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL. **Lei n. 169, de 7 de agosto de 1893**. Addila diversas disposições á lei n.88, de 8 de setembro de 1892. São Paulo: Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, 7 ago. 1893. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1893/lei-169-07.08.1893.html>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 11429, 27 dez. 1961. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 6377, 12 ago. 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BURITY, Glauce Maria Navarro. **A presença dos Franciscanos na Paraíba, através do Convento de Santo Antônio**. Rio de Janeiro: Bloch, 1988.

CAMARGO, Kênia Guimarães Furquim; SILVA, Maria Aparecida Alves; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. O catolicismo ultramontano: um estudo sobre a instrução feminina no Colégio Sant'Anna no findar do século XIX até meados do século XX. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE, 12., 2014, Goiânia. **Pós-Graduação e Pesquisa em Extensão**: contradições e desafios para a transformação social. Goiânia: PUC Goiás, 2014.

CÂNDIDO, Renata Marcílio; GALLEGÓ, Rita de Cássia. Engendrar tempos e identidades: as festas no calendário escolar e suas implicações para a organização do trabalho dos professores (1890-1930). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., **A educação e seus sujeitos na história**. Goiânia: SBHE, 2006. p. 1-10. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo03/Renata%20Marcilio%20Candido%20e%20Rita%20de>. Acesso em: 12 jun. 2018.

CASTANHA, André Paulo. A introdução do Método Lancaster no Brasil: história e Historiografia. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012. **A pós-graduação e suas interlocuções com a educação básica**. Caxias do Sul: UCS, 2012. p. 1-16. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1257/12>. Acesso em: 12 jun. 2018.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE NOSSA SENHORA DO AMPARO. **Padre João Francisco de Siqueira Andrade**. Disponível em: [http://www.franciscanasdoamparo.org.br/?page\\_id=36](http://www.franciscanasdoamparo.org.br/?page_id=36). Acesso em: 25 set. 2018.

COSTA, Sandro Roberto da. **O protagonismo dos Franciscanos na Evangelização no Brasil antes dos jesuítas**: a experiência de Laguna. [S. l.]: Franciscanos: Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, 2006. Disponível em: <http://franciscanos.org.br/?p=20437>. Acesso em: 10 set. 2018.

CRIAÇÃO da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. *In*: HAACK, Frederico. **[Blog] A história de Petrópolis**. [S. l.], 2014. Disponível em: <http://ahistoriadepetropolis.blogspot.com/2014/03/criacao-da-escola-domestica-nossa.html>. Acesso em: 25 set. 2018.

DIGNIDADE. *In*: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2010.

EBY, Frederick. **História da educação moderna**: séc. XVI/séc. XX. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1978.

FAGUNDES, José Evangelista. **A história local e seu lugar na história**: histórias ensinadas em Ceará-Mirim. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006. Disponível em: <ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/JoseEF.pdf>. Acesso em: 7 maio 2018.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. **A propósito dos frades**: sugestões em torno da influência de religiosos de são francisco e de outras ordens sobre o desenvolvimento de modernas civilizações cristãs, especialmente das hispânicas nos trópicos. Salvador: Aguiar & Souza, 1959.

GATTI, Giseli Cristina do Vale. **Tempo de cidade, lugar da escola**: dimensões do Ensino Secundário no Gymnasio Mineiro de Uberlândia (1929-1950). 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

GATTI JUNIOR, Décio Gatti; INÁCIO, Geraldo. **História da educação em perspectiva**. Uberlândia: ADUFU, 2005.

GOMES, Marco Antônio de Oliveira. O manifesto dos pioneiros da educação nova e a defesa da ordem: o embate entre liberais e católicos no campo da educação. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n. 68, p. 109-124, jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8643925/14391>. Acesso em: 7 maio 2018.

HÓSTIA, Áurea de Jesus. **O Padre Siqueira: sua vida e sua obra**. 2. ed. Petrópolis: Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo, 2013.

IGLESIAS, Tania Conceição. Fontes franciscanas: historiografia franciscana brasileira. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n. 42, p. 23-38, jun. 2011. Mensal.

INÁCIO FILHO, Geraldo; ROSSI, Michelle Pereira da Silva. As congregações católicas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: educação feminina (1889-1940). **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 18, n. 38, p. 553-566, set./dez. 2009.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, SP, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

NORMALISTA. Intérprete: Nelson Gonçalves. Compositores: Benedito Lacerda e Davis Nasser. São Paulo: RCA Victor, 1949. Álbum 80-0595-A. Samba.

LEAL, Elisabete da Costa. O calendário republicano e a festa cívica do descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista. **História**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 64-93, 2006.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

LUSTOSA, Oscar F. **Reformistas na Igreja do Brasil: Império**. São Paulo: [Universidade de São Paulo], 1977. (Boletim, n. 17).

MAGALHÃES, Justino. **Contributo para a história das instituições educativas: entre a memória e o arquivo**. Braga: Universidade do Minho, 1996.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara (Org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998. v. 1, p. 51-69.

MANOEL, Ivan A. **Igreja e educação feminina (1859-1919)**. Uma face do conservadorismo. São Paulo: Unesp, 1996. Disponível em: <https://bit.ly/2pGM817>. Acesso em: 25 set. 2018.

MARJORIE. Método Lancaster ou mútuo. In: MARJORIE. **[Blog] História da educação brasileira**. [S. l.], 29 nov. 2011. Disponível em: <http://educacaobrasileirapormarjorie.blogspot.com/2011/11/metodo-lancaster-ou-mutuo.html>. Acesso em: 6 jun. 2018.

MATOS, Airton V. **Monte Carmelo, uma página das Gerais**. Monte Carmelo: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 2013.

MINAS GERAIS. **Decreto-Lei nº 1873, de 28 de outubro de 1946**. Adapta o ensino normal no estado aos princípios e normas da lei orgânica do ensino normal, baixada com o Decreto-Lei federal Nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 28 out. 1946. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto.lei:1946-10-28;1873>. Acesso em: 6 jun. 2018.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias**: subsídios para a História da Educação no Brasil 1834-1889. São Paulo: Nacional, 1940. v. 3.

NEVES, Gislene Taveira de Almeida. **A educação feminina no projeto siqueirano**: 1939-1973. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares**: por que e como pesquisar. Campinas, SP: Alínea, 2009.

NUNES, Clarice. O velho e bom ensino secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**. n. 14, p. 35-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a04>. Acesso em: 13 nov. 2017.

OLIVEIRA, Lúcia Helena Moreira de Medeiros. **Educação Scalabriniana no Brasil**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

ORTIZ, Fernanda Ros. **A Escola Normal de moças das elites**: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946-1961). 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

PACHECO, Simone Beatriz Neves. **Colégio São José**: gênese e funcionamento da escola dos Estigmatinos em Ituiutaba – MG (1940-1971). 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

PARISI NETO, Reinaldo. **Práticas educativas envolvendo desvalidas e ingênuas**: a institucionalização da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, no Brasil Império (1864-1889). 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

PINHEIRO, Maria Cleidimária; DAVI, Tânia Nunes. Pedagogia Siqueirana (séculos XIX a XXI): uma educação que transforma e desafia gerações. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo, SP, v. 15, n. 22, p. 1-19, 2016. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/587/436>. Acesso em: 7 maio 2018.

PIOTTO, Everton Leandro, Frei. **A presença franciscana em terras brasileiras**. In: *Custódia Franciscana do Sagrado Coração de Jesus*. [S. l.], 22 maio 2017. Disponível em: <http://www.ofmscj.com.br/?p=4155>. Acesso em: 25 set. 2018.

PORTILHO, Luiz Gonzaga Ramos. **História e histórias de Monte Carmelo**. Monte Carmelo: Vitória, 2003.

O QUE é positivismo. *In*: SIGNIFICADOS. Disponível em: <https://www.significados.com.br/positivismo/>. Acesso em: 6 maio 2018.

RAMBO, Arthur B. Restauração católica no Sul do Brasil. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 36, p. 279-304, 2002.

RIBEIRO, Adriana Naves Resende; MÁRQUES, Fernanda Telles. Recortes: históricos/social/educacional da cidade de Monte Carmelo. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo, v. 11, n. 14, p. 62-83, 2012.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. **O Franciscano e o Jesuíta**: tradições da educação brasileira. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 691-709, June 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-62362018000200691](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362018000200691). Acesso em: 5 ago. 2018.

SANTOS, José Roberto Moraes dos. Ordem franciscana no Brasil e suas implicações na constituição do Colégio Seráfico de Santo Antônio (1941-1971). **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 26, n. 2, p. 46-56, jun. 2017. Semestral.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 4, p. 27-33, jan./dez. 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382/363>. Acesso em: 4 set. 2018.

SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. **O legado educacional do século XIX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2017. Edição e-Book. Disponível em: <https://bit.ly/2OVVgtH>. Acesso em: 4 set. 2018.

SCHEIBE, Leda; VALLE Ione Ribeiro. A formação de professores no Brasil e em Santa Catarina: do normalista ao diploma na educação superior. *In*: NASCIMENTO, Antônio Dias; HETKOWSKI, Tânia Maria (org.). **Memória e formação de professores** [online]. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 257-271. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-16.pdf>. Acesso em: 4 set. 2018.

SCHEMES, Claudia. O controle social e as festas cívicas no Brasil de Getúlio Vargas (1937/1945) e na Argentina de Juan Domingo Perón (1946/1955). **Dimensões**, Vitória, v. 30, p. 335-361, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/6155/4496>. Acesso em: 4 set. 2018.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. 2. ed. [São Paulo]: FGV: Paz e Terra, 2000. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/introduc.htm>. Acesso em: 25 set. 2018.

SILVA, Marina Coimbra Casadei Barbosa da. **As festas escolares no Brasil: uma análise a partir da literatura sobre a temática e à luz da teoria crítica**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2015.

SILVA, Michelle Pereira da. **Educação da mulher e evangelização católica: um olhar sobre a Escola Normal Nossa Senhora do Patrocínio**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

SIQUEIRA, João Francisco de. **Estatutos da Congregação Protectora dos Asylos Escolas consagrados à educação doméstica e religiosa da infância desvalida**. Meados do segundo semestre de 1868. Rio de Janeiro: [s. n.], 1869.

SIQUEIRA, João Francisco de. **Livro de matrícula**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1871.

SIQUEIRA, João Francisco de. **Estatutos da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo em Petrópolis**. São Paulo: Typografia Americana, 1874.

SIQUEIRA, João Francisco de. **Estatutos da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo em Petrópolis**. 3. ed. Rio de Janeiro: Typografia do Mercantil de B. Pereira Sudré, 1875.

SIQUEIRA, João Francisco de. **Testamento do padre João Francisco de Siqueira Andrade**. Petrópolis: [s. n.], 1880.

SIQUEIRA, João Francisco de. **Programa para criação de um estabelecimento pio para o sexo feminino**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1868.

SLYWITCH, Yermak. **A história de Monte Carmelo contada por Yermak Slywitch**. Monte Carmelo: Biblioteca Municipal de Monte Carmelo, 1991. Apostila.

SOUZA, Rosa Fátima de. Tempos de infância, tempos de escola: a o denação dotempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 127-143, jul./dez. 1999.

TANURI, Leonor Maria. Contribuição para o estudo da Escola Normal no Brasil. *Pesquisa e planejamento*, São Paulo, v. 13, p. 7-98, dez. 1970.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>. Acesso em: 13 nov. 2017.

TEODORO, J. C. O. **A educação Salesiana em Uberlândia: a gênese do Instituto Teresa Valsé Pantellini (1959-1971)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

VANBOEMMEL, Fidêncio, Frei. **Mensagem 343 anos**. 2018. Disponível em: [http://franciscanos.org.br/?page\\_id=776](http://franciscanos.org.br/?page_id=776). Acesso em: 10 set. 2018.

VEIGA, Cynthia Greive. Historiografia da educação de Minas Gerais: uma história regional? *In*: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães; GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; XAVIER, Maria do Carmo (org.). **História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte, MG: FUMEC, 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. **A primeira Escola Normal no Brasil**: uma contribuição à história da formação de professores. 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Culturas escolares, reformas e innovaciones**: entre la tradición y el cambio. 2000. Texto compartilhado pelo autor.